

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL – PPG-PUR

ANA LUIZA FERNANDES DA SILVA

LARGO SÃO DOMINGOS: URBANIDADES NEGRAS, RACIALIZAÇÃO
E A IMPRENSA CARIOCA (1902-1928)

Rio de Janeiro
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL – PPG-PUR

ANA LUIZA FERNANDES DA SILVA

LARGO SÃO DOMINGOS: URBANIDADES NEGRAS, RACIALIZAÇÃO
E A IMPRENSA CARIOCA (1902-1928)

Dissertação de Mestrado apresentado à banca de defesa como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PPG-PUR.

Orientador: Renato Emerson dos Santos

Rio de Janeiro
2025

CIP - Catalogação na Publicação

S578l Silva, Ana Luiza Fernandes da
Largo São Domingos: urbanidades negras,
racialização e a imprensa carioca (1902-1928) / Ana Luiza
Fernandes da Silva. -- Rio de Janeiro, 2025.
140 f.

Orientador: Renato Emerson Nascimento dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e
Regional, Programa de Pós Graduação em Planejamento
Urbano e Regional, 2025.

1. Urbanidades Negras. 2. Branqueamento. 3. Largo
de São Domingos. 4. racialização. I. Santos, Renato
Emerson Nascimento dos , orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL – PPG-PUR

Ana Luiza Fernandes da Silva

Largo São Domingos:
urbanidades negras, racialização e a imprensa carioca (1902-1928)

Dissertação de mestrado apresentado à banca de defesa como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Planejamento Urbano e Regional no Programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional - PPG-PUR

Aprovada em: 17/02/2025.

BANCA EXAMINADORA

Renato dos Santos

Prof. Dr. Renato Emerson dos Santos (Orientador)
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Luis Regis Coli Silva Jr.

Prof. Dr. Luis Regis Coli Silva Jr.
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Ynaê Lopes dos Santos

Profa. Dra. Ynaê Lopes dos Santos
Departamento de História - UFF

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior _ Brasil (CAPES) _ Código de Financiamento 001.

This study financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior - Brazil - (CAPES) - Finance Code 001.

AGRADECIMENTOS

Assim como nos ensina bell hooks, “a construção de uma comunidade amorosa exige que reconheçamos a importância de cada um e o valor da solidariedade”. Por isso, agradeço a todos que trilharam comigo o caminho do mestrado, mas, sobretudo, àqueles que me forjaram e fortaleceram. A concretização deste sonho é coletiva, fruto da generosidade, do afeto e da solidariedade de tantas pessoas que fizeram parte dessa jornada.

Agradeço aos meus pais, Nilza Maria Sabino Fernandes e Edson Ferreira da Silva, por me forjarem, amarem e me ensinarem o valor da educação. Minha mãe, em especial, foi a pessoa que mais acreditou nesse processo – tanto no mestrado quanto na minha entrada em uma universidade pública na graduação. Foram dois anos tentando ingressar, e, quando eu já não acreditava mais, ela continuava firme, acreditando por mim. Nilza é a pessoa mais positiva (e ansiosa rs) que conheço e tenho uma admiração imensa por ela. Através de sua vivência, ela me ensinou, não apenas com palavras, mas com seu exemplo, a importância de ser independente – assim como ela sempre foi. Ao meu pai, sempre gosto de lembrar que foi ele quem me presenteou com meu primeiro livro aos 10 anos, seu apoio e entusiasmo foram fundamentais na minha trajetória. Hoje, sinto uma admiração enorme ao chegar em casa e vê-lo lendo seu livro mesmo depois de uma jornada cansativa em dois empregos – ele é, para mim, um exemplo. É impressionante a capacidade dele de sorrir e me fazer sorrir. Aos dois agradeço o sacrifício financeiro.

Também agradeço aos meus familiares, meus padrinhos Luís Carlos Fernandes, Paula Guedes e Denise de Jesus, minha tia Luiza Guedes e minha avó Neusa do Nascimento pelo apoio e carinho. A minha comadre Raisa Oliveira por confiar a vida de Maria Letícia, sou grata por me apresentar o amor.

Agradeço ao professor Renato Emerson dos Santos pela oportunidade de ingressar na Iniciação Científica durante a graduação, essa experiência que foi fundamental para minha trajetória acadêmica. Foi nesse processo que mergulhei nos estudos sobre as irmandades negras na Pequena África e suas relações com o território, especialmente no Largo de São Domingos. Essa trajetória não apenas redefiniu minha pesquisa de graduação, mas também me permitiu enxergar e acreditar mais em mim. Agradeço pela continuação da orientação no mestrado, pelos debates, pelas leituras e pela confiança.

Da mesma forma, sou grata ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM). O Renato e o NEGRAM – em

especial, os/as amigos/as Helissan Cavalcante, Anthony Mattos, Stefany Silva, Reginaldo Braga, Albert Souza e Thais de Paula – que talvez não saibam, mas só estou aqui graças a eles. Agradeço, acima de tudo, por terem me proporcionado um espaço de acolhimento e crescimento no meio acadêmico. Foi nesse núcleo que encontrei não apenas amizade e apoio profissional, mas, sobretudo, a confiança necessária para superar os desafios do final da graduação e, posteriormente, ingressar no mestrado.

Aos amigos, dedico meu mais profundo agradecimento. A Isabela Guedes, que além de amiga e prima se tornou minha irmã, e que tem um pedacinho de cada fase da minha infância, adolescência e vida adulta. Agradeço por cada momento, por cada choro e por cada felicidade compartilhada. Não há como falar de mim sem falar dela. Ela é a pessoa que sempre me apoiou em tudo o que faço, mesmo quando tudo parece uma loucura. Até no silêncio, encontro o seu acolhimento. Agradeço também a Marina Viana e William Mathias, que foram meu respiro diário, para além da vida acadêmica. A amizade, o companheirismo, os esporros e o amor que compartilhamos fizeram minha vida mais colorida e cheia de significado. A vida é mais leve com vocês.

Agradeço a Thompson Clímaco, ou melhor, meu amor, por todo apoio, afeto, pelos compartilhamentos diários, pelo suporte nas crises de ansiedade e por celebrar minhas conquistas, muitas vezes até mais do que eu mesma. Desde o primeiro ano da graduação, ele foi a pessoa que mais me incentivou a continuar, especialmente nos momentos em que eu duvidava se esse caminho realmente era para mim. É incrível como o nosso encontro parecia destino, mesmo que não acreditássemos nisso. Além disso, sou grata por todas as trocas, debates acadêmicos, revisões e contribuições nessa dissertação, bem como seu apoio nos processos seletivos para o doutorado. Seu apoio e afeto foram fundamentais em cada etapa dessa jornada.

Agradeço aos companheiros de mestrado Júlio Brito, Brenda Mel Castro, Diego Borges, Tauann Domis, Camila Savioli, Heloisa Marques, Flavio Carvalho, Gabriel Ferreira e Vicente Bretas, que se tornaram um grande suporte ao longo desta trajetória. Seja pelo apoio mútuo nas disciplinas, congressos, cafés ou na rotina diária, seja pelo suporte emocional nos momentos de incerteza e pelas risadas e alívio nos bares, cada um de vocês tornou essa caminhada mais leve. Vocês são incríveis, e tenho um carinho e admiração enorme por cada um.

Expresso também minha gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento, essencial para minha permanência no mestrado e para a realização desta investigação.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o antigo Largo de São Domingos, no Rio de Janeiro, entre 1902 e 1928, com foco nas intervenções urbanas, na racialização do território e nas atividades registradas pelos jornais da época. Situado na área central da cidade, o Largo foi impactado pelas reformas urbanas de Rodrigues Alves e Pereira Passos durante e após as reformas, como evidenciado na racialização do espaço e mobilização da população nas décadas de 1910 e 1920. O estudo utiliza jornais da época, como *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, *O Paiz, Manhã*, *Jornal do Commercio*, entre outros, para examinar as transformações urbanísticas e como elas reforçaram discursos de degradação, branqueamento e progresso do período. A pesquisa investiga as dinâmicas sociais e raciais associadas ao espaço, a partir da ótica de branqueamento do território, memória e urbanidades. Evidenciaremos, ainda, como o Largo era um espaço de diversidade cultural, marcado por atividades religiosas, culturais e laborais. A pesquisa aborda sua importância como lugar de encontro de trabalhadores, comércio e manifestações culturais, além de explorar as práticas raciais, políticas higienistas e intervenções que moldaram e apagaram sua memória. Por fim, a dissertação propõe uma leitura interdisciplinar, articulando história, geografia e planejamento urbano, para contribuir à narrativa de uma cidade negra e resgatar a relevância do Largo de São Domingos como uma urbanidade negra.

Palavras-chave: Largo de São Domingos. Rio de Janeiro. Urbanidades. Branqueamento.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the former Largo de São Domingos, in Rio de Janeiro, between 1902 and 1928, focusing on urban interventions, the racialization of the territory, and the activities recorded by newspapers of the time. Located in the central area of the city, the square was impacted by the urban reforms of Rodrigues Alves and Pereira Passos during and after the reforms, as evidenced by the racialization of the space and mobilization of the population in the 1910s and 1920s. The study uses newspapers of the time, such as *Jornal do Brasil* and *Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Manhã*, *Jornal do Commercio*, among others, to examine urban transformations and how they reinforced discourses of degradation, whitening, and progress during the period. The research investigates the social and racial dynamics associated with the space, from the perspective of whitening of the territory, memory, and urbanities. We will also highlight how the Largo was a space of cultural diversity, marked by religious, cultural, and work activities. The research addresses its importance as a meeting place for workers, commerce, and cultural events, in addition to exploring the racial practices, hygienist policies, and interventions that shaped and erased its memory. Finally, the dissertation proposes an interdisciplinary reading, articulating history, geography, and urban planning, to contribute to the narrative of a black city and rescue the relevance of Largo de São Domingos as a black urbanity.

Keywords: Largo de São Domingos. Rio de Janeiro. Urbanities. Bleaching.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Largo de São Domingos na década de 1940 antes de ser demolido	50
Imagem 2 – Charge sobre a República, Revista <i>O Malho</i>	56
Imagem 3 – <i>Jornal do Brasil</i> , Avenida da Prefeitura (1903)	69
Imagem 4 – Largo de São Domingos, Avenida Passos e o Coreto (1926).....	71
Imagem 5 – Chafariz do Largo de São Domingos (1903)	75
Imagem 6 – O Largo e a Estátua de Teixeira de Freitas	76
Imagem 7 – Estátua do Jurisconsulto Augusto Teixeira de Freitas.....	80
Imagem 8 – <i>Jornal Correio da Manhã</i> (28/02/1910)	81
Imagem 9 – Ruínas da antiga Igreja de São Domingos	83
Imagem 10 – <i>Jornal do Commercio</i> (10/01/1928).....	84
Imagem 11 – <i>Jornal Manhã</i> (28/01/1928).....	86
Imagem 12 – Cerimonia para as obras na Igreja da ordem terceira de São Domingos Gusmão	87
Imagem 13 – Feira no Largo de São Domingos (1913).....	100
Imagem 14 – <i>Jornal Jornal do Brasil</i> (12/07/1905).....	100
Imagem 15 – <i>Jornal Correio da Manhã</i> (06/04/1905)	101
Imagem 16 – <i>Jornal Correio da Manhã</i> (05/06/1905)	103
Imagem 17 – <i>Jornal Correio da Manhã</i> (05/06/1905)	107
Imagem 18 – <i>Jornal Correio da Manhã</i> (02/08/1905)	107
Imagem 19 – <i>Jornal Correio da Manhã</i> (26/09/1905)	108
Imagem 20 – <i>Jornal Correio da Manhã</i> (26/10/1902)	113
Imagem 21 – <i>Jornal do Brasil</i> (04/05/1905)	114
Imagem 22 – <i>Jornal A Imprensa</i> (02/05/1908).....	116
Imagem 23 – O comício de 1º de maio de 1908 no Largo de São Domingos	119
Imagem 24 – <i>Jornal Correio da Manhã</i> (25/07/1917)	123
Imagem 25 – <i>Jornal Correio da Manhã</i> (18/03/1924)	123

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Expulsão da irmandade de São Domingos da dimensão territorial da cidade (1715).....	122
Mapa 2 – O Largo de São Domingos e a expansão da área urbana da cidade (1755)..	133
Mapa 3 – Dimensão territorial do Largo São Domingos e a Pequena África (2023). ...	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	O papel da imprensa carioca	17
1.2	Estrutura	19
2	RAÇA, ESPAÇO E MEMÓRIA	22
2.1	História, raça e suas problemáticas.....	23
2.2	Os paradigmas sobre espaço, território e raça.....	35
2.3	Trabalhos sobre a Pequena África e a ausência do Largo de São Domingos nos estudos de Planejamento Urbano e de História.....	43
3	O LARGO DE SÃO DOMINGOS COMO UM IMPASSE.....	52
3.1	Cidade, políticas urbanas e o ideal de moderno entre os séculos XIX e XX	52
3.1.1	<i>O Rio de Janeiro como modelo de branqueamento</i>	<i>53</i>
3.2	O espaço urbano como espaço a ser branqueado: o caso do Largo de São Domingos.....	66
3.3	Raça, território e atraso pelas narrativas dos jornais.....	78
4	CORES DO LARGO: OS USOS E SOCIABILIDADES	88
4.1	As dinâmicas espaciais e sociais no Largo de São Domingos	88
4.2	Intersecções entre raça e mundos do trabalho	92
4.3	Reuniões, greves e sedes: o Largo de São Domingos como sinônimo de luta operária	96
4.3.1	<i>Das sociedades beneficentes à organização sindical: organização de trabalhadores livres e libertos.....</i>	<i>97</i>
4.3.2	<i>Organização operária no Largo.....</i>	<i>100</i>
4.3.3	<i>Outras formas de manifestação no espaço</i>	<i>118</i>
5	CONCLUSÃO	126
	REFERÊNCIAS	131

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação tem como objetivo analisar as intervenções urbanas, a racialização e as atividades presentes no antigo Largo de São Domingos no Rio de Janeiro, entre 1902 e 1928. O Largo ficava localizado na área central na atual Avenida Presidente Vargas, na esquina da Avenida Passos, com dimensão territorial da Rua Camerino até as proximidades da Praça Tiradentes. O recorte temporal se justifica pelo processo de reformas urbanas conduzidas pelo presidente Rodrigues Alves e o prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro, em 1902, até a reforma da Igreja de São Domingos, em 1928.

Pretendemos mobilizar os jornais da época, como *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* a fim de acompanhar as intervenções urbanas realizadas no Largo de São Domingos promovidas pela administração municipal. Além disso, analisaremos, nos jornais *O Paiz*, *Correio da Manhã*, *Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Jornal do Commercio* como o Largo foi apresentado e racializado após as transformações no espaço urbano em 1910 e 1920. Veremos como as manchetes frequentemente descrevem o local com discursos de degradação e atraso, reforçando ideais de branqueamento, civilização e progresso que marcaram o período pós-reformas urbanas. Por fim, buscamos observar as atividades e sociabilidades que construíram e se desenvolveram no espaço, destacando as características raciais e sociais dos atores locais presentes e observando as urbanidades constituídas no Largo. Além da análise dos jornais, consideramos essencial o uso de mapas e ferramentas de georreferenciamento, como a base do ImagineRio e o *Google Earth*, para compreender as transformações e os significados territoriais do Largo de São Domingos ao longo do período.

Antes de avançar, é necessário compreender como esse espaço foi constituído. No início do século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro expandia-se em direção à várzea, desenvolvendo sua malha urbana em torno do Morro do Castelo, Morro de São Bento, Morro de Santo Antônio e da Conceição com limite urbano até a Rua da Vala (Abreu, 1987). O processo de colonização portuguesa trouxe à tona a relação intrínseca entre o Estado e a Igreja, que à época desempenhava um papel central como grande detentora de propriedades de terra, ou seja, detinha uma parcela significativa de poder no espaço urbano. Segundo as hipóteses de Fania Fridman, havia uma segregação urbana no período colonial que determinava a situação privilegiada de algumas propriedades eclesiais.

Isso pode ser observado na atuação da Irmandade de São Domingos e de outras irmandades, tanto de ofício quanto raciais, que recebiam terrenos fora do perímetro urbano à época. Essas concessões refletiam uma hierarquia espacial que privilegiava determinadas instituições religiosas, ao mesmo tempo que relegava áreas periféricas a usos específicos, como o estabelecimento de irmandades negras ou de trabalhadores. Esse padrão reforçava as dinâmicas de exclusão e a estrutura de poder vigente no período colonial (Fridman, 2017).

Portanto, a área que se estendia além da Rua da Vala, atual Rua Uruguaiana, até o Morro de São Diogo, nas proximidades da Estácio, era conhecida como Campo da Cidade. Esse espaço estava localizado fora dos limites urbanos da época e era considerado uma zona rural (Fridman, 2017; Soares, 2000). Segundo Fania Fridman, diversas irmandades de ofício e/ou de negros e/ou de mulatos se estabeleceram na região. Mas é a partir da instalação da Irmandade de São Domingos que o Campo da cidade ganha a nomeação de Campo de São Domingos. Isto ocorre em decorrência dos conflitos internos com a Igreja Matriz.

Segundo a historiadora Mariza de Carvalho Soares, havia “conflitos entre irmandades e o poder eclesiástico, bem como as disputas entre as próprias irmandades sobre o uso das igrejas e a precedência nas procissões” (Soares, 2000, p. 135). Nesse contexto, as irmandades de pretos e pardos foram acusadas de empobrecer a Matriz e, então, dela foram expulsos., sendo a São Domingos e Nossa Senhora do Rosário as primeiras irmandades a receber doações de pequenos terrenos para construir suas capelas e abrigar os santos de sua devoção. Como observaremos a seguir no mapa 1:

papel determinante na valorização e expansão da cidade no início do século XVIII (Barbosa, 2020, p. 29), onde as dinâmicas do cotidiano colonial promoveram segregações espaciais (Fridman, 2017, p. 48).

Nesse contexto, é essencial considerar as análises da historiadora Ynaê Lopes dos Santos, sobre as dinâmicas da escravidão urbana no Rio de Janeiro, ao demonstrar as contradições e ambiguidades da cidade e que a relação entre a expansão urbana e o aumento da população escravizada era indissociável. No final do século XVIII, o Rio de Janeiro como capital da corte fez a cidade crescer significativamente, impulsionada pelo trabalho dos mais de 140 mil africanos escravizados trazidos aos portos do Rio. Esse crescimento refletia a expansão das redes de comércio transoceânico, controladas por uma elite econômica crescente (Santos, 2020, p. 7).

Santos aponta que o Rio de Janeiro foi considerado "coração da África" devido à alta concentração de negros, o que dava base para que sua economia e hierarquias sociais fossem pautadas na escravidão. A cidade, embora marcada pela busca por padrões civilizatórios europeus, contrastava fortemente com o uso intensivo de africanos escravizados em diversas atividades urbanas. Em consonância, Flavio dos Santos Gomes *et al.* (2006) acrescenta que a escravidão atlântica no Rio de Janeiro foi vivenciada em uma paisagem predominantemente urbana ou semiurbana. As ocupações laborais realizadas por escravos africanos e crioulos se integravam à paisagem da cidade, bem como as irmandades negras reforçavam a coesão social entre escravizados livres e libertos, ressignificando espaços.

Em nota, o geógrafo Ivo Venerotti aponta que “o campo de São Domingos foi desmembrado em porções menores, ao longo do século XVIII, como o que viriam a ser o Largo de São Francisco, a Praça Tiradentes (à época Largo do Rocio), o Largo de São Domingos, em frente à igreja homônima e o próprio Campo de Santana, afora outros largos e praças” (Venerotti, 2011, p. 122). Ou seja, a criação de novos lugares, por meio da delimitação mais precisa de áreas como Largo de São Domingos (espaço entre as ruas General Câmara, São Pedro e Conceição), Tiradentes, Santana e Rocio Pequeno (Praça Onze), ocorreu principalmente após a instalação da Corte em 1808. Ainda no século XIX, há registro de um pelourinho no Largo de São Domingos, o que demarca que, além das atividades da irmandade, o espaço também estava inserido nas dinâmicas do período escravista (Quintão, 2002).

Nesse período, a cidade crescia e integrava outras freguesias à sua dimensão urbana, promovendo transformações tanto no uso do espaço quanto na sua estrutura,

como a inauguração de políticas higienistas, que desativou o cemitério administrado pelos irmãos de São Domingos em 1820 e contava com seis prédios (Fazenda, 1921, 428).

No entanto, como Fridman destaca (2017, p. 24), em 1835, foi emitido um decreto que visava a melhoria e a definição de canais e caminhos, consolidando as fronteiras e funções de diferentes áreas urbanas. Esse processo incluiu a incorporação de definições mais claras para freguesias como a de Santana e a do Sacramento, onde o Largo de São Domingos estava inserido. Em 1831, a irmandade de São Domingos é elevada a Ordem terceira, e tais mudanças refletiram não apenas a reorganização espacial da cidade, mas também no seu crescimento e adaptação às novas demandas urbanas, incluindo a integração de diferentes áreas. Exemplos significativos foram o aterramento do Manguê em 1850, a introdução de bondes de burro e trens a vapor em 1870, além da instalação de chafarizes em diversos locais da cidade. Essas iniciativas atendiam às preocupações com o abastecimento de água que abrangia toda a cidade, sendo o Largo de São Domingos um exemplo emblemático ao receber um chafariz para melhorar as condições urbanas.

Em paralelo, o crescimento das habitações populares, como os cortiços, já era considerado pelo poder público um problema de saúde pública, conforme evidenciado no primeiro plano de melhorias de 1870. Essas questões refletiam os desafios de uma cidade em transformação, que enfrentava tanto a expansão quanto as condições precárias de vida da população. No final do Império, a cidade passava por um intenso processo de expansão, marcado pela insalubridade, com uma população majoritariamente negra vivendo em condições precárias. No entanto, ações efetivas para enfrentar esses problemas só foram implementadas nos primeiros anos da República, com iniciativas de figuras como Barata Ribeiro e o emblemático caso do cortiço Cabeça de Porco. Essas intervenções se consolidaram durante as administrações de Rodrigues Alves e Pereira Passos, que promoveram reformas urbanas profundas, transformando a paisagem e as condições de habitação no Rio de Janeiro (Abreu, 1987, p. 49-50).

Já no início do século XX, o Largo de São Domingos, no Rio de Janeiro, era um espaço de múltiplos usos e significados, mesclando elementos da cultura popular, vida operária e memória religiosa. De acordo com Patrícia Pamplona (2023, p. 192-194), a igreja de São Domingos, sem manutenção, chegou a esse período em condições precárias, mas ainda com missas e festejos, enquanto o largo se consolidava como um polo de encontro para trabalhadores, comércio local e moradias populares. O Largo abrigava uma diversidade de atividades e estabelecimentos, como gafieiras, botequins, alfaiatarias, casas de cômodos, fábricas e pequenas lojas, refletindo a vitalidade do cotidiano urbano.

O Largo de São Domingos integrou a região central da cidade do Rio de Janeiro entre 1706 e 1943, datas que marcam sua nomeação e demolição, respectivamente. Com isso, a década de 1940 trouxe novos desafios com o projeto de abertura da Avenida Presidente Vargas, que resultou na desapropriação e destruição do Largo e da igreja. Durante as obras, foram localizadas diversas ossadas humanas, identificadas como pertencentes a membros da antiga irmandade de São Domingos, um testemunho silencioso da história religiosa e social do local. Anos depois, em 1970, a nova paróquia de São Domingos de Gusmão foi inaugurada na Tijuca, marcando o fim de um ciclo histórico para o Largo e das características raciais da Igreja (Pamplona, 2023, p. 194).

A partir do que foi apresentado até aqui, esta dissertação tem como objetivo analisar o Largo de São Domingos, localizado na área central da cidade do Rio de Janeiro, considerando as relações de uso, os significados atribuídos ao espaço, as ausências produzidas sobre o Largo, as intervenções urbanas e as territorialidades negras que contribuíram para sua formação e ressignificação. A análise será orientada pela ótica da construção de urbanidades negras, destacando como esses processos moldaram o espaço urbano, visto que o processo de existência do Largo conta com diferentes temporalidades e contribuições à experiência negra e suas territorialidades, pois perpassa aspectos como: (i) quem ocupou o espaço; (ii) manifestações culturais, religiosas e laborais; (iii) intervenções urbanísticas; (iv) apagamento do território; e (v) memória da cidade.

Sendo assim, nossa investigação tem como objetivo analisar, ainda, a partir dos jornais do início do século XX, o processo de racialização do Largo durante o período das reformas urbanas promovidas pela administração municipal de Pereira Passos. Pretendemos relacionar os usos e as sociabilidades negras no espaço, considerando não apenas a formação territorial da Irmandade, mas também outras formas de ocupação, como os festejos carnavalescos, as greves, as sedes e os comícios de trabalhadores. Tal abordagem permite compreender as dinâmicas que se desdobraram no Largo, revelando as diversas facetas da experiência negra nesse espaço durante a Primeira República.

De acordo com o exposto, essa pesquisa tem por compromisso relacionar diferentes áreas de conhecimento, como história, a geografia e o planejamento urbano, tendo como desafio a interdisciplinaridade. Além disso, pretendemos contribuir para a perspectiva de uma cidade do Rio de Janeiro negra – que reivindica a expansão da noção territorial da Pequena África ao relacionar os conceitos de memória, branqueamento e urbanidades negras.

Ainda dentro dos limites desta pesquisa, observaremos uma escassez de trabalhos acadêmicos, em diferentes áreas do conhecimento, que tenham relação com o território Largo de São Domingos, tão importante para a história da cidade, muitas vezes invisibilizado em diferentes períodos históricos.

1.1 O papel da imprensa carioca nas reformas

Para analisar como os jornais retratavam o Largo de São Domingos, é fundamental compreender o papel desempenhado pela imprensa no período, não apenas como formadora de opinião, percepção e debate público, mas também como veículo de propaganda dos interesses dos governos em exercício. Essa dualidade evidencia sua influência tanto na construção das narrativas sociais quanto na legitimação de projetos políticos e ideológicos da época.

Segundo Suelem Teixeira (2020, p. 107), a imprensa foi uma das maiores divulgadoras das ideias de modernização tanto no Império quanto na República. A imprensa foi associada às inovações técnicas implementadas no final do século XIX, partindo para um caráter empresarial voltado para interesses capitalistas de ampliação de vendas, que ganhou maior notoriedade consagrando-se como grande empresa no início do século XX. Ana Luiza Martins e Tania Regina Luca nos esclarecem que,

[...] a chegada do século XX se impôs com seu cortejo sedutor de novidades prontamente trazidas para a criação da grande imprensa e a ampliação do parque gráfico. Luz elétrica, telefone, cinematógrafo, bondes elétricos, automóvel, máquina de escrever, zepelins, além de estruturas de ferro pré-fabricadas que resultavam em edificações de impacto na paisagem e maquinário gráfico agilizado, otimizaram uma imprensa que se pretendia missionária na pregação do Brasil Civiliza-se! O telégrafo submarino e sem fio aproximou-nos dos jornais europeus, pois passou a ocorrer uma simultaneidade na publicação de informações. Houve uma ampliação de títulos e os jornais diários – já conformando a grande imprensa – figuravam como conglomerados poderosos, definindo os rumos do país. Nesse momento a profissionalização do setor se confirma (Martins; Luca, 2011, p. 11).

Teixeira aponta também que a imprensa tenta convencer os seus leitores de que realizar as reformas urbanas era uma ação necessária. Além dos jornais, as revistas ilustradas ganham maior destaque no período, especialmente porque surgem em um contexto em que a população, em sua maioria, era pouco letrada. As imagens, nesse cenário, desempenham um papel crucial, não apenas por causarem impacto, mas também por captarem a atenção dos leitores de forma mais acessível. Mas é importante deixar

claro que tanto as revistas quanto os jornais desempenharam tais funções (Mauad, 2006, p. 371-372).

Nosso foco aqui são os jornais de grande circulação no Rio de Janeiro durante o período das reformas urbanas: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Commercio*. A maioria desses veículos foi fundada em meados do século XIX e passou por um processo de adaptação ao longo do tempo, influenciado tanto pelas inovações tecnológicas quanto pelas mudanças impostas pelo regime republicano. Um ponto interessante a ser destacado é a contradição presente no posicionamento desses jornais (Teixeira, 2020, p. 117). O *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* apresentavam características distintas em termos de público-alvo, linguagem utilizada e focos temáticos, atendendo a segmentos sociais diferentes. Estes destacaram-se por incluir em suas páginas apontamentos sobre a realidade dos trabalhadores e das classes mais empobrecidas por meio de colunas como *Queixa do Povo*, *Vida e Miséria*, *Vida Operária*, *Operariado*, entre outras. Esses espaços procuravam retratar questões sociais, reforçando a imagem de proximidade com as camadas populares.

Entretanto, essa abordagem coexistia com outras práticas editoriais que frequentemente favoreciam os interesses das elites e os projetos de modernização urbana do governo. Segundo Teixeira (2020, p. 119), o *Jornal do Brasil*, ainda que apresentasse publicações que questionassem o governo, trazia críticas pontuais e, muitas vezes, restringidas pelos limites impostos pelo contexto político e editorial da época, visto que já havia sofrido determinada repressão e teve que adotar uma postura mais moderada por se declarar abertamente um jornal monarquista. Diferentemente do *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã* foi fundado em 1901 e já abordava no contexto um editorial empresarial. Como afirma Teixeira (2020, p. 121), o periódico procurava ter uma postura mais múltipla e que atendesse aos interesses de todas as classes; porém, mesmo com esse viés mais “popular”, o jornal teve suas contradições ao cobrir matérias elogiando as reformas e a administração de Pereira Passos e Rodrigues Alves.

Concordando aqui com Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2009, p. 253), compreendemos que é necessário pensar a imprensa a partir de uma reflexão sobre sua historicidade, problematizando duas articulações relacionadas ao movimento geral de sua atuação. Em primeiro lugar, essa perspectiva implica compreendê-la como uma força ativa na história do capitalismo e não como um mero repositório de acontecimentos nos diferentes processos e conjunturas. Tal abordagem permite explorar o papel da imprensa

na construção de narrativas, na consolidação de ideologias e na mediação de transformações sociais e econômicas ao longo do tempo.

É importante mencionar que, além de termos como “civilização”, “progresso” e “sujeira” serem promovidos em prol das narrativas governamentais, o não dito desempenha um papel igualmente significativo na construção dessas histórias. O silêncio, como aponta Pollak (1989), não é apenas a ausência de discurso, mas uma ferramenta ativa que pode ser utilizada tanto para manter a coesão social quanto para resistir à dominação. Nesse sentido, o esquecimento não é um vazio, mas uma prática politicamente carregada de intencionalidades e reflexos no campo social. Concomitante a isso, a concepção de apagamento também nos parece servir ao pensar essa discussão, já que as lacunas e os silêncios presentes nas narrativas não são meras omissões, mas resultados de dinâmicas de poder que determinam o que merece ou não ser lembrado. Assim, tanto o não dito quanto a ausência se tornam instrumentos centrais para compreender como se constroem as narrativas oficiais e os projetos de memória que moldam a sociedade no que vamos compreender ao analisarmos algumas matérias de jornal sobre o Largo de São Domingos.

Buscaremos, ainda, compreender as intervenções e narrativas como parte do processo de branqueamento do território, conforme proposto por Renato Emerson dos Santos (2009 *apud* Santos *et al.*, 2018). O objetivo é analisar três dimensões: os instrumentos institucionalizados de apagamento da (i) presença negra, da (ii) história negra e dos (iii) espaços que carregam essas significações, especialmente no caso do Largo de São Domingos. Esse processo será investigado a partir das narrativas que descrevem o local como atrasado ou degradado, em contraste com as diversas e múltiplas ocupações que ocorriam simultaneamente no mesmo espaço. Assim, a dissertação pretende evidenciar como essas narrativas e intervenções contribuíram para moldar a memória e a estrutura urbana da área, ao mobilizarmos as urbanidades negras e suas ressignificações no espaço urbano do Rio de Janeiro.

1.2 Estrutura

Esta dissertação será dividida em três momentos. Num primeiro momento, abordaremos os debates teórico-metodológicos acerca das áreas de conhecimento de História, Geografia e Planejamento Urbano. Desde o início, destacaremos os desafios de colocar em diálogo esses campos de conhecimento, considerando suas diferentes matrizes

teóricas e políticas, bem como os dilemas, as temporalidades e as mudanças epistemológicas que os caracterizam. A questão racial será tratada como eixo central do debate, permitindo explorar suas interseções e tensões nesses diferentes campos disciplinares, tendo em vista que esses campos possuem dilemas próprios, temporalidades distintas de mudança epistemológica e abordagens que frequentemente revelam lacunas no tratamento de questões como raça, memória e espaço. É necessário salientar que os debates presentes neste capítulo perpassarão pelos campos analíticos sem o compromisso de aprofundar as nuances de cada corrente e metodologia aplicada.

Além disso, outro ponto de relevância diz respeito à escassez de trabalhos nas áreas de História, Geografia e Planejamento Urbano que abordem, de maneira direta e aprofundada, a temática central desta dissertação: o Largo de São Domingos. Tal lacuna evidencia a insuficiência de investigações que articulem as dinâmicas históricas, espaciais e raciais desse espaço, ressaltando a importância de um esforço analítico capaz de contribuir para o avanço do debate teórico-metodológico nesses campos do conhecimento.

Em um segundo momento, buscaremos compreender e contextualizar as reformas urbanas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, com foco no período da Primeira República. Após essa contextualização inicial, o capítulo se dedicará à análise das políticas urbanas implementadas nesse período, com especial atenção às políticas de demolição e às narrativas de embranquecimento urbano que se consolidaram na época. Ao explorar esse panorama histórico, torna-se imprescindível discutir a interseção entre urbanização, modernidade e as experiências da população negra, ressaltando a complexidade das relações sociais e as implicações dessas transformações no tecido urbano da cidade. Nesse sentido, propomos refletir sobre as dimensões espaciais, raciais e sociais da história urbana da cidade do Rio de Janeiro, investigando como essas dinâmicas moldaram a configuração do espaço público e privado.

Além disso, analisaremos como os jornais da época abordaram as intervenções urbanas promovidas entre 1902 e 1906, destacando as percepções e discursos em torno dessas transformações. Por fim, discutiremos a racialização do espaço urbano, tomando como exemplo o Largo de São Domingos, que, entre 1910 e 1920, foi construído discursivamente pelos jornais como um local onde havia ausência de vivências, sendo retratado como uma área vazia e esquecida, tendo seu histórico escravista representado sob a ótica da desordem e da degradação, revelando os impactos das políticas urbanas e das narrativas raciais sobre a percepção e o uso desses espaços.

Deste modo, em um terceiro momento, no capítulo intitulado “Urbanidades negras no Largo de São Domingos”, serão minuciosamente analisados os usos do Largo de São Domingos. Antes será necessário apresentar as dinâmicas sociais ali vividas, seja em fábricas, botequins e associações de ajuda mútua entre outros estabelecimentos que não só moldaram o uso como também expandiram a perspectiva de um “lugar vazio” ou esquecido na cidade. A intenção é debater a percepção equivocada de que o Largo não passou de um mero cenário das ações do movimento operário. Pelo contrário, argumentaremos que esse local desempenhou um papel fundamental como um ambiente que contribuiu ativamente para a formação racial e identitária da cidade. Buscaremos enfatizar a importância de considerar o Largo não apenas como um palco passivo das ações do movimento operário, mas como um ambiente ativo na formação de identidades de classe e raça. Esta abordagem mais abrangente permitirá uma compreensão mais rica das nuances históricas que permeiam o Largo de São Domingos, contribuindo para uma narrativa mais completa e precisa sobre seu papel na tessitura da história urbana e racial do Rio de Janeiro.

2 RAÇA, ESPAÇO E MEMÓRIA: INTERDISCIPLINARIDADE E AUSÊNCIAS SOBRE O LARGO SÃO DOMINGOS

Compreendemos que o estudo sobre raça vem sendo cada vez mais revisitado na historiografia, na geografia e nas ciências humanas aplicadas, como o planejamento urbano. Diante disso, neste capítulo, assumimos o compromisso de realizar um debate epistemológico acerca dos estudos sobre a população negra na historiografia, evidenciando lacunas e contribuições no campo do conhecimento.

Para tanto, articulamos pesquisas que discutem a formação do pensamento brasileiro a partir da ótica da contribuição do negro, desde a década de 1930 até a de 1990, e seus desdobramentos na contemporaneidade, considerando as áreas da história social e da história urbana, bem como as abordagens e as ausências nas análises raciais e espaciais nesses dois campos. Nesse percurso, buscamos enfatizar as fronteiras entre história, raça e espaço, além de explorar o exercício de integrar fronteiras disciplinares em uma leitura interdisciplinar. Para embasar nossas reflexões, utilizamos os trabalhos de Hebe Mattos, Clóvis Moura, Flávio Gomes, Sidney Chalhoub, Emilio José Luque Azcona, Mike Savage, Flávia Rios, Ynaê Lopes dos Santos, Milton Santos, Renato Emerson dos Santos, entre outros.

No que diz respeito à análise interdisciplinar entre os campos de planejamento urbano, história e raça, destacamos os estudos de June Manning Thomas e Leonie Sandercock. Essas pesquisadoras oferecem uma perspectiva crítica fundamental para compreender os conflitos raciais ao longo da história da urbanização, examinando em detalhe o desenvolvimento do planejamento urbano. Além disso, propõem abordagens teórico-metodológicas contra hegemônicas na epistemologia do ensino da história do planejamento.

À medida que emergem novas interpretações sobre a contribuição da população negra no contexto social e acadêmico, especialmente a partir dos anos 1980, faz-se crucial a construção de elementos territoriais e patrimoniais que representem essa narrativa. Por tal razão, esta pesquisa se mostra fundamental. Adicionalmente, recorreremos aos estudos de Roberto Moura, Monica Souza, Renato Emerson dos Santos, Maria Cecília Fonseca, entre outros, para analisar a redescoberta e a patrimonialização da Pequena África, bem como analisar a lacuna bibliográfica sobre o Largo de São Domingos.

2.1 História, raça e suas problemáticas

No que tange aos estudos sobre o pensamento social do Brasil, destacamos as obras de autores como Arthur Ramos e Edison Carneiro, que conectavam a participação do negro na história do Brasil sob uma perspectiva culturalista, em parte influenciados pela Escola Nina Rodrigues (Silva, 2015). O sociólogo Artur Ramos, influenciado por sua formação em medicina e por uma visão antropológica alinhada ao pensamento da Escola de Chicago, buscou substituir o determinismo racial que marcou os estudos de Nina Rodrigues pela ideia de relatividade cultural (Souza, 2013).

Na obra *As culturas negras no novo mundo*, publicada em 1937 e republicada em 1946, Ramos faz um panorama sobre as abordagens da antropologia e da psicologia ao compreender o negro como processo psicossocial de interinfluência entre o indivíduo e o seu grupo de cultura, mas aponta criticamente algumas abordagens da antropologia com relação à terminologia “cultura” quando vinculada à evolução de populações ditas europeias. Para os ditos povos civilizados, o “estudo das culturas era feito, porém, com critério evolucionista puro, linear, antes dos modernos métodos da antropologia cultural. “Em todo o século XIX, dominaram as teses evolucionistas” (Ramos, 1946, p. 39). Com isso, sugere uma análise que perpassa pela antropologia cultural e a psicologia social, que observa as distinções dos povos africanos nas Américas.

Uma conclusão, porém, queremos extrair, das pesquisas que atrás deixamos relatadas em resumo: é que à ideia do homem africano, "selvagem", contrapomos esta outra, de que devemos distinguir tantos tipos africanos e tantos padrões de cultura, como se tem feito com relação ao homem da cultura ocidental. E isso – havemos de ver no transcorrer dêste livro – é de uma importância transcendente para o estudo não da "cultura negra", mas das "culturas negras" no Novo Mundo (Ramos, 1946, p. 72).

Assim, enfatizou o papel das religiões afro-brasileiras como expressão cultural dos negros, destacando que esses sistemas de crença eram não apenas manifestações religiosas, mas também estruturas de organização social e de manutenção de identidades étnicas no Brasil. Porém, a partir de uma abordagem culturalista, Ramos reproduziu alguns estereótipos e a fetichização dos corpos negros, afirmando que a religião e a cultura seriam as únicas contribuições desses grupos para a formação da identidade do Brasil.

Ramos mobilizou o conceito de aculturação para análise das relações raciais no Brasil, influenciado pela antropologia cultural norte-americana de Franz Boas e Melville Herskovits, a qual foi utilizada para explicar os processos de contato, troca e transformação cultural entre diferentes grupos étnicos, notadamente entre os negros

africanos e os europeus colonizadores (Souza, 2013). Em sua obra *A Aculturação Negra no Brasil*, de 1942, Ramos aponta a Escola de Nina Rodrigues como a grande pioneira da antropologia brasileira, ao incorporar o negro nos estudos sobre o olhar cultural. Neste livro, o autor reuniu artigos, conferências e notas de diferentes épocas, com enfoques variados sobre os contatos culturais e a aculturação. Partindo de duas perspectivas, a primeira analisa aspectos da herança cultural africana no Brasil, destacando como esses traços foram modificados pelas interações com outras culturas. E aborda a assimilação e a aculturação em contextos de contato entre raças e culturas diversas, ressaltando o papel do negro como elemento catalisador nesses processos. Além disso, há artigos e entrevistas que exploram os estudos negro-brasileiros e a influência da Escola de Nina Rodrigues, permitindo ao leitor avaliar sua relevância e o reconhecimento por parte de especialistas de diversas abordagens.

Ramos, ao adotar essa perspectiva, deslocou o debate das diferenças biológicas para as dinâmicas culturais, promovendo uma ruptura parcial com o racismo científico que dominava as ciências sociais brasileiras até então. A partir do debate cultural, houve a ascensão de um relativismo cultural, demonstrando que o conceito de aculturação também revelava limitações significativas na interpretação das experiências negras no Brasil. Para Arthur Ramos, a aculturação representava não apenas o impacto da cultura dominante sobre as culturas subordinadas, mas também os processos de relação, justaposição, acomodação e sincretismo que resultavam dessa interação. Entretanto, segundo Erivaldo Fagundes Neves (2010), essa abordagem carregava um viés hierárquico ao categorizar certas culturas como "atrasadas" ou "primitivas", reforçando a ideia de que o progresso e a civilização exigiam a assimilação dos aspectos europeus. Assim, o uso do conceito reproduziu aspectos etnocêntricos da sua época entre as décadas de 1930 e 1940, algo que Clovis Moura irá questionar mais tarde.

Outro ponto se refere ao que o autor menciona como "problema do negro". Teresa Maria Malatian (2020) aponta que Ramos abordou a questão sob uma ótica que buscava compreender as dificuldades enfrentadas pelos negros no Brasil no pós-abolição, sendo uma inovação por inserir a questão racial na análise desse período e interpretar como os preconceitos são resultantes de uma defasagem cultural e econômica, consequência direta das condições históricas de negros escravizados e da exclusão social. De forma concomitante, destacou as resistências culturais dos negros escravizados.

Neves aponta que "Ramos procurou acompanhar a trajetória histórica do negro na África, com a identificação de áreas étnicas e culturais e o legado transferido

compulsoriamente às Américas” (Neves, 2010, p. 153). Contudo, sua análise das resistências foi em grande parte mediada pelo conceito de aculturação, que interpretava essas manifestações como reações contra-aculturativas ao processo de dominação europeia.

Edison Carneiro (1986), por sua vez, assumiu uma postura mais ativista e crítica em relação às condições sociais e políticas dos negros no Brasil. Diferentemente de Ramos, Carneiro rejeitou qualquer possibilidade de conciliação com perspectivas que minimizassem a violência estrutural do racismo ou a luta pela autonomia dos descendentes africanos. O autor voltou seu trabalho para a resistência negra, abordando temas como os quilombos, as revoltas escravas e as religiões afro-brasileiras, não apenas como objetos de estudo, mas como símbolos de luta e resiliência. Em obras como *O Quilombo de Palmares* e *O Candomblé da Bahia*, Carneiro destacou a capacidade de organização dos negros e a força das manifestações culturais como formas de enfrentamento ao sistema escravista e às desigualdades persistentes no pós-abolição.

Enquanto Ramos privilegiava uma análise cultural mais ampla, preocupada em entender os elementos africanos dentro do mosaico da formação nacional, Carneiro tencionava esse debate ao insistir na centralidade da luta dos negros em suas próprias narrativas. Essa diferença de perspectivas reflete a transição de uma antropologia voltada para a descrição das culturas para uma história mais politizada e centrada nas agências dos sujeitos. A interação entre suas obras evidencia tanto complementaridades quanto tensões, com Ramos enfatizando a diversidade cultural e Carneiro ressaltando as dimensões históricas e políticas da resistência. Em conjunto, contribuíram para a consolidar o campo de estudos que reconhece a importância e a complexidade da presença negra no Brasil bem como para valorização e a compreensão do legado africano no Brasil, pavimentando caminhos na antropologia cultural.

O historiador e sociólogo Clóvis Moura, contemporâneo e influenciado pelos pesquisadores mencionados acima, ao contrário de seus antecessores, estava inscrito na perspectiva marxista. Ou seja, a metodologia de suas pesquisas era embasada pelo materialismo histórico. Com isso, Clóvis Moura detinha uma abordagem teórico-metodológica que relaciona elementos da antropologia cultural e do materialismo histórico ao adotar o conceito de aculturação. Porém, ele reinterpretou esse conceito a partir do caráter conflituoso (dialética) das interações e as formas de resistência que emergiam do confronto entre culturas. Esse método trouxe embate com Ramos por enfatizar uma análise na qual a relação entre as culturas de brancos e negros era marcada

pela violência e hierarquização da cultura branca, divergindo da perspectiva conciliadora (C. Moura, 2014, p. 165).

A articulação de Clóvis Moura entre conceitos de antropologia cultural e o materialismo histórico representou uma ruptura com o determinismo racial e as explicações culturais reducionistas da época. Desta forma, o autor interpreta a escravidão como parte do sistema de produção capitalista, centrando suas análises na luta de classes, como em sua obra *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilha*, publicada em 1959. C. Moura destacou as insurreições escravas e os quilombos como expressões de resistência coletiva ao sistema escravista, mais especificamente evidenciando Palmares como uma organização política e econômica autônoma em oposição ao sistema colonial. Nesta linha, C. Moura define que:

O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituía-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate de uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (C. Moura, 2014, p. 165).

O autor argumentava que as resistências negras, como os quilombos e as revoltas, não eram apenas respostas culturais, mas também atos políticos e econômicos inseridos no contexto da luta de classes. Ademais, observou a organização interna, as hierarquias e analisou as ações diretas conjuntas dos sujeitos aquilombados contra a relação senhor-escravo, interpretando-as como guerrilha. Apesar das limitadas fontes históricas da época, C. Moura conseguiu integrar as dimensões culturais, econômicas e sociais em sua interpretação da história negra no Brasil. Sua crítica ao racismo científico e à leitura eurocêntrica das relações raciais resultou em uma abordagem que não apenas valorizava as contribuições culturais dos negros, mas também denunciava as contradições estruturais do sistema escravista

A evolução teórica de C. Moura ilustra a fusão entre duas tradições intelectuais: a antropologia cultural, com sua ênfase nos processos culturais e simbólicos, e o materialismo histórico, com sua atenção ao modo de produção escravista, às estruturas econômicas e às relações de poder. Logo, segundo Malatian (2020), o legado de Clóvis Moura tem como destaque a importância de compreender as resistências negras como expressões de luta por liberdade e justiça social, reafirmando a agência histórica dos afrodescendentes em um contexto de opressão estrutural. O autor publicou diversas obras relevantes, como *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*, em 1977; *Dialética Radical*

do *Brasil Negro*, em 1994; e *Quilombos: resistência ao escravismo*, em 1987, mas é em 1988 que publica a *Sociologia do negro brasileiro*, obra na qual debate criticamente conceitos de sincretismo, assimilação, acomodação e aculturação ao discutir sobre a insuficiência de conceitos por alguns antropólogos brasileiros sobre a relação entre brancos e negros no Brasil. Há um esquecimento por parte dos antropólogos e sociólogos com relação à posição estrutural das respectivas etnias portadoras de padrões de culturas diversos, tendo uma visão apenas acadêmica do problema e não olhando para a demissão social. C. Moura tenciona e afirma que é necessário sair de uma posição de ciência pura e contemplativa, equidistante da realidade empírica e somente reconhecida na sua práxis acadêmica/teórica (C. Moura, 2020, p. 37).

É a partir dessa obra que C. Moura rompe de vez com as correntes clássicas das ciências humanas, como já mencionado, e critica a noção de aculturação da forma como é frequentemente utilizada pela antropologia e pela sociologia brasileiras, por alegar que tal conceito serve como um mecanismo das classes dominantes para neutralizar os conflitos sociais, sustentando a ideologia da "democracia racial" brasileira. Em sua obra *Sociologia do negro brasileiro*, o conceito de sincretismo, frequentemente empregado, reflete a visão do dominador e perpetua julgamentos de valor que inferiorizam as religiões afro-brasileiras. Para C. Moura, o sincretismo não é uma síntese cultural neutra, mas um processo de dominação ideológica e religiosa que reforça a subalternidade cultural e social dos afrodescendentes. A assimilação, segundo C. Moura, representa um projeto político e ideológico de neutralização da resistência cultural e social das populações dominadas. Ele associa esse conceito à estratégia das metrópoles coloniais para desarticular as culturas subjugadas e incorporá-las à cultura dominante, tornando-as folclóricas e inofensivas. O autor critica a visão de que as religiões afro-brasileiras, por exemplo, deveriam ser assimiladas ao cristianismo como um sinal de progresso civilizatório e também ressalta que esse processo não apenas elimina a diversidade cultural, mas reforça as estruturas de dominação social.

De volta aos anos de 1950, Guerreiro Ramos publicava o ensaio *Patologia social do "branco" brasileiro*, obra em que o sociólogo reforça as críticas a Gilberto Freyre e Arthur Ramos no tocante à posição e agência do negro na história do país. O autor notabiliza que a inferiorização do negro não só na obra de Freyre, mas também na de Arthur Ramos, Sylvio Romero e Nina Rodrigues, está relacionada à brancura e à necessidade de afirmação do branco e sua superioridade (A. G. Ramos, 1995). Ainda no mesmo período, foi publicado o livro intitulado *Relações de raça no Brasil*, com sua

primeira edição pela Biblioteca do Instituto Nacional do Negro, posteriormente relançado pela Editora Quilombo Edições, que abordava questões acerca da importância de espaços negros e discussões sobre raça no século XX. Dentre todos esses temas, há o debate em relação à condição jurídica do negro pós-abolição, bem como a necessidade da educação e da economia na vida do negro:

A lei 13 de maio de 1888 não podia mudar a estrutura do caráter do negro de um momento para o outro. Ela o tornou juridicamente igual a todos os cidadãos brasileiros. Mas, efetivamente o seu novo direito era uma abstração. Por outro lado, a estrutura de caráter do negro teve de modificar-se, sob o influxo da nova ordem social. [...] O negro deixou de ser um quietista para ser um “aquisitivo”. Passou a ser “igual” ao branco, e quando experimentou sê-lo sentiu sua própria impotência. O seu ressentimento se originava daí, desta contradição. [...] Se a igualdade jurídica do negro fosse equivalente a igualdade econômica, e cultural, o seu ressentimento, pelo menos, o social, teria sido escasso (Nascimento *et al.*, 1950, p. 45).

Além dessas discussões, a obra ainda enumera uma série de aspectos em relação à história do negro, vida social, linguística e outras questões ligadas à população negra que precisavam ser revistas no Brasil. Acerca da história, Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento reivindicavam o protagonismo do quilombo e das revoltas escravas, a contribuição do negro no movimento abolicionista e das juntas de alforria, bem como a importância do negro para a independência do Brasil, o protagonismo de João Cândido, entre outros pontos que salientavam o negro na história do Brasil para além da escravidão.

Ainda segundo Guerreiro Ramos, o ideal de brancura prejudicava o amadurecimento social e psicológica do brasileiro e, ao mesmo tempo, contribuía para o enfraquecimento da integração social entre os elementos que constituíam a nação. Consoante com o sociólogo, a idealização da brancura que descendia do período colonial ainda estava presente nos anos 1950 e tinha como função reduzir as pessoas de cor (no sentido histórico, social e político). Para reafirmar sua tese, o autor compara as práticas de inferiorização histórica e social dos judeus durante o holocausto, que para ele eram semelhantes às que ocorriam no Brasil (Nascimento *et al.*, 1950, p. 181-182). No entanto, Guerreiro Ramos encerra seu ensaio enfatizando que a tradição da brancura ainda existente à época seria substituída por uma sociologia pautada por critérios da realidade brasileira e não por uma reprodução de outros países. Logo, o que era tido como o “problema do negro” na sociologia do país era reflexo da patologia social do branco e suas dependências psicológicas (de grandeza).

As noções de Ramos não se distanciavam do *mainstream*. Mesmo com a tese do branqueamento cultural e social, ele acreditava que o status econômico ainda era mais

determinante que a cor. Abdias do Nascimento não via dessa forma, dada a violência e a segregação com negros/as, ainda que fosse muito influenciado pela sociologia de Arthur Ramos, como destacado. Mas, já nos meados dos anos 1950, Guerreiro Ramos e Nascimento entraram no consenso de que a ideia de integração proposta pela sociologia não era o caminho a ser percorrido pelo negro brasileiro. Especialistas da atuação do movimento negro, como Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, Paulina Alberto e outros/as, destacam que até 1964 ainda havia a influência de Arthur Ramos na linha de pensamento das relações raciais apresentadas acima, pautadas pela cidadania e pela diferença de direitos.

A demarcação do ano de 1964 tem relação direta com a publicação da primeira edição de *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes². As obras de Fernandes, Octavio Ianni e outros importantes sociólogos formados principalmente na USP e com obras consolidadas entre os anos 1960 e 1970, são mobilizadas para justamente contestar a noção de democracia racial e contribuir para novos prismas a respeito da desigualdade racial no Brasil à época. Em suma, a obra de Fernandes, de 1964, expõe que o problema racial do Brasil está na ausência de incorporação da população negra após a abolição. De acordo com o sociólogo paulista, diante da emergência da ordem social competitiva pós-1888, o negro não obteve importância real imediata e, com isso, sofreu condições adversas dados os efeitos da concorrência no mercado de trabalho com os imigrantes europeus (Fernandes, 2008, p. 22).

Para além da transição do regime escravocrata como base para as diferenças raciais no Brasil, Fernandes (2008, p. 35) também destacava a falta de recursos materiais e morais da população negra, e a escravidão como principal fator limitante ao regime capitalista e a vida urbana da população negra em São Paulo. À época essas contribuições representaram uma ruptura e um novo olhar em torno das relações raciais, com grande influência na intelectualidade negra. Mas, de alguma forma, como demonstrado, já havia um entendimento de que a escravidão era efeito do racismo, mas não um aprofundamento deste debate acerca do pós-emancipação. Para o sociólogo, o negro não teve escolha pós-emancipação, a não ser “aceitar a incorporação à escória do proletariado” ou a

² Além de demarcar o lançamento do livro de Florestan Fernandes, segundo Guimarães (2012), o ano de 1964 marca o fim do pacto populista, a partir do golpe militar. Antes disso, segundo o sociólogo, entre 1930 e 1964, diante do pacto populista, o movimento negro focou no combate ao racismo a partir da integração social.

vagabundagem sistemática e “criminalidade fortuita” para se salvar a dignidade de homem livre (Fernandes, 2008, p. 44). Em suma essas eram as características do estado de *anomia social* em que o negro estava após a escravidão:

O efeito de tudo isso foi que o negro e o mulato emergiram do mundo servil sem forma sociais para ordenar socialmente a sua vida e se integrar, normalmente, na ordem social vigente. Não só saíam da escravidão espoliados material e moralmente, vinham desprovidos em sua imensa maioria, de meios para se afirmarem como uma categoria social à parte ou para se integrarem, rapidamente, às categorias sociais abertas à sua participação (Fernandes, 2008, p. 74).

É importante salientar que esta noção de *anomia social* do negro, defendida por Fernandes, foi e ainda é bastante debatida e criticada nos meios acadêmicos e sociais. Uma vez que para o sociólogo essa condição estava relacionada à dependência social do negro, incluindo como um dos pontos centrais a incapacidade de “constituição de família como uma instituição social integrada”, entre outros pontos, como a falta de associação comunitária devido “à deficiência de certas influências socializadoras” (Fernandes, 2008, p. 182). Trabalhos posteriores, principalmente da década de 1990 em diante, passaram a contestar essa ideia de incapacidade de ação do negro pós-1888.

Nesta linha crítica, Petrônio Domingues (2019) ressalta que esta interpretação, onde o negro carregaria herança negativa da escravidão e sua falta de vitalidade era fruto do pauperismo e da ausência de experiência familiar, dentre outras características que compunham esta *anomia social*, parte de um pressuposto de normalidade, um modelo essencialista de sociedade. Ou seja, para o autor, essa visão normaliza paradigmas estipulados pelas elites brancas e não reconhece os valores específicos da população negra, assim como não leva em consideração sua experiência de vida e suas maneiras de pensar e agir. Logo, a noção de *anomia* da população negra teria descaracterizado o sentido do processo histórico plural, descentrado e multivocal, sendo, em certa medida, contraditório que a população negra estivesse inserida em uma ideia estática e unilateral (Domingues, 2019, p. 22-23).

A partir dos anos 1980, os contextos políticos e sociais da redemocratização influenciaram diretamente as produções acadêmicas, integrando demandas sociais e acadêmicas, e promovendo uma ruptura nos paradigmas mencionados anteriormente, especialmente em relação às noções de pacificidade dos negros escravizados no período escravista. Sob a influência dos métodos do historiador inglês E. P. Thompson, destacam-se os estudos pioneiros oriundos da historiografia da Unicamp e do campo da História Social. A perspectiva de enxergar o negro como classe, sob a influência do método de E.

P. Thompson, desafia os paradigmas tradicionais da historiografia sobre o negro no Brasil, especialmente no campo de História Social.

De antemão, de acordo com Emanuel Candeia Cavalcante, a influência do historiador inglês E.P. Thompson foi fundamental não só para as ciências humanas, mas também para a educação e a saúde, e isso se deu pela tradução de obras e materiais sobre o pensamento de Thompson no fim dos anos 1980. Segundo Cavalcante (2013, p. 58), houve uma resistência por parte de alguns marxistas tradicionais, mas, segundo Marcelo Badaró Mattos (2006), houve uma imersão dos historiadores nas produções de Thompson. Em seu artigo, Mattos apresenta a entrevista de Edgard de Decca, que reflete e constitui uma amostra dessa influência:

O que ocorre é que elas abrem duas perspectivas complementares: o pensamento da margem e o pensamento da individualidade. A história que se fazia então era a história dos coletivos, dos grandes silêncios, dos grandes sujeitos. Aí se começou a iter pelar as margens, a revolução perdia o horizonte coletivo. Ato revolucionário então passa a ser a atitude que se tem perante normas, regras, instituições etc.[...] De Decca destaca a responsabilidade da Unicamp por ter introduzido uma vertente historiográfica [...] com Thompson, “começamos a aprofundar a questão do fazer-se dos sujeitos históricos, como os sujeitos se constituíam (Mattos, 2006, p. 94).

Este processo se deve a criação de um grupo de professores inscritos na história social na Unicamp como Robert Slenes e Michael Hall, por exemplo,

A aproximação entre esses pesquisadores se tornou evidente por conta da ideia compartilhada por eles de que era preciso contar uma história da escravidão na qual os escravos fossem sujeitos políticos de sua história. Esses historiadores se tornaram renovadores na historiografia brasileira de então, porque buscavam discutir o tema da escravidão em outras perspectivas que fossem além da teoria sobre o modo de produção da escravidão (que era o que vinha sendo feito antes) (Cavalcante, 2013, p. 101).

Assim, o que nos interessa aqui é apontar que o método de Thompson é centrado na ideia de que as classes sociais não são categorias estáticas e sim formações históricas que emergem da experiência e da luta classes. Esta noção fornece um arcabouço teórico potente para compreender a resistência negra em sociedades escravistas, por exemplo, com destaque para o fato de que as categorias explicativas de *experiência*, *agência* e a compreensão dos subalternos pela *ausência* são fundamentais para estes trabalhos.

Thompson nos atenta para a especificidade histórica quando utilizamos classe em seu sentido heurístico para pensar sociedades anteriores à revolução industrial. Nesse sentido, como aponta Hebe Mattos, mobilizar a metodologia “luta de classe sem classes” foi e ainda é fundamental na historiografia para compreender as relações antagônicas anteriores aos séculos XIX e XX (Mattos, 2013). Tal perspectiva teórico-metodológica do historiador inglês influenciou a historiografia social da escravidão, da religiosidade e

da liberdade no Brasil, e pode ser observada nos estudos dos historiadores Flavio Gomes, Sidney Chalhoub, Silvia Lara, Marcelo Badaró Mattos, Antônio Luigi Negro, Álvaro do Nascimento, entre outros/as. De maneira geral, esses trabalhos salientam como já vinham sendo constituídas experiências de escravizados e livres, bem como a compreensão do escravizado como agente histórico. Ademais, esses trabalhos evidenciam a solidariedade compartilhada pelos escravizados livres e libertos, pois, dentre as múltiplas experiências, há uma experiência em comum de exploração e de estratégias de resistência que são percebidas, significadas e experienciadas por eles.

De acordo com Hebe Mattos (2005), esse fato foi fundamental para a revisão da memória da escravidão e da abolição, com uma perspectiva que mobiliza o escravizado como ator político e social. Tal concepção tem como uma de suas bases as contribuições do historiador E.P Thompson, com destaque para as categorias de “experiência”, “agência” e a “compreensão dos subalternos pela ausência”. Esses são apenas alguns dos conceitos que influenciaram a historiografia social da escravidão e da liberdade no Brasil. Mattos (2013), ainda, evidencia que havia um silêncio em relação à cor e a debates raciais de maneira geral na República, bem como sobre a ideologia do branqueamento dissecada por Fernandes; porém, de forma alguma, houve inércia ou ausência de luta por cidadania por parte da população negra devido à experiência do cativo, pelo contrário, houve luta por cidadania em uma sociedade hierarquizada que visava excluir a contribuição social desses homens e mulheres de cor (Mattos, 2013, p. 362-363).

Dentre os historiadores citados, o trabalho de Sidney Chalhoub é um pioneiro nos estudos da historiografia brasileira em torno das ações de negros e negras no período colonial e imperial. O pensamento de Chalhoub é fruto da inserção do pensamento de Thompson no Brasil quando estava na pós-graduação, ele afirma que “E. P. Thompson nos ajudava muito a pensar. Aquele texto dele, *Luta de classes sem classes*, que circulava muito em espanhol à época, tinha uma correspondência muito importante com o que achávamos sobre escravidão” (Chalhoub, 2009, p. 191). Em sua primeira obra, *Trabalho, lar e botequim*, de 1987, Chalhoub realiza uma análise importante ao aplicar o conceito de “experiência” de Thompson. A influência do autor inglês é clara na abordagem de Chalhoub, que adapta essa perspectiva ao contexto brasileiro ao investigar as vivências da classe trabalhadora urbana no início do século XX e da população negra no período pós-abolição.

Chalhoub investiga o cotidiano dos trabalhadores cariocas, abordando temas como trabalho, habitação, lazer e repressão policial. Ao adotar uma postura que valoriza

as ações e práticas culturais desses trabalhadores, Chalhoub rompeu com as tradições historiográficas que "coisificam" os sujeitos, isto é, que desconsideram suas formas de resistir e negociar com as estruturas de dominação. Ele demonstra que, mesmo em contextos adversos, os trabalhadores criaram estratégias de sobrevivência e construíram formas de organização e resistência que eram historicamente significativas. Essa perspectiva insere sua obra na sólida tradição da história social marxista, alinhando-se ao esforço de Thompson em destacar a agência dos sujeitos históricos.

Já em *Visões da Liberdade*, originalmente publicado em 1990, Chalhoub amplia o alcance do conceito de experiência ao explorar as vivências de pessoas escravizadas nos anos finais do Império e no período inicial do Brasil republicano. O autor busca compreender como esses sujeitos negociaram a liberdade em um cenário de persistente exclusão social e econômica. A obra evidencia as formas como a população negra enfrentou os desafios impostos pela abolição formal da escravidão, revelando que a liberdade conquistada era frequentemente limitada por desigualdades estruturais. Chalhoub revela as práticas cotidianas de resistência e as redes de solidariedade que sustentaram a luta por trabalho, moradia e reconhecimento social, ressaltando a complexidade das experiências vividas pelos ex-escravizados.

Ao incorporar elementos do pensamento de Thompson, Chalhoub contribui para uma historiografia que valoriza os sujeitos subalternos como agentes históricos, ao mesmo tempo em que critica as narrativas que os reduzem à passividade. Não à toa, em sua entrevista para a Revista de História da Biblioteca Nacional, o historiador afirma que o movimento historiográfico influenciado pela metodologia de Thompson, fez com que ele olhasse para o "resto" da história. Esse termo foi utilizado para criticar os métodos reducionistas sobre a ótica da economia e da política e, por consequência, observar a agência daqueles que não eram considerados nos estudos historiográficos, como é o caso da população negra (Chalhoub, 2008).

A historiadora Silvia Lara, contemporânea de Chalhoub, apresenta em uma entrevista uma percepção crítica das transformações historiográficas entre os anos 1980 e 1990, destacando uma mudança paradigmática no estudo da escravidão e das relações sociais na América Portuguesa. Essa virada incluiu a incorporação de novos temas, como a experiência escrava, o papel da legislação e a relação entre violência e poder na sociedade escravista. Seu texto *Campos da Violência*, de 1986, foi pioneiro em trabalhar com fontes judiciais para explorar o cotidiano das relações entre senhores e escravos, questionando a visão passiva atribuída aos cativos. Lara reafirma, em entrevista a Gomes,

que essa época foi marcada por debates intensos de novos paradigmas historiográficos, e a integração de abordagens metodológicas analisavam os escravizados enquanto agentes históricos, fazendo um redimensionamento da historiografia da escravidão, ampliando perspectivas e conectando os estudos brasileiros às discussões internacionais, como a historiografia marxista inglesa e a micro-história italiana (Gomes, 2016, p. 306).

Entretanto, ainda na década de 1990, a historiadora Silvia Lara analisa os percursos historiográficos e apresenta críticas à ausência de abordagem racial nos estudos no campo da História Social, especialmente no contexto da transição do Império para a República. Ela responsabiliza os historiadores por naturalizarem a exclusão do negro, não o considerando apenas como escravizado, mas negligenciando a sua condição de trabalhador e sujeito histórico.

Imbuídos do espírito de Rui Barbosa, os historiadores apagam da história social do trabalho no Brasil a “nódoa” da escravidão. Assim, se o escravo não pertence ao universo dos trabalhadores, também o ex-escravo é excluído. Esta ruptura essencial da história no Brasil, de tão reiterada, já nos parece bem natural. Pois precisamos avançar contra esta ‘naturalidade’ e ousar fazer novas perguntas. Se a inspiração thompsiniana foi capaz de redimensionar a análise da experiência negra no Brasil, há ainda muito a ser feito. Afinal sua experiência não se encerra no século XIX, com a abolição. O que queremos enfatizar por ora é que estas pesquisas e seus argumentos revelam outras possibilidades de abordagem da história social dos trabalhadores no final do século XIX e início do XX (Lara, 1995, p. 55).

Lara relaciona a exclusão do negro com uma negligência historiográfica, originada no comodismo do discurso que alega falta de documentação. No entanto, ela indica alternativas, como análises da experiência do negro no pós-abolição, considerando-o como um sujeito integrante da sociedade e compreendendo-o enquanto parte do movimento operário, da cultura, da política, entre outros aspectos. A autora destaca a necessidade de revisitar as fontes, abordando-as com sensibilidade para as nuances do não dito.

A crítica apresentada por Silvia Lara na década de 1990 se mantém relevante na contemporaneidade ao refletir, em diversos campos da historiografia, sobre o cuidado com a questão racial, especificamente com a questão negra. Isso se manifesta tanto na análise da cor dos sujeitos históricos quanto na compreensão de eventos coletivos, dinâmicas econômicas, políticas e relações de trabalho.

Tal lacuna tem sido confrontada por uma geração de historiadores que, ao longo das últimas décadas, têm promovido significativas revisões historiográficas que revisitam obras e recortes dos campos da História Social do Trabalho, História Urbana, Pós-abolição e Escravidão. Entre eles, destacamos Antonio Luigi Negro, Flávio Gomes,

Álvaro do Nascimento, Ynaê Lopes dos Santos, Hebe Mattos, João José Reis, Wlamyra Albuquerque, Monica Souza e Amílcar Araújo Pereira, cujas obras têm contribuído para reposicionar a centralidade das questões raciais e da experiência negra no Brasil com elementos fundamentais para o entendimento da história nacional. Esses autores articulam análises que transcendem os limites da historiografia tradicional, dialogando com temáticas de resistência, agência, memória e subjetividade, essenciais para a construção de uma historiografia mais inclusiva e crítica.

Assim como a pesquisa aqui proposta, que busca analisar a influência dos debates sobre a construção do negro no espaço urbano, tomando como referência o Largo de São Domingos.

2.2 Os paradigmas sobre o Espaço, Território e Raça

Compreendendo que o estudo do urbano traz à tona uma formação interdisciplinar que mescla os campos da História da Urbanização, da História Urbana, da Geografia, do Urbanismo e do Planejamento Urbano, será necessário abordar os diálogos que essas disciplinas fazem entre si, mas também apresentar divergências que existem na forma como analisam o espaço e, especialmente, nas problemáticas e lacunas relacionadas à percepção dos sujeitos que ocupam o espaço da cidade. Emilio José Luque Azcona destaca que os estudos históricos urbanos enfrentaram duras críticas epistemológicas e um lento reconhecimento intelectual até sua consolidação na década de 1990. Segundo Azcona, esse campo foi descrito como “um conteúdo mal definido, sem coerência”, por englobar “tudo o que se refere à cidade” (Luque Azcona, 2018, p. 607, tradução nossa). Por meio disso, será necessário apresentar um breve percurso dos campos.

A arquiteta Beatriz Bueno faz um balanço sobre os estudos urbanos no Brasil desenvolvidos por arquitetos e urbanistas, destacando também os rumos da História Urbana no período de 1990 até 2010 a partir da análise dos trabalhos publicados em dossiês e revistas (Bueno, 2012, p. 12). A autora destaca quatro gerações de pesquisadores que, ao longo das décadas, contribuíram para o desenvolvimento do campo no Brasil. Dentre essas gerações, há diferentes perspectivas teóricas, desde as influências iniciais da escola francesa dos Annales até os aportes mais recentes da história cultural, da sociologia e da antropologia.

A primeira geração seria a dos estudos a partir de 1950, quando o campo da história da urbanização ganha amplitude com o trabalho do arquiteto Nestor Goulart Reis

Filho, ao consolidar um trabalho que “objetiva ampliar o campo de visão e estudar não apenas o urbanismo (isto é, os espaços projetados como uma forma de intervenção erudita e evidente), mas todos os espaços produzidos pela urbanização como processo social” (Bueno, 2012, p. 20). É nesse momento que há uma crítica aos estudos arquitetônicos:

A compreensão da cidade e do território como artefato social, soma-se a visão sistêmica que leva em conta atores, processos, dinâmicas e fluxos, redes de relações sociais, redes urbanas e suas configurações no espaço em perspectiva histórica. Tal escolha epistemológica impõe uma série de desafios ao pesquisador, tais como atentar para o jogo das escalas geográficas, para o jogo das temporalidades, para os anacronismos e, sobretudo, para os grupos sociais e os indivíduos como campos de força, cujos papéis na história longa nem sempre são óbvios e lineares (Bueno, 2012, p. 20-21).

É importante mencionar que, antes de 1950, os trabalhos eram predominantemente voltados para os estudos sobre o meio rural, o semirrural e a imigração, como aponta Beatriz Bueno:

Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior enquadram-se nesse contexto. No entanto, neles predominou a ênfase no Brasil rural. Gilberto Freire focaliza o mundo rural em *Casa Grande & Senzala*, de 1933, e insinua o alvorecer de um mundo urbano em *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural do Brasil e desenvolvimento urbano*, de 1936; Caio Prado fala dos nossos núcleos como uma “retaguarda rural” do mercado urbano europeu em *História econômica do Brasil*, de 1945; Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, de 1936, ao buscar os fundamentos da nossa formação discute em dois capítulos o ruralismo predominante. Na segunda edição, de 1948, os capítulos III e IV – intitulados O passado agrário – foram renomeados para Herança rural, e O sementeiro e o ladrilhador (Bueno, 2012, p. 15).

Nessa abordagem, os escravizados, aquilombados ou trabalhadores rurais negros eram frequentemente analisados sob a ótica da passividade, refletindo uma visão limitada e estereotipada dessas populações. A tese de Sergio Buarque de Holanda sobre a interpretação de inexistência de planejamento das cidades portuguesas foi veementemente refutada pela geração de 1950. Entre 1960 e 1970, foi o momento de duras críticas sobre a linha teórica e metodológica na área do urbanismo bem como da história urbana e, ao mesmo tempo, foi o período de forte vínculo dos debates entre história da urbanização e história da cultura material. De acordo com Luque Azcona, “as abordagens de orientação marxista, estavam a ganhar terreno rapidamente, com a intenção de demonstrar a relação entre as formas de organização espacial e os sistemas de organização econômica e social” (Azcona, 2018, p. 611, tradução nossa).

Segundo Bueno, havia uma grande concentração de pesquisas sobre o Brasil colonial que podem ser vistas em eventos acadêmicos, como os Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU), que tem sua primeira edição em 1990. Essa questão

pode ser observada nos estudos da segunda e terceira geração de pesquisadores, que abordaram os espaços intraurbanos, as ordens religiosas e o papel da Igreja e do Estado. Destacam-se, nesse contexto, os trabalhos sobre o espaço urbano e os estudos das cidades realizados, respectivamente, por Murilo Max e Mauricio Abreu. Já na transição dos anos 1990 para 2000, um dos trabalhos apontados como referência da terceira e quarta geração de pesquisadores é o de Fania Fridman. Sua contribuição se destaca por duas perspectivas: (i) os conflitos entre atores sociais no espaço urbano para além da corte portuguesa e a formação de bairros; e a (ii) retomada dos debates sobre as cidades coloniais. Entre suas obras, destacamos *Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária da Cidade do Rio de Janeiro* (1999), que explora os debates sobre a história dos patrimônios fundiários da cidade, destacando as relações de posse entre a Igreja e a Coroa, desde o século XVI até o século XIX. Seu trabalho contribui para as análises no campo da História Urbana ao abordar a relação fundiária entre a Igreja e o Estado, a formação das freguesias e as transformações do espaço urbano ao longo do tempo.

É nesse mesmo período, década de 1990, que há uma divisão nos estudos urbanos, evidenciando a história da urbanização e a história urbana. E é nesse período que Luque Azcona faz uma separação teórica entre “história urbana” e “urbanística”, fenômeno que se manifestou em publicações específicas sobre urbanismo, assim como em trabalhos focados em determinadas cidades, regiões e períodos cronológicos (Azcona, 2018, p. 624). De acordo com o sociólogo Mike Savage, por um longo período, os historiadores viam o “lugar” como insignificante, mesmo que estivesse presente em seus trabalhos. O estudo dos locais “não estava especialmente interessado em como a espacialidade afetava as relações sociais *per se*. O local era um foco antes metodológico que substantivo” (Savage, 2022, p. 21). Em consonância, Luque Azcona aponta que os historiadores estavam “mais interessados nos aspectos sociais, políticos, econômicos, sociais e que havia pouco interesse por aspectos relacionados a produção da forma urbana e suas características, o processo físico de urbanização, a morfologia, a lógica da produção do espaço construído” (Azcona, 2018, p. 609).

Savage (2022, p. 8) denota que os historiadores proporcionaram a busca por desenvolver diferentes abordagens com relação ao espaço e às relações sociais, mas voltadas para a classe. Em seus argumentos, o autor sugere que o estudo do espaço por historiadores deve ser observado pelo prisma ligado aos hábitos de determinados grupos sociais, pois os lugares se tornam integralmente ligados ao estilo de vida e, por consequência, à formação da identidade do grupo. Nessa linha, Danilo França (2021, p.

1) aponta que, apesar de a sociedade brasileira ter sido moldada por uma estrutura racial hierarquizada, a conexão com a questão urbana não foi explorada de maneira epistemologicamente consistente. Essa lacuna reflete a falta de diálogo entre esses dois campos, onde a construção histórica da sociedade, permeada por questões raciais, não recebeu a devida atenção no âmbito urbano. A compreensão da história urbana frequentemente inviabilizou a intrincada relação entre estrutura social e racialidade, resultando em um déficit de análises aprofundadas e interdisciplinares. A segregação racial, por exemplo, desempenhou um papel crucial na configuração das paisagens urbanas, influenciando o acesso a recursos, oportunidades e espaços públicos (Gonzalez; Hasenbalg, 1982; Garcia, 2007).

Para uma compreensão de forma mais abrangente da história urbana brasileira, é imperativo considerar a interseção das dinâmicas raciais. Tal ausência ou insuficiência de trabalhos impede uma análise completa das forças que moldaram as cidades e a experiência urbana, perpetuando lacunas significativas na compreensão de seu desenvolvimento social, político e econômico. Portanto, é crucial reexaminar criticamente a narrativa histórica urbana, reconhecendo e integrando plenamente a dimensão racial para uma compreensão mais holística e precisa de nossa história coletiva. Damos destaque ao trabalho recente de arquiteta Ana Barone e da historiadora Flavia Rios, o livro *Negros nas Cidades Brasileiras (1890-1950)*; o livro *Cidades Negras: Africanos, Crioulos e Espaços Urbanos no Brasil Escravista do Século XIX*, organizado por Flávio Gomes; e a tese de doutorado de Ynaê Lopes dos Santos, intitulada *Irmãos do Atlântico: escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e em Havana (1763-1844)*.

Já o “espaço” enquanto conceito foi debatido amplamente pela geografia, perpassando pelas correntes da geografia tradicional, geografia quantitativa, geografia crítica e geografia humanista. Segundo Roberto Corrêa, a tentativa de teorizar uma corrente analítica para o “espaço” foi fundamental para estabelecer campos e formas de compreensão do espaço geográfico. Corrêa aponta que, para o geógrafo Henri Lefebvre, sob a perspectiva do marxismo marcado pelo materialismo histórico, o espaço desempenha uma função “decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema” (Corrêa, 2001, p. 25). Lefebvre compreende o espaço como um espaço social, o que significa que ele não se define apenas pelo seu aspecto físico, nem exclusivamente pelas práticas da sociedade, tampouco é meramente político. Corrêa evidencia, então, que, para Lefebvre, o “espaço é o locus da reprodução das relações sociais de produção” (Corrêa, 2001, p. 25).

Na mesma linha, segundo Corrêa, o geógrafo Milton Santos contribuiu para o campo com uma nova concepção de espaço, visto que “a sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade” (Santos, 1977, p. 5 *apud* Corrêa, 2001, p. 26). Tal afirmação nos aponta que sociedade (relações sociais) e os espaços são campos que não podem ser desassociados. Para o geógrafo Claude Raffestin (1993), a construção do território só se dá por meio do espaço formado e as representações desse espaço se constituem e forma de controle: o território seria, então, um campo de forças.

Em consonância, ao analisar a formação do espaço e da sociedade brasileira, o geógrafo Renato Emerson Santos (2012) aponta as dimensões espaciais das relações raciais. O autor mobiliza as reflexões do sociólogo Aníbal Quijano, que afirma que a raça é o critério básico de classificação social da modernidade. Essa perspectiva interfere nos comportamentos e nas relações sociais, algo que possui, portanto, inescapáveis dimensões espaciais, já que as dinâmicas das relações raciais ocorrem no espaço, com o espaço e a partir do espaço. É nesse sentido que Emerson Santos traz à tona as dimensões de poder, hierarquias sociais e disputa raciais produzidas pelos ordenamentos sociais dos indivíduos em diferentes ambientes. Aqui, Renato Santos elabora metodologicamente com base em Milton Santos:

O espaço é uma acumulação desigual de tempos, o que faz com que algumas configurações espaciais nos evidenciem articulações entre passado e presente das relações raciais. Há rugosidades, grafagens das relações raciais do passado que se perenizam – afinal, processos sociais engendram formas espaciais que podem durar mais do que eles próprios, transformando-se em “rugosidades” no espaço. Estas formas não apenas se mantêm, mas pela sua propriedade de “inércia dinâmica” (são práticos inertes) são refuncionalizadas diante de novos processos espaciais que elas também influenciam (Santos, 2012, p. 60).

Isso pode ser observado em diversas cidades brasileiras nas quais as modificações no espaço urbano ainda revelam marcas do passado escravista, seja por meio de atividades culturais, toponímias ou lutas históricas, mesmo diante das segregações geradas pelas intervenções urbanísticas. Nesse contexto, Santos chama a atenção para a necessidade de analisar as dimensões espaciais urbanas a partir de outros lócus. Em um de seus trabalhos, Emerson Santos observa que, no campo da compreensão espacial das relações sociais, houve historicamente uma priorização dos estudos sob a perspectiva do Estado e das grandes corporações, tornando necessário redimensionar o papel da experiência dos indivíduos no espaço.

Dessa forma, ele propõe uma busca por análises que revelem as relações das microestruturas em uma dimensão macro, envolvendo os sujeitos, suas espacialidades e temporalidades, com vistas a uma "geografia da ação". Entre os principais objetos de estudo de R. Santos estão a ação dos movimentos sociais, as relações sociais no espaço, bem como as resistências e estratégias dos indivíduos.

[...] mais do que apenas mobilizar sentidos e cargas simbólicas dos lugares como ferramenta para suas lutas, há movimentos que vão buscar construir e impor novos sentidos aos lugares, atribuir novas cargas e conteúdos na busca de disputar consciências das pessoas que por eles passam ou neles vivem. [...] A grafagem em pontos do espaço, que se transformam em referenciais de releitura da história mobilizada por estes conteúdos atribuídos ao passado dos lugares, ressignifica a relação entre indivíduos e sua ancestralidade, provocando câmbios de identidade e pertencimento. É a disputa de lugares como ferramenta de luta social (R. Santos, 2019, p. 13).

O sociólogo Peter Kent-Stoll (2020, p. 6) apresenta os estudos sobre a gentrificação como uma marca racial ao considerar esse fenômeno como um deslocamento político e cultural, resultando na negação da ideia de pertencimento de determinados grupos, ou seja, da população pobre, negra e da classe trabalhadora. Kent-Stoll nos proporciona um insight para pensar as múltiplas camadas envolvidas nas transformações dos espaços urbanos e da inter-relação entre colonialidade e racismo, assim como Renato Santos menciona nas análises das dinâmicas das disputas de lugar. O mesmo faz Muniz Sodré (2002) ao apresenta como as intervenções urbanas apontam para uma redefinição da clivagem branca quando fala da semiose espacial do poder colonial.

Outro trabalho que merece destaque aqui, do também sociólogo Augustin Lao-Montes (2019), faz uma crítica aos estudos sobre as cidades onde a modernidade era vista como a principal característica associada à branquitude, enquanto as margens, as classes perigosas e os lugares considerados hostis eram vinculados às populações negras. O autor menciona que não é possível pesquisar as cidades dos Estados Unidos sem considerar a questão racial, convidando-nos a enegrecer os logradouros, as conjunturas urbanas, a história, as políticas e a cultura dos locais que foram embranquecidos. Essa questão não se limita à América do Norte, pois países com histórico de imigração forçada em formato de escravidão – ou seja, países afrodiáspóricos – também possuem uma dívida com seus estudos. Entre as contribuições realizadas pelo sociólogo, destacam-se duas chaves analíticas: (i) as afromodernidades e (ii) as geografias negras para a grafagem territorial de circulação do corpo negro nos espaços urbanos com o mapeamento de urbanidades negras, algo que coaduna com as críticas no campo da História do Planejamento Urbano que serão debatidas a seguir.

Mediante o exposto até aqui, foi possível perceber as reflexões sobre a questão racial na historiografia, assim como no espaço urbano no campo da geografia. É nesse ínterim que o trabalho da pesquisadora norte-americana June Manning Thomas se torna fundamental para a compreensão dos conflitos raciais na história da urbanização, oferecendo uma perspectiva crítica sobre o desenvolvimento do planejamento urbano. Thomas conduz suas análises nas cidades dos Estados Unidos, dedicando maior atenção à cidade de Detroit. No entanto, suas observações são relevantes ao examinarmos as lacunas do campo na compreensão das relações raciais nas cidades. Ela também denuncia a falta de consideração no campo da História do Planejamento Urbano em relação à questão racial, negligenciando a conexão entre os problemas habitacionais, sociais e econômicos.

A história do planejamento, um campo que floresceu nos últimos anos, é uma parte importante do nosso arsenal intelectual. No entanto, tal como se encontra atualmente constituído, o campo da história do planejamento oferece frequentemente uma preparação inadequada para compreender a relação entre planejamento e raça (Thomas, 1994, p. 1, tradução nossa).

A planejadora norte-americana, em sua análise, apresenta um meticuloso balanço dos estudos dedicados à abordagem da questão racial, classificando-os como insuficientes, sobretudo ao se deparar com a análise da interseção entre a problemática habitacional, o urbanismo e a dimensão racial. Thomas identifica uma lacuna substancial nas análises existentes, destacando a necessidade premente de um olhar mais aprofundado e integrado que contemple de maneira mais holística as complexas relações entre raça, habitação e planejamento urbano. Por meio de uma análise crítica não apenas aponta a insuficiência desses estudos, mas, de maneira propositiva, sugere a iminente aproximação entre a história urbana negra e o campo do planejamento urbano. A respeito disso, provoca a epistemologia acadêmica com a ação prática do planejador, mas também promove uma compreensão mais completa e contextualizada das dinâmicas urbanas intrinsecamente vinculadas à experiência negra.

Segundo Thomas, as reformas urbanas “forneceram inúmeros exemplos de interligação da mudança racial com políticas locais e destruição sistemática de muitas comunidades, deslocando as minorias nas histórias do planejamento da habitação, e, quando o planejador ou historiador urbano não reconhece os efeitos destas políticas nas comunidades de minorias do centro da cidade, seus trabalhos são insuficientes” (Thomas, 1994, p. 5, tradução nossa). Ao mapear os debates e mudanças do planejamento urbano enquanto profissão de formação, método e pressões da comunidade negra em Detroit nos

anos de 1960, Thomas tem por intuito apresentar que, mesmo com uma mudança da abordagem do planejamento físico para um planejamento social, não se referencia o contexto racial. Portanto, os estudos de Thomas contribuem para um planejamento contra hegemônico e racializado, assim como esta pesquisa se propõe.

Outro debate que nos é caro é o da planejadora Leonie Sandercock, que evidencia que há uma história do planejamento oficial

que mantém a história do projeto de planejamento modernista, a representação do planejamento como a voz da razão na sociedade moderna, o portador da missão iluminista do progresso material através da racionalidade científica. Este deve ser a história que desejamos acreditar sobre nós próprios, enquanto planejadores (Sandercock, 1998, p. 1-2, tradução nossa).

Assim, a história oficial seria moldada pela construção estatal, e torna-se imprescindível recuperar as histórias dos planejamentos insurgentes. Este empenho visa dismantlar o paradigma da visão única, indo além do que é promovido pelo aparato estatal.

Ao resgarmos historicamente conflitos e outras modalidades de planejamento, vislumbramos a oportunidade de compreender o passado de forma mais abrangente, ao mesmo tempo que delineamos propostas para um futuro distinto do oficialmente consagrado. Esse exercício de resgate histórico revela-se crucial para ampliar nossa percepção das complexas dinâmicas urbanas, proporcionando uma abordagem mais aberta e inclusiva. Segundo Sandercock (1998, p. 2), recuperar as histórias dos planejamentos insurgentes não apenas desafiam a hegemonia da visão estatal, mas também conduzem a novas perspectivas que, muitas vezes, são marginalizadas na história oficial. Assim, ao reconstruirmos os episódios de resistência e explorarmos alternativas de planejamento, contribuimos para a construção de um arcabouço narrativo mais diversificado, capaz de refletir a verdadeira riqueza e a complexidade da trajetória urbana.

Sandercock inicia um debate sobre a formação da profissão e a diferenciação entre o historiador urbano e o historiador do planejamento. O que nos chama a atenção é observar os conflitos existentes na narrativa da formação da profissão, que parte de um discurso vinculado ao planejador como herói de uma prática progressista: “a ascensão da profissão é simplesmente, o motivo de celebração e não de uma análise crítica” (Sandercock, 1998, p. 3, tradução nossa). A partir disso, a autora tem por intuito desmistificar a idealização heroica do planejador, com questionamentos sobre a abordagem metodológica da história do planejamento e como, dependendo da definição

do objetivo do planejador, as respostas são diferentes, ou seja, a ausência das questões raciais e de gênero tem um viés epistêmico definido.

E o que dizer da ausência de afro-americanos e de outras minorias étnicas nas narrativas tradicionais. Há aqui um pressuposto implícito de que não existem antepassados ou antepassadas afro/mexicano/asiático-americanos do planejamento urbano. Há ainda um pressuposto implícito de que o planejamento tem sido neutro em termos raciais nas suas práticas, em vez de apoiar as políticas de segregação e discriminação da estrutura de poder branca (Sandercook, 1998, p. 8, tradução nossa).

Com isso, propõe um planejamento que aborde a construção dos próprios grupos, um planejamento a partir dos de baixo, pois, enquanto o planejamento oficial estava preocupado com o meio físico, a comunidade negra tinha como foco habitação, emprego e alimentação. E, ainda, ao reinterpretar o passado da história do planejamento, será possível realizar um trabalho mais abrangente dentro da profissão. Sandercock evidencia que houve um silêncio por parte dos historiadores do planejamento em relação à questão do racismo, que foi sistematicamente evitada. Como consequência, a prática do planejamento acabou por reforçar a segregação e a discriminação racial. Para a autora, quando a questão racial é mencionada, não se culpabilizam as profissões, mas o urbanismo, tirando toda a responsabilidade dos profissionais (Sandercook, 1998, p. 10).

Thomas e Sandercock contribuíram para a realização dessa investigação ao buscarem relacionar epistemologicamente os conflitos raciais e as políticas urbanísticas, reconhecendo os processos históricos raciais e as experiências negras como determinantes para projetos de planejamento. Assim, buscaremos inferir as disputas raciais como fator chave das intervenções urbanísticas no Largo de São Domingos na Primeira República e como parte da história urbana negra apagada do tecido urbano, tendo como eixos principais: raça, espaço, planejamento e processos históricos enquanto experiência, a partir das análises dos jornais da época.

2.3 Trabalhos sobre a Pequena África e a ausência do Largo de São Domingos nos estudos sobre Planejamento Urbano e História

Desde o processo de redemocratização na década de 1980, têm ocorrido reivindicações dos movimentos negros pelo reconhecimento da presença negra em uma parcela do território da área central do Rio de Janeiro, realizando a nomeação desse espaço como Pequena África (Pereira, 2010). Segundo o geógrafo Renato Emerson dos Santos, a nomeação de Mini África ou Pequena África, atribuída ao cantor e compositor

Heitor dos Prazeres no início do século XX, adquiriu diferentes dimensões e temporalidades ao longo do tempo, especialmente a partir das demandas do movimento negro contemporâneo. A emergência dos debates sobre o reconhecimento da Pequena África traz à tona o mapeamento das lutas de ativismo, a conquista da patrimonialização desses territórios e as ações de atores locais diante de mais uma intervenção urbana, como foi o caso do Projeto Porto Maravilha, iniciado em 2009 (Santos, 2018). O autor afirma que,

A Pequena África aparece como referência territorial do presente, passado e disputado como sendo do futuro, através de práticas e repertórios de reivindicação que buscam grafar o espaço instaurado gramáticas urbanas negras e antirracistas, baseadas em informações que provocam a resignificação do pertencimento racial negro, como toponímias, patrimonialização e outras formas de valorização (Santos, 2022, p. 227-228).

Para a historiadora Monica Souza, a Pequena África emerge como um espaço simbólico de resistência e criatividade cultural que preserva a memória dos que não sobreviveram à travessia, exemplificam a coexistência de dor e a celebração na história da região (Souza, 2018, p. 107). A autora explora como esses locais continuam a ser espaços de memória viva, com eventos como a lavagem simbólica do Cais do Valongo e as rodas de samba na Pedra do Sal, que reafirmam a importância da herança cultural africana. Um dos momentos em que ocorre uma emergência dos debates sobre esse território tem relação com a descoberta, em 1996, de ossadas que indicavam que ali havia um cemitério de escravizados mais recente que o de Santa Rita, um sítio arqueológico onde foi fundado o Instituto Pretos Novos, bem como a redescoberta do poder público do Cais do Valongo e o seu processo de patrimonialização pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade em 2017.

Segundo Lima, a descoberta da localização do Cais de Valongo é um exemplo do processo de apagamento e identificação do passado e, ainda, de que a região foi palco de processos de apagamento histórico e material, mas também de resignificação, como sua redescoberta em 2011, que reacendeu debates sobre a preservação da memória histórica. A esse respeito, a historiadora Ynaê Lopes dos Santos menciona que:

[...] o Cais do Valongo também permite nos conectarmos com a história de homens que tiveram atuação fundamental na luta abolicionista e cujas trajetórias nos permitem pensar nas muitas camadas do movimento abolicionista brasileiro. Mas não só. Nesse mesmo território de escravidão e luta pela liberdade, temos a possibilidade de repensar a condição do negro no pós-abolição, uma dimensão ainda pouco explorada pela dita história oficial (Y. Santos, 2022, p. 157).

Além disso, é importante salientar que não se trata apenas de refletir sobre o Cais do Valongo e o complexo escravista, mas de ampliar o olhar, seguindo as perspectivas que o movimento negro e os intelectuais têm desenvolvido, visando não apenas a Região Portuária.

Renato Emerson dos Santos em um de seus trabalhos, reflete sobre o percurso da patrimonialização da Pequena África, mas também lista pontos com outras dinâmicas espaciais correlatas para além da zona portuária. O que nos cabe analisar aqui são os trabalhos que relacionam o Largo de São Domingos como parte da Pequena África. E é nesse momento que Santos aponta a necessidade de valorização de outra referência presente: o território da Pequena África, incluindo as irmandades negras: “todas estas são localizadas fora da Zona Portuária, o que já nos enuncia o alargamento espacial da reivindicação negra sobre a Pequena África” (R. Santos, 2022, p. 222). Nesse contexto, destaca a Igreja de São Domingos e o Largo de mesmo nome como pontos de sociabilidade negra. Seguindo a mesma linha de análise, o sociólogo Rodrigo Toniol aborda o que ele menciona como “confrarias afrocatólicas” na Pequena África e critica a falta de trabalhos relacionados a essa temática, ao relacioná-las como parte importante da história negra, que possibilitam “pistas que os ajudam a identificar as remanescências materiais daquilo que constituía o território da Pequena África (Toniol, 2024, p. 257).

Rafael Soares Gonçalves e Nicolas Bautès, no artigo *Cidade nova, Praça Onze e a abertura da Avenida Presidente Vargas: do apagamento à ressurgência e enquadramento da memória da “Pequena África” do Rio de Janeiro*, defendem que a intervenção urbanística para as obras da Avenida Presidente Vargas no território da Praça Onze, área que era conhecida como parte de um território popularmente denominado Pequena África, tem uma relação ideológica autoritária de segmentação social e racial. Os autores afirmaram que as matrizes espaciais que estruturam a sociedade brasileira contemporânea se fundamentam em uma sobreposições de divisões de classe e raça. Um exemplo é a propagação da ideia do território como “berço do samba”, que remete simultaneamente às dimensões raciais e de classe. Os autores demarcam que as obras promoveram um impacto no espaço, na experiência, no lazer, no comércio e no trabalho da população negra, e destruiu o epicentro da Pequena África, a avenida isolou ainda mais a Zona Portuária do restante da cidade. Os bairros portuários acabam concentrando, como veremos a seguir, a memória da herança afro-brasileira, sobretudo pelo fato de essa área ter sido relativamente esquecida pelo mercado imobiliário ao menos até o final do século XX. Entre os epicentros mencionados por Rafael Gonçalves e Bautès, destacamos aqui o

Largo de São Domingos, citado como um dos territórios da Pequena África que desapareceu e foi apagado da memória com a abertura da Avenida Presidente Vargas (Rafael Gonçalves; Bautès, 2019, p. 132).

Assim como fez Roberto Moura (1995), que aponta que o Largo de São Domingos detinha uma tradição do Carnaval popular dos primeiros ranchos cariocas, antes mesmo da tradicional Praça Onze, lugar de casas e sobrados pertencentes às tias baianas, em destaque a de Tia Ciata. Além disso, o autor identifica, em apenas um trecho, as atividades de festejos relacionados à Igreja de São Domingos como parte da dinâmica da Pequena África, mas não apresenta fontes.

Como observado até aqui, e reconhecendo os limites desta pesquisa, são poucos os trabalhos sobre a Pequena África que incorporam o Largo de São Domingos como parte dessa concepção. E isso ocorre mesmo que o espaço esteja situado na dimensão territorial associada à Pequena África, conforme ilustrado no mapa a seguir:

Mapa 3 – Dimensão territorial do Largo São Domingos e da Pequena África



Fontes: Elaboração autoral / Base Google Earth (2023).

Como mencionado na introdução, a trajetória histórica do Largo de São Domingos é marcada por diferentes temporalidades, contribuições e transformações no espaço urbano. Desde sua nomeação, vinculada ao deslocamento da Irmandade de São Domingos, em 1706, até sua demolição, em 1943, com a abertura da Avenida Presidente Vargas, o Largo atravessou diversos processos. Essa trajetória envolve aspectos como: (i) a ocupação do espaço; (ii) manifestações culturais, religiosas e laborais; (iii) intervenções urbanísticas; (iv) o apagamento do território; e (v) a memória da cidade. Observa-se,

contudo, uma escassez de estudos que colocam o Largo de São Domingos no centro das discussões, seja sob a perspectiva arquitetônica, do crescimento urbano, das irmandades negras, da habitação ou de outros temas correlatos.

Vejamos os trabalhos com recorte temporal voltado para os períodos colonial e imperial, trabalhos que abordam a Irmandade de São Domingos, começando pelas contribuições da historiadora Mariza Soares, referência nos estudos das religiosidades. Em *Devotos da Cor: Identidade Étnica, Religiosidade e Escravidão no Rio de Janeiro do Século XVIII*, Soares (2000) investiga as identidades e a religiosidade urbana escrava, com foco nos grupos de “pretos-minas”, bem como nas funções e nos conflitos étnicos das irmandades negras no Rio de Janeiro colonial, especialmente na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia.

Antes de se aprofundar na irmandade em questão, Soares traça um panorama sobre os grupos étnicos presentes nas freguesias, suas práticas religiosas e o papel das irmandades negras, destacando sua função no mundo escravista e suas complexidades. A historiadora, assim como Diego Santos Barbosa (2020) assinala a existência de conflitos étnicos dentro das irmandades, especialmente nas devoções e confrarias negras. Um exemplo disso é o embate entre os irmãos de São Domingos e do Rosário, ambos alojados na Igreja de São Sebastião, no Morro do Castelo. Esses conflitos revelam tensões e hierarquias eclesiais, já que as irmandades foram acusadas de empobrecer e degradar a Igreja de São Sebastião. Soares também analisa os números de sepultamentos registrados no livro de obituário de escravos da Freguesia da Candelária (1724-1736) (Soares, 2000, p. 147). Nesse levantamento, destaca-se o número elevado de pretos enterrados nos cemitérios das igrejas do Rosário e de São Domingos – ambas situadas na saída da cidade, sendo a última localizada extramuros.

No trabalho de mestrado intitulado *A cor da devoção: entre espaços e identidades na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos no Rio de Janeiro*, Barbosa busca analisar a Irmandade, investigando suas significações e associações. Assim como Soares, Barbosa apresenta um panorama geral sobre as irmandades existentes entre 1733 e 1808, mencionando também a Irmandade de São Domingos. Dentre os pontos que chamam a atenção, destaca-se a afirmação de que a instalação da Irmandade de São Domingos no Campo da Cidade contribuiu para o crescimento do local. No entanto, essa afirmação não é desenvolvida na dissertação.

Augusto Maurício, em seu livro *Templos Históricos do Rio de Janeiro*, aborda a Irmandade de Sant’Ana e faz apenas uma menção tímida à Irmandade de São Domingos.

É importante destacar que os trabalhos mencionados até aqui não se preocupam em aprofundar os debates sobre a igreja, uma vez que seus objetos de análise estão voltados para outros temas. Já com relação aos estudos sobre sepultamentos e cemitérios das igrejas, destaco os trabalhos das Claudia Rodrigues e Milra Nascimento Bravo (2012), pois apresentam trabalhos que compõem um arcabouço teórico para compreendermos as hierarquias da morte no período escravista a partir da análise dos sepultamentos em igrejas e como determinadas igrejas os moldavam. Com isso, analisam os sepultamentos realizados pela Irmandade de São Domingos de 1720 até 1808 no cemitério dos “mulatos”.

De acordo com as historiadoras, o cemitério dos “mulatos” já existia desde 1613 e passou a ser administrado pela irmandade de São Domingos em 1706 até 1820. Embora o cemitério seja anterior à construção da capela, seu registro documental só foi realizado a partir da gestão dos irmãos de São Domingos. O cemitério ocupava uma vasta área entre as ruas General Câmara, São Pedro e Conceição antes de sua extinção (Rodrigues; Bravo, 2012, p. 12). Na área da arqueologia, temos que destacar o trabalho de Ana Luiza Barreto e Madu Gaspar, que mapeiam os espaços públicos de descarte dos corpos considerados desvalidos e mencionam o cemitério dos mulatos e as dinâmicas contraditórias de cada cemitério mapeado, como em Aureliano Gonçalves (2004).

As historiadoras Monica Souza e Mariana Candido abordam a trajetória da angolana livre Dona Florinda Josefa Gaspar, uma africana de Benguela, mulher negra de posses, que exercia funções importantes na irmandade de São Domingos, o que revelava sua inserção num lugar de respeitabilidade na sociedade carioca em meados do século XIX. Tal trajetória se coaduna com as afirmações de Soares, que apontam para uma diversificação de membros na irmandade de São Domingos, “além de escravos e forros pobres, a irmandade certamente conta com irmãos mais afortunados” (Candido; Souza, 2024).

Ao compreender o espaço urbano ainda no período colonial e império, temos o trabalho de Fania Fridman, que nos interessa em relação à análise da segregação racial no processo de colonização, evidenciada tanto pela criação de irmandades destinadas a grupos étnicos específicos quanto pelas ordens espaciais que o deslocamento de determinadas irmandades provocou, como o Caso do Campo de São Domingos / Largo de São Domingos (Fridman, 1999, p. 32). Da mesma forma, faz o arquiteto Nireu Oliveira Cavalcanti (2004), o Jornalista Vivaldo Coaracy (1965) e o trabalho mais recente do

planejador urbano Marcos Coutinho (2022), que citam o Largo de São Domingos em uma análise macro do crescimento da cidade.

O geógrafo Ivo Venerotti, em seu artigo *(Re)Pensando os diversos usos do Campo de Santana em tempos pretéritos*, analisa os usos e a concepção do território na formação do Campo de Santana. Venerotti aborda o território do Campo da Cidade e sua remodelação, destacando as divisões realizadas ao longo do tempo por meio das igrejas e sua transformação em largos. Um exemplo é a Igreja de Sant’Ana, que permaneceu abrigada por um período na Igreja de São Domingos até receber um terreno próprio.

Com relação aos séculos XIX e XX, as bibliografias são ainda mais escassas. Além da obra de Roberto Moura, já citada aqui, Maurício de Abreu com a obra *Evolução Urbana* apresenta os processos de renovação urbana por meio da abertura das freguesias com novas vias de circulação com o objetivo de alargar as principais ruas ou abrir novos caminhos urbanos. Entre as ruas, listadas Abreu menciona a abertura de 24 metros de ruas estreitas como a rua de São Joaquim (atual Avenida Marechal Floriano), mas não aborda detalhadamente o processo de sua abertura. Já Luiz Antônio Simas, no artigo *Dos Arredores da Praça Onze aos terreiros de Oswaldo Cruz: uma cidade de Pequenas Áfricas*, de 2016, lista a demolição de uma parte do Largo de São Domingos como uma das intervenções habitacionais urbanas que geraram indignação popular, mas não aponta quais foram elas. O mesmo acontece na obra *Terreiro e a Cidade: a forma social negra brasileira*, de Muniz Sodré, em que o sociólogo, ao abordar os espaços sagrados negro-brasileiros, afirma que o Largo de São Domingos concentrava um número elevado de negros baianos advindos da migração baiana para o Rio de Janeiro (Sodré, 2019, p. 77).

Há trabalhos relacionados à demolição que mencionam de forma sucinta a igreja de São Domingos de Gusmão: como o do historiador Pedro Sousa da Silva com o artigo *Avenida Presidente Vargas: a fúria demolidora da reforma urbana do Estado novo na cidade do Rio de Janeiro (1938-1945)*, que demarca as obras e a organização para a realização do projeto do Plano de Transformação e Extensão da Cidade, mas só menciona São Domingos como umas das igrejas e território a ser desmantelado. No livro *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*, a arquiteta e historiadora Evelyn Furkim Werneck Lima relata a trajetória da igreja, demarcando-a como santuário de pretos. No entanto, mesmo que mencione a irmandade, a autora passa sobre o assunto de forma superficial, sem a demarcação racial do território. Mas, ainda assim, apresenta a indignação pelo desaparecimento de uma história colonial: “Um resto de lembrança no

muito do amor da Ordem as cousas do seu passado ultrapassante dos dois séculos” (Lima, 2016, p. 172).

O urbanista Guilherme Mesquita de Mattos, em *Embates e diálogos na preservação patrimonial da área central do Rio de Janeiro (1938-1964)* evidencia que a Igreja dos Irmãos de São Domingos não foi tombada e, por isso, não há documentações que evidenciem um embate pela derrubada da igreja. Além do mais, não era só a igreja que estaria em jogo pelas obras da Avenida, mas também o Largo com o mesmo nome. Em seu breve texto, intitulado *Lugares de memória dos trabalhadores Igreja e Largo de São Domingos de Gusmão, Rio de Janeiro (RJ)*, Patrícia Pamplona faz um panorama geral da Igreja e do Largo, sendo esse um dos poucos textos que tem o Largo e a Igreja como foco principal, mas como se trata de um verbete não há muitas informações historiográficas ou análise de documentações.

Imagem 1 – Largo de São Domingos na década de 1940 antes de ser demolido



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Como vimos, este capítulo se propôs a compreender os campos que dialogam com o espaço urbano, suas lacunas e suas contribuições para esta dissertação. Trata-se de uma análise voltada para diferentes perspectivas metodológicas que compõem esta pesquisa, com o objetivo de aproximar e analisar as ausências e os desafios relacionados à temática

racial nos campos de estudo mobilizados nesta investigação, a fim de percebermos como as contribuições de cada campo serão fundamentais para esta pesquisa.

Outro fator importante é observar a ausência de estudos específicos sobre o Largo de São Domingos, reiterando que, dentro dos limites desta investigação, há poucas contribuições sobre a temática, especialmente no período da Primeira República, recorte temporal desta dissertação. Essa escassez nos convida a refletir sobre outros tipos de apagamento de espaços urbanos. Observaremos como o Largo de São Domingos pode ser compreendido como parte da Pequena África, bem como pode ser mobilizado enquanto um espaço de fluxos e urbanidades negras presentes. Além disso, analisaremos como, apesar dos poucos trabalhos existentes, a imprensa carioca da época contribuiu para a racialização do Largo.

3 O LARGO DE SÃO DOMINGOS COMO UM IMPASSE

Este capítulo investiga as transformações urbanas que marcaram a cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República, evidenciando como as políticas de demolição e o discurso de “embranquecimento” contribuíram para redefinir o espaço urbano. Nesse panorama, observamos não apenas as grandes obras e intervenções que buscavam uma estética modernizadora, mas também os impactos sociais e raciais dessas medidas, sobretudo para a população negra. Ao nos debruçarmos sobre o período de 1902 a 1906, recorreremos aos jornais como fonte para identificar os discursos que legitimaram tais intervenções no Largo de São Domingos.

O foco, então, recai sobre a análise da maneira como os jornais da época retratavam os lugares afetados por essas reformas, tornando visível o processo de construção de imagens e estereótipos em torno de determinados espaços. O caso do Largo de São Domingos, particularmente entre 1910 e 1920, ilustra a forma como a presença negra e o passado escravista foram silenciados ou reinterpretados, reforçando percepções de abandono e desordem. Dessa forma, este capítulo evidencia como as políticas urbanas e as narrativas raciais estiveram intrinsecamente ligadas, resultando em configurações espaciais que, em muitos aspectos, ainda repercutem na forma como se compreende, ocupa e representa a cidade.

3.1 Cidade, políticas urbanas e o ideal de moderno entre os séculos XIX e XX

O geógrafo britânico Peter Hall (2007) analisa o crescimento das cidades (europeias e norte-americanas) e seus principais problemas sanitários na segunda metade do século XIX, e aborda os desafios do poder público e da população para a concepção de uma cidade ideal, industrializada e moderna. Como mencionado anteriormente, o planejamento das cidades é um projeto intrínseco à história moderna, surge do processo de crescimento populacional nas áreas urbanas e da necessidade de lidar com os novos desafios e complexidades decorrentes dessas dinâmicas, e Hall nos evidencia isso.

O autor demonstra que os debates sobre o crescimento da cidade foram norteados por três polos: (i) os problemas sanitários, (ii) a precariedade e o controle habitacional, e (iii) os levantes de trabalhadores urbanos (e o medo do socialismo das elites). Nesse contexto, Zygmunt Bauman destaca o “planejamento meticuloso dos cenários da vida cotidiana – o planejamento e o desenho do espaço da cidade, onde a grande maioria dos

habitantes dos mundos futuros deveria viver” (Bauman, 2008, p. 87). Esse planejamento, entretanto, reflete preocupações específicas sobre que tipo de vida cotidiana deveria ser mantida e quais interesses orientavam essas escolhas, revelando as intenções subjacentes ao desenho das cidades modernas.

“Os horrores dos cortiços” foi o principal foco de combate na Inglaterra e França, e Hall apresenta como a imprensa contribuiu para alavancar pautas sobre reformas urbanas e a ação do poder público. Ao mesmo tempo, essa perspectiva também propagou estereótipos em relação aos residentes dos “cortiços”, rotulando-os como degenerados (principalmente imigrantes), operários ociosos ou bárbaros (Hall, 2007, p. 18). Essa categorização englobou trabalhadores, imigrantes e indivíduos economicamente desfavorecidos, perpetuando representações pejorativas e estigmatizantes. Ademais, não podemos deixar de salientar que, além da imprensa como grande disseminadora de um pânico generalizado, houve uma ligação direta entre esse fenômeno e a consolidação da racionalidade do cientificismo, em que a relação entre degeneração racial e classes perigosas era vinculada às classes pobres.

Deste modo, as demandas de planejamento urbano das cidades visavam o controle desse grupo por meio da demolição das habitações, aberturas de avenidas e leis de moradias e controle em meados do ano de 1880. Hall nomeia tal ação como uma mini-haussmannização, em alusão às reformas urbanas que se tornaram referência de ideal de cidade, promovidas em Paris pelo Barão Haussmann em meados do século XIX (Hall, 2007, p. 25). Mesmo que haja diferenciação dos efeitos urbanos, o geógrafo descreve que “o problema, era quase universal” (p. 51). Nesta linha, podemos perceber que o ideal de estética, moral e progresso foram motes primordiais dos debates sobre o planejamento das cidades no século XIX e perdurou até as primeiras décadas do século XX e, “nesse sentido, a industrialização e a urbanização [...] criaram uma nova série de relações sociais e uma nova série de percepções sociais” (Hall, 2007, p. 50).

No caso brasileiro (guardadas as devidas proporções e especificidades), não foi muito diferente, mediante as reformas urbanas realizadas nos primeiros anos da República, embora o ideal de embelezamento das cidades já fosse uma aspiração presente antes mesmo desse período. No mesmo prisma de Hall, o historiador Jaime Benchimol (1990) afirma que havia a busca pela modernização de um imaginário de cidade sob a ótica parisiense, mas principalmente voltada para o mercado internacional com bases teóricas racializadas. A medicina social no Brasil, mais especificamente as teorias raciais deterministas, ganha notoriedade tardiamente na década de 1870. Segundo a historiadora

Lilian Schwarcz (1993), ao adaptar concepções dos estudos darwinistas sobre a o evolucionismo social ao contexto brasileiro, esses debates promoveram uma atualização teórica que fundamentou a construção de argumentos raciais no país.

Um *determinismo* de cunho *racial* toma força nesse contexto. Denominada “darwinismo social” ou “teoria das raças”, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que “não se transmitiriam caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos, puros” – e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social (Schwarcz, 1993, p. 46).

Logo, nos primeiros anos de adaptação dos estudos raciais ao contexto brasileiro, o país passou a ser interpretado como uma nação “doente” em termos raciais. A miscigenação era vista como a principal causa desse suposto enfraquecimento racial, tornando necessário, segundo essa perspectiva, “sanar” tal condição. Schwarcz exemplifica que a eugenia, longe de ser apenas uma política social fundamentada no modelo determinista, evidencia as tensões entre o evolucionismo cultural e o darwinismo social. Enquanto o evolucionismo cultural sustentava a ideia de que toda a humanidade estava destinada ao progresso e à civilização, a eugenia contribuiu para o abandono dessa perspectiva universalista. O conceito de degeneração começou a substituir o de evolução como metáfora central para interpretar os rumos do progresso ocidental (Schwarcz, 1993 p. 47). Para os defensores do darwinismo social, o progresso passou a ser visto como exclusivo das sociedades consideradas “puras”, livres do que qualificavam como os efeitos negativos da miscigenação. Assim, a ideia de evolução universal e obrigatória foi descartada, revelando um paradigma excludente e hierarquizante, que justificava desigualdades e preconceitos raciais sob a máscara de uma suposta base científica.

Assim, em meio a esse panorama, onde conviviam “teóricos do branqueamento” com pensadores mais deterministas e pessimistas, é claro que não havia homogeneidades consensualmente aceitas. Mas, de toda forma e a despeito das diferentes linhas, o negro era considerado por esses analistas, em seu conjunto, como um elemento que, apesar de “mais” ou “menos” assimilável segundo os diferentes vieses, denegria sempre a “civilização” (Schwarcz, 1993, p. 26).

Assim, a autora evidencia como as teorias raciais e científicas influenciaram as políticas públicas no Brasil, especialmente nas grandes cidades, durante o final do século XIX e início do XX. Essas ideias se traduziram em programas de higienização e saneamento que buscavam impor uma nova racionalidade científica aos centros urbanos,

marcados por condições precárias, como é o caso do Rio de Janeiro com as ditas classes perigosas, ou seja, negros livres, recém libertos e seus descendentes.

3.1.1 *O Rio de Janeiro como modelo de branqueamento*

Logo nas primeiras décadas da República, havia uma desconfiança da população em relação ao novo regime, que, afinal, havia sido fruto de um golpe. Entre conflitos emancipatórios e guerras entre outros movimentos, Sidney Chalhoub apresenta que havia uma simpatia da população negra liberta ao regime imperial:

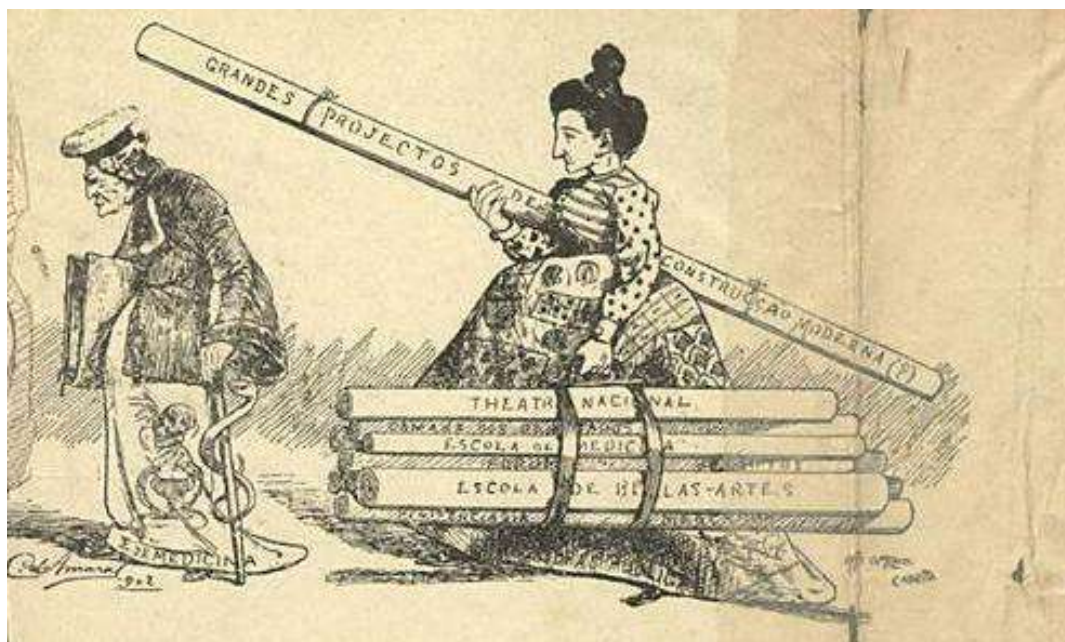
Há indícios sugestivos, como já mostrou José Murilo de Carvalho, de que a monarquia gozava de popularidade junto aos negros da cidade, e que esta popularidade explicaria de certa forma tanto alguns atos de manifesta hostilidade da administração republicana contra setores mais pobres da população – perseguição a capoeiras e bicheiros, destruição de cortiços, etc., logo nos primeiros anos da República – quanto a reação popular contra ações aparentemente benéficas do governo republicano – como a luta contra a vacina obrigatória em 1904, por exemplo, sem dúvida o caso mais notório (Chalhoub, 1988, p. 85).

A tentativa de embranquecimento era evidente, sendo expressa em medidas como a do Código Penal de 1890³. Os resquícios do período colonial eram visíveis nas ruas pelo caráter arquitetônico: ruas estreitas, nomeações de lugares, mas também na população, um país recém-emancipado do sistema escravista. O cenário urbano refletia o descaso com os trabalhadores negros, a chamada “cidade negra” era uma realidade visível e marcante. Chalhoub afirma que “os republicanos tiveram medo da cidade negra, da cidade diferente [...] O que mais espanta, no entanto, é que o medo branco da cidade negra parece ter aumentado com o fim da escravidão e da monarquia” (Chalhoub, 1988, p. 104).

Sendo assim, o Rio de Janeiro, então capital da República, deveria desempenhar a função exemplar na construção de uma identidade nacional para o novo governo republicano, como demonstra a charge da revista ilustrada *O malho*, ao representar o Império como um senhor cansado, remetendo a D. Pedro II, e a República como uma mulher imponente.

³ “Todo o capítulo XIII se dedica a tratar dos ‘vadios e capoeiras’. Seriam penalizados com prisão todos os que deixassem de ‘exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida’, bem como ‘fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação Capoeiragem’. Além disso, era considerado crime contra a saúde pública ‘ministrar, ou simplesmente prescrever (...) substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro’” (Andrade, 2018, p. 97).

Imagem 2 – Charge sobre a República, Revista *O Malho*



Fonte: Revista *O Malho*, ano 1. 20 de setembro de 1902.

Nessa perspectiva, as reformas foram uma tentativa de europeização cultural, estética e étnico-racial por meio de mudanças arquitetônicas e da expulsão das áreas centrais de populações não-brancas – em sua maioria negra. Os pilares desse ideal atacavam diretamente o controle social do espaço urbano e das condições de habitação. A paisagem urbana deveria ser “purificada” de acordo com o conceito de pureza e higienização, associando as doenças aos chamados “degenerados”, aqui identificados como descendentes de africanos escravizados, livres e libertos (Schwarcz, 1993). Como podemos observar, no governo de Rodrigues Alves, suas ações eram direcionadas contra a composição da população que habitava as áreas centrais da cidade. Em 15 de novembro de 1902, em seu discurso de posse, ele esclareceu as pretensões de seu governo, assim como o ideal de cidade que pretendia implementar:

[...] Confio grademente na acção do trabalhador estrangeiro, que nos tem trazido a energia de sua actividade e em varias zonas da Republica [...]. alimentam o mais sincero empenho o mais sincero empenho de convencer o trabalhador, seja qual for a sua procedência, que encontra em nosso paiz todas as garantias e seguras. [...] aos interesses da immigração, dos quaes depende em máxima parte o nosso desenvolvimento economino, prende-se a necessidade do saneamento desta capital [...] (Brasil, 1902).

Para isso, anunciou seu compromisso com a melhoria sanitária em prol do incentivo à imigração para a mão do comércio internacional:

[...] A capital da Republica não póde continuar a ser apontada como sede de vida difficil, quando tem fartos elementos para construir o mais notavel centro de attracção de braços, de actividades e de capitães esta parte do mundo. Os

serviços do melhoramento do porto desta cidade devem ser considerados como elementos da maior ponderação para esse empreendimento grandioso. Quando se consumarem, poder-se-á dizer que a capital da República libertou-se da maior dificuldade para seu completo saneamento, e o operário bem-dirigirá o trabalho que lhe for proporcionado para fim de tanta utilidade (Brasil, 1902).

As ações as quais Rodrigues Alves menciona representaram um investimento material e simbólico na cidade, com objetivos voltados tanto para o exterior quanto para o interior do país. Além de melhorar a imagem da capital no cenário internacional, especialmente no que diz respeito à presença estrangeira⁴, atração de mão de obra e investimentos, buscavam também a legitimação do regime republicano, tanto no âmbito nacional quanto internacional (Teixeira, 2020). Nesse contexto do imaginário da *Belle Époque*, a implementação de reformas urbanas tornou-se fundamental para atender às aspirações do período, em que “construíram todo um belo discurso como justificação de suas ações contra a cidade negra. Agiram em nome da higiene, da moral e dos bons costumes, do progresso e da civilização. Jamais admitiram que eram modos também pelo medo” (Chalhoub, 1998, p. 104). É nesse contexto que Santos nos chama a atenção para o conceito de “Braqueamento do território”:

Dialogando com trabalhos de historiadores e cientistas sociais (ver, p. ex., Hofbauer 2006; Seyferth 2002; Vainer 1990), este conceito chama a atenção para as dimensões espaciais (geograficidades) do projeto de branqueamento da população, central para as elites brasileiras entre meados dos séculos XIX e XX, nas suas estratégias de formação da composição populacional e do ideário de nação. Política de branqueamento da população envolveu desde as políticas de importação de imigrantes até o extermínio, expulsão e/ou assimilação subalternizante dos grupos não-brancos no território (negros e indígenas), incluindo a própria miscigenação e a invisibilização e desqualificação de matrizes históricas e culturais destes grupos. Assim, o projeto de branqueamento teve, segundo esta leitura, uma pluralidade de dimensões espaciais (Santos *et. al.*, 2018, p. 469).

Para isso o engenheiro Pereira Passos foi nomeado administrador público da capital, com o objetivo de aplicar os conhecimentos adquiridos em seus estudos em Paris. Devido à experiência técnica e acadêmica, além de ter sido um dos membros da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, entre 1874 e 1876, a nomeação de Francisco Pereira Passos foi enaltecida por jornais (Barbosa, 2011). Já segundo Benchimol, Passos foi popularmente tido como ditador, devido às suas políticas de desapropriação. Reforçando esse argumento, o escritor José Vieira, em um romance, faz a representação do prefeito como um monstro (Benchimol, 1985).

⁴ Como nos mostra Fania Fridman, existia o tipo de estrangeiro imigrante desejado, e os judeus não se enquadravam nesse incentivo da República (Fridman, 2017).

O Plano de Melhoramento da Cidade⁵ consistia em saneamento, abertura de ruas e embelezamento associado à formação da identidade nacional republicana. André Nunes Azevedo (2016) aponta que essa conjuntura tem dimensões remodeladoras pautadas em ideias como: a memória nacional, formação de nação, estética e modernidade. Essas ideias de modificações, não só urbanísticas, mas que incidiram na vida e na composição da população que habitava as áreas centrais da cidade foi nomeada no período como “A grande Reforma Urbana”. O plano de melhoria tinha duas esferas orçamentárias, uma federal e outra municipal, entre elas a reformulação do porto e os arredores, como a criação da Avenida do Mangue e do Cais, da Avenida Central e das canalizações de rios, reformas de praças e aberturas de outras vias, como foi o caso da Avenida Prefeitura, depois nomeada de Avenida Passos (Benchimol, 1985, p. 606). Segundo Azevedo, no ano de 1903, o prefeito Passos indicou o engenheiro Alfredo Américo de Souza Rangel como responsável pela Comissão da Carta Cadastral, que iniciou a chamada “reformulação arquitetônica”:

- a) dar maior facilidade de comunicação entre os diferentes bairros da cidade, barateando os fretes e a taxa dos carros de passeio aqui tão caras;
- b) permitir o estabelecimento de um traçado vantajoso para as grandes linhas de canalização, evitando as frequentes aberturas de valas nas ruas estreitas;
- c) impedir a valorização constante dos prédios antiquados das ruas estreitas onde passa hoje o mais forte do movimento urbano, permitindo a sua substituição em época não remota;
- d) facilitar o enxugo do subsolo da cidade pela arborização, impraticável nas ruas estreitas;
- e) despertar o gosto arquitetônico, pois, oferecendo às ruas largas e bem situadas uma renda compensadora aos prédios nela edificadas, os proprietários animar-se-ão a construí-los em melhores condições (Prefeitura do Distrito Federa, 1903, p. 3-4 *apud* Azevedo, 2015, p. 75).

Segundo Vanessa Maria Barbosa (2011, p. 232), o plano anunciava uma nova ética urbana, que foi justificada por razões ideológicas, sanitárias, econômicas e fiscais. Ideologicamente, buscavam alinhar os costumes populares aos padrões burgueses europeus, promovendo uma visão de “civilização” associada à modernidade ocidental. Do ponto de vista fiscal, essas normas ampliaram a arrecadação municipal por meio de

⁵ O primeiro projeto foi estabelecido pela Comissão de Melhoramentos, em 1875. Jaime Benchimol o intitula de plano dos engenheiros: “Em setembro de 1850, quando se considerou extinta a epidemia, a Assembleia Geral, reconhecendo a necessidade de organizar, em caráter permanente, a defesa sanitária da capital do Império, aprovou a criação de uma Comissão de Engenheiros (extinta em 1859), para se ocupar dos melhoramentos urbanos indispensáveis o saneamento da cidade, e uma Junta de Higiene Pública, encarregada de propor e executar as medidas necessárias à preservação da saúde pública na Corte e nas províncias. Regulamentada em setembro de 1851, passou a chamar-se Junta Central de Higiene Pública” (Benchimol, 1995, p. 114).

multas aplicadas àqueles que infringissem as proibições, além da criação de novos impostos. Barbosa demonstra como essas medidas afetaram diretamente as condições de vida das camadas populares, pois alteraram práticas econômicas, formas de lazer e costumes tradicionais, profundamente enraizados na cultura da cidade.

Essas mudanças não foram apenas uma tentativa de “higienização” do espaço público, mas também resultaram em uma perseguição seletiva que atingia práticas e culturas associadas às camadas populares, ainda que a autora não identifique as características raciais dessas camadas nas proibições realizadas pelo poder público em prol de uma “civilização”; como candomblé, os cultos religiosos africanos, as serenatas, boêmia rezadeiras, capoeiragem e os vendedores ambulantes (Andrade, 2018, p. 99). Essas medidas trazem à tona questões relacionadas às ações políticas de base eugênica empreendidas pelo Estado republicano brasileiro na cidade do Rio de Janeiro.

Como já foi mencionado, as justificativas das transformações urbanas têm como base o desenvolvimento da medicina social no Brasil, o que, por conseguinte, influenciou a opinião pública e legitimou a ação governamental.

[...] as ideias higienistas de salubridade, higiene e de novos comportamentos já tinham introduzido nas pessoas uma nova mentalidade que urgia por modificações. Ao “despir” o urbano e expor todos os seus problemas e contradições, a Medicina Social implantou a semente que possibilitou inúmeras e marcantes transformações no espaço urbano (Machado, 2011, p. 17).

Este projeto foi fortemente influenciado pelas teorias de higienismo e eugenia vigentes no período. Estritamente sobre o período das reformas urbanísticas, o entendimento em relação à raça foi um processo político em que “a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores [...] se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social, a eugenia, cuja meta era intervir na reprodução das populações” (Schwarcz, 1993, p. 47).

Destacaremos as medidas de caráter eugênico implementadas como resposta à crise sanitária que, já no final do século XIX, atingia o Rio de Janeiro, especialmente em decorrência das epidemias de febre amarela. Em sua análise, José Belchior demonstra, de forma quantitativa, o aumento significativo da mortalidade entre o final do Império e o início da República. Ele também aborda as discussões realizadas no II Congresso Brasileiro de Medicina, em 1889, e no relatório da Inspetoria Geral de Higiene Pública, que enfatizavam a necessidade de uma ação mais agressiva por parte das autoridades. Esses documentos reivindicavam maior “autonomia, força e liberdade de ação” para as autoridades sanitárias, além de sugerirem mudanças urbanísticas, incluindo a ampliação

do espaço urbano. As áreas centrais da cidade, onde estavam as freguesias de São José, Santana, Santo Antônio e Sacramento (localização do Largo de São Domingos), eram as mais atingidas pela mortalidade elevada e pelas condições precárias de higiene. Por tal motivo, umas das primeiras medidas de Passos foi instalar um regulamento de saúde pública e limpeza das ruas.

Esse contexto culminou no que ficou conhecido como a "era das demolições", ou o famoso "bota-abaixo", processo que marcou o início de uma reconfiguração urbana drástica e excludente, com impactos profundos no tecido social e na ocupação da cidade. Logo os discursos dos médicos higienistas já construíam bem o plano da associação de proliferação de doença à ociosidade e ao corpo da população negra. As políticas higienistas, apesar da justificativa científica dessas ações, teve a mobilização popular contra medidas como a vacinação obrigatória demonstrando um descompasso entre as elites e a compreensão popular. Schwarcz (1993, p. 136) também reflete sobre a peculiar inserção e adaptação dessas teorias no contexto brasileiro, destacando como as elites intelectuais e políticas valorizavam as teorias evolucionistas e deterministas para reforçar uma conexão com a Europa e uma crença no progresso, mas enfrentavam dificuldades ao aplicá-las às realidades raciais do país, o que gerava tensões e contradições.

Como as implementações realizadas durante a gestão do médico Oswaldo Cruz tinham como objetivo “sanear” os centros urbanos, removendo populações consideradas indesejadas, especialmente negros e pobres, essas ações estavam fundamentadas no racismo científico e na ideologia eugênica, que associavam tais populações à insalubridade e as viam como fontes de doenças. É interessante observar, no entanto, que enfermidades como a febre amarela e a varíola frequentemente atingiam de forma severa a população branca da cidade, como aponta Nicolau Sevcenko:

A febre amarela, em particular, manifestava toda a sua violência para com estrangeiros e migrantes de outros estados. Sua fama era internacional, sendo o Rio de Janeiro conhecido no exterior, por sua causa, como “o tûmulo dos estrangeiros”. Por isso, as tripulações e passageiros nem se atreviam a descer dos navios quando estes chegavam no porto: permaneciam a uma distância prudente, evitando qualquer contágio (Sevcenko, 2010, p. 32).

Ao analisar os dados do Anuário Demógrafo-Sanitário do Rio de Janeiro de 1908 e de 1910 a 1920, a historiadora Erika Arantes (2005, p. 72) demonstra que, apesar da diminuição das mortes causadas por febre amarela e varíola após as reformas urbanas, o percentual de óbitos entre a população negra continuou a aumentar. Esse aumento foi impulsionado pela negligência do Estado no combate a outras doenças, como tuberculose e disenteria, que afetavam a população negra de forma tão severa quanto as epidemias

combatidas pelo governo. Outro dado alarmante apontado por Arantes é o aumento da mortalidade entre crianças negras, cuja taxa de óbitos era três vezes maior em comparação às crianças brancas. Esse cenário evidencia o impacto desigual das políticas de saúde pública, que priorizavam a modernização urbana em detrimento de ações que atendessem às necessidades das populações marginalizadas.

A historiadora Vanessa de Araújo Andrade (2018, p. 88) demonstra como a reforma impactou nos símbolos urbanos tangíveis da memória da escravidão e também implicou estratégias de controle social, em especial no cotidiano da população negra da cidade. Além de um processo de apagamento material da memória africana e negra na zona portuária (como aconteceu com o Cais do Valongo), há intervenções que alteraram a paisagem e produziram espaços com símbolos europeizantes, como ocorreu com a criação dos Jardins Suspensos do Valongo com suas estátuas de divindades greco-romanas.

Como mencionado no discurso de Rodrigues Alves, o porto era considerado o principal obstáculo a ser resolvido na capital na qual Cezar Honorato aponta como comunidade econômica portuária. Mas o que nos chama atenção é a perspectiva sob o viés da comunidade portuária, em que Honorato e Mantuano observam a presença de trabalhadores nesse espaço, destacando suas condições pecuniárias e suas pluralidades tanto étnico-culturais quanto de classe social. Em decorrência disso, os autores abordam as diferentes temporalidades que marcaram a história do porto, especialmente ao longo do século XIX e início do século XX, ou seja, durante a transição do tráfico transatlântico de escravizados para a formação de um mercado exportador de manufaturas.

Pensar comunidade portuária é pensar também lugares, territórios onde possam os seus membros ficar perto do trabalho e próximos aos seus referentes e onde seja possível morar, embora precariamente. Não por coincidências são os bairros próximos à região portuária que vão concentrar um grande número de trabalhadores que atuam na comunidade econômica portuária. O que dá unidade a esses lugares é a existência de redes de sociabilidade tendo como referência o acesso às atividades laborais, conformando um conjunto complexo de relações que inscrevem múltiplas territorialidades aos espaços (Haesbert, 2004), não necessariamente contíguos ou homogêneos, mas que estão interligados (Honorato; Mantuano, 2024, p. 82).

Honorato, então, em outro trabalho, aponta a sociabilidade como um elemento essencial para compreender as dinâmicas do porto e acrescentam que não é possível limitar a análise apenas à região portuária, pois a comunidade portuária abrange também os seus entornos, incluindo as habitações, os clubes de dança, a religiosidade e outros espaços de convivência. “O porto não é só o cais” (Honorato, 2016, p. 4). O autor faz, então, um levantamento sobre a presença negra no Porto no final do século XIX:

Podemos perceber uma expressiva presença de escravos na região Portuária do Rio de Janeiro – pouco mais de 30%, tanto em 1849, quanto em 1872 – o que nos parece expressivo no conjunto da cidade e nos aponta para o fato da atuação da mão-de-obra escrava ao longo do século XIX na operação portuária (Honorato, 2016, p. 10).

Honorato ainda aponta que há um aumento considerável no percentual de estrangeiros/imigrantes na comunidade portuária, seja de portugueses ou espanhóis. Ele não nega a participação da comunidade negra entre os trabalhadores do porto, mas ressalta que esta não pode ser analisada apenas por esse viés. Nesta linha, Honorato é crítico a ideia de Porto Negro. No entanto, partiremos da concepção apresentada pela historiadora Erika Arantes, que, por sua vez, defende a noção de Porto Negro. Embora não seja possível determinar com precisão a quantidade de trabalhadores negros na região, Arantes salienta o prisma do Porto Negro ao observar, por meio dos dados apresentados a seguir, como o governo lidava com a população negra que atuava no porto durante e após as reformas de Pereira Passos.

Entre 1901 e 1910, os registros da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) revelam o controle social exercido sobre os trabalhadores negros na área portuária da cidade. Esses dados, analisados por Erika Arantes em sua dissertação (2005, p. 23), mostram como práticas culturais e formas de sobrevivência foram criminalizadas, reforçando as desigualdades raciais e sociais do período. Mais de 56% dos portuários presos nesse intervalo eram não brancos, classificados como pretos, pardos e morenos, o que reflete um recorte racial evidente no sistema penal da época.

Os motivos das prisões destacam essa repressão direcionada à população negra. Contravenções, como a capoeiragem, representaram 58,8% dos casos, conforme apontado por Arantes, o que demonstra como práticas culturais associadas à resistência negra eram sistematicamente perseguidas. Outros motivos incluíam gatunagem (18%), ofensas físicas (12,2%) e delitos diversos (11%), frequentemente usados para justificar a vigilância e exclusão de trabalhadores negros, como estivadores, carregadores e empregados em trapiches. Os dados apresentados mostram que, entre os detidos, 42,8% eram brancos, enquanto 21,8% eram pretos, 28,2% pardos e 5,7% classificados como “morenos” (Arantes, 2005, p. 41). Essa última categoria, embora menos expressiva, aponta para uma tentativa de diluir classificações raciais e mascarar o racismo estrutural da época. Vanessa Maria Barbosa (2011) contribui com essa discussão ao destacar que, após a abolição, a população negra continuou sendo alvo de práticas discriminatórias que restringiam seu acesso a direitos e os submetiam a um intenso controle social.

O contexto histórico do início do século XX, caracterizado por políticas de higienização urbana e modernização, reforçou a criminalização da população negra em áreas estratégicas, como a região portuária do Rio de Janeiro. A capoeiragem, por exemplo, era associada à resistência cultural e frequentemente enquadrada como crime, refletindo o uso da legislação como instrumento para disciplinar e excluir grupos marginalizados. Nesse sentido, como ressaltam tanto Arantes quanto Barbosa, o sistema penal desempenhou um papel central na consolidação das hierarquias raciais e sociais, sendo usado como mecanismo de controle e repressão. Esses registros evidenciam como o racismo operava no controle da força de trabalho e na gestão dos espaços urbanos. A análise das prisões e do controle social na área portuária revela a perpetuação de desigualdades no Brasil pós-abolição, destacando a importância de compreender essas práticas repressivas como parte de um projeto mais amplo de exclusão e exploração das populações negras e pobres no início do século XX.

O trabalho da historiadora Sandra Pesavento (2002) apresenta duas visões das urbes: (i) a cidade sonhada *versus* (ii) a cidade vivida. A cidade sonhada era vinculada a uma tentativa de europeização (mais precisamente Paris) cultural, estética e étnico-racial por meio de mudanças arquitetônicas e da expulsão de populações não brancas (majoritariamente negra) da área central. E a cidade vivida, permeada pela cultura negra, pelas formas de sociabilização, trabalho e ofício da população negra. Outrossim, no livro *O imaginário da cidade*, Pesavento aborda que a memória social da cidade seria uma das configurações do espaço urbano. A autora questiona as imagens urbanas produzidas pelas modificações do espaço, afirmando que tais transformações são motivadas por questões políticas e geram consequências para aqueles que o vivenciam. “Ou seja, esse espaço sonhado, desejado, batalhado e/ou imposto é, por sua vez, também reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe, que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos” (Pesavento, 2002, p. 16). Para tal, a historiadora utiliza os embasamentos do antropólogo Pierre Sansot, que reflete que “para construção da memória coletiva referida ao espaço urbano, os homens vão ‘inventar seu passado’ à imagem de seu presente” (Sansot, 1989, p. 5 *apud* Pesavento, 2022, p. 17).

Em perspectiva similar, Sodré nos convida a pensar que,

quando falamos de espaço arquitetônico, tem dois lados: o concreto e o imaginário. É necessário salientar que o espaço imaginário é infinitamente mais amplo que os espaços concretos da arquitetura, porque se articula com práticas sociais em suas dimensões vividas e institucionais (Sodré, 2019, p. 34).

E, para que essa cidade sonhada pudesse ser no mínimo realizada, foi importante mobilizar uma categoria explicativa central para este período: civilização. O discurso do desenvolvimento da civilização, promovido pelas reformas federais e municipais, levou à rejeição da arquitetura colonial da capital, vista como um emblema do atraso da cidade, associados à população negra. Um exemplo disso pode ser visto pelas tentativas de obter maior controle do corpo negro com o fortalecimento da polícia e com o deslocamento e demolição habitacional, de modo que afastasse estes corpos negros das áreas centrais da cidade quando não estivessem trabalhando.

Nesse sentido, Sidney Chalhoub (1996) examina as demolições de cortiços no Rio de Janeiro, então Capital Federal, destacando o caráter racial das ocupações, e demonstra como as operações de plano habitacional se assemelhavam a uma guerra. Ao analisar a documentação oficial e periódica da época, Chalhoub ressalta a existência de instabilidade política e desconfiança social na República. E, ainda, destaca que a demolição dos cortiços se transformou em uma verdadeira batalha, especialmente no caso do cortiço Cabeça de Porco, que foi celebrado pelos jornais como um símbolo de triunfo na construção e validação da República, algo que também foi evidenciado por Hall (2007) anos mais tarde. Essa configuração foi viabilizada pelo conceito estruturante de “classe perigosa”, importado como modelo de controle populacional, que, como afirma Chalhoub, inicialmente foi associada à população pobre e imigrante no contexto europeu. Já no Brasil, foi vinculada à população negra e, no pós-abolição, aos trabalhadores negros, predominantemente residentes em habitações precárias (Chalhoub, 1996, p. 23). Abordaremos mais detalhadamente esse tema ao longo do trabalho.

Chalhoub, então, analisa como o conceito de “classes perigosas” foi utilizado para criminalizar a população, a cultura e a sociabilidade negras, e é nesse processo que o negro se torna um obstáculo degenerado e perigoso para a construção de uma nação que quer se civilizar, como é o caso do Rio de Janeiro:

[...] os “defeitos” dos negros não se aplicam a partir de um determinado fato social – a escravidão –, porém se situam num campo extrínseco à história – a “natureza”. Insinuam-se aqui, sem dúvida, as famigeradas teorias racistas, que se tornariam mais influentes nas décadas seguintes; e a consequência disso é o que os “defeitos” dos negros podem ser pensados como insuperáveis, tornando-se eles, assim, membros potencialmente permanentes das classes perigosas (Chalhoub, 1996, p. 25).

Os estudos do autor são fundamentais para compreender como as ações do poder público contra os cortiços construíram uma narrativa de suspeita do corpo negro a partir de teorias raciais que queriam justificar os impactos urbanos no século XX. Ademais, as

ideologias eugenistas e higienistas institucionalizaram o racismo pelo discurso republicano (igualdade e democracia). Por meio do discurso de urbanização e modernidade, não só os corpos, mas também os territórios enegrecidos, deveriam ser remodelados e embranquecidos, como nos apontam Santos *et al.*:

Pensar esta formação do território como a imposição de outros padrões de composição populacional, matrizes culturais, e um silenciamento das histórias construídas pelos grupos não-brancos que sofrem tais violências, [...] o branqueamento do território é também a tônica de grande parte destas intervenções e transformações, lidas e significadas através de conceitos como gentrificação, renovação, revitalização ou mesmo remoção (Santos *et al.*, 2018, p. 471-472).

Este texto examina os processos de intervenção urbanística na área central do Rio de Janeiro em diferentes momentos históricos, bem como as disputas de lugar e ativismos na região. Para isso, analisa historicamente as dimensões espaciais e estratégias de embranquecimento populacional brasileiro pós-emancipação e seus desdobramentos.

Assim, utilizaremos o conceito “Branqueamento do Território”, proposto por Renato Emerson dos Santos, que pode ser compreendido por três categorias explicativas: (i) branqueamento da ocupação, (ii) branqueamento da imagem do território e (iii) branqueamento da cultura do território. O primeiro aponta para uma mudança na composição da população brasileira (com as políticas de imigração, assentamentos espaciais desses grupos e expulsão, dizimação e subalternização dos grupos não brancos); o segundo para o apagamento da presença, participação e protagonismo negro nas narrativas dos processos históricos; e o terceiro para a imposição de uma eurocêntrica matriz cultural e de identificação de territórios, lugares ou regiões (Santos *et al.*, 2018, p. 472).

Estas ferramentas teórico-metodológicas nos ajudam a analisar as intervenções sofridas no Largo de São Domingos como um processo de branqueamento do território, pois há uma naturalização da remoção como solução para problemas urbanísticos, de saúde pública ou mesmo de risco geológico. Mesmo os discursos críticos às intervenções apontam como principais fatores: a limpeza social e/ou o favorecimento ao capital imobiliário, pouco ou nada apontam para o componente racial inerente a esses episódios.

Sendo assim, na próxima seção iremos observar os legados promovidos pelas reformas urbanas nos discursos relacionados ao Largo.

3.2 O espaço urbano como espaço a ser branqueado: o caso do Largo de São Domingos

Nesta seção, nos atentaremos às intervenções promovidas no Largo de São Domingos, que serão desenvolvidos de forma mais detalhada ao longo do texto. Como mencionado, havia duas esferas de administração responsáveis pela realização das reformas urbanas: Federal e Municipal. Aqui, abordaremos a Administração Municipal, que foi encarregada de tarefas como a abertura de vias, reformas de praças e jardins, além de projetos voltados ao embelezamento da cidade, ou seja, a administração de Pereira Passos.

Antes devemos salientar, mais uma vez, assim como já apontamos com os trabalhos do geógrafo Renato Emerson dos Santos e da historiadora Lilia Schwarcz, que diferentes formas de branqueamento da população se tornaram a solução do Brasil para superar sua condição vista como inferior, devido à grande quantidade de recém libertados no final do século XIX e início do século XX. A crença fundamental das elites era de que a miscigenação, aliada ao incentivo à imigração europeia, levaria ao “clareamento” progressivo da população brasileira, tanto em termos físicos quanto culturais. Nesse sentido, como demonstra o brasilianista Thomas Skidmore, o Brasil era visto como uma sociedade degenerada, e suas estratégias de transformação relacionadas a isso aproximavam-se da concepção de pureza:

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam -se mais duas: Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas. (A imigração branca reforçaria a resultante predominância branca). Obviamente, a conclusão otimista dessa análise racial repousava sobre uma afirmação chave: a de que a miscigenação não produzia inevitavelmente “degenerados”, mas uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente (Skidmore, 1975, p. 81).

A historiadora Giralda Seyferth também acrescenta, ao analisar a obra de Silvia Rocha, que a questão imigratória estava vinculada à ideia de colonização e de construção de uma identidade nacional baseada em parâmetros europeus. Nesse sentido, o imigrante ideal era aquele proveniente da Europa, de países como Itália, Portugal, França e Espanha, por serem considerados “assimiláveis” e mais propensos a contribuir para o desenvolvimento agrícola e artesanal e para a formação de um tipo nacional, mas também

tendo um grande incentivo à colônia alemã, devido ao estereótipo de pureza e de valor produtivo (Seyferth, 1996, p. 43). Sobre a imigração como elemento civilizador, a autora aponta que:

O tipo nacional imaginado era incompatível com uma imigração não branca, razão apresentada para condenar a vinda de chineses, hindus e japoneses – apresentados como representantes de civilizações decadentes que podiam atrasar o processo histórico de formação racial do brasileiro. Quanto aos africanos, sequer foram cogitados como imigrantes – motivo provável da sua "ausência" neste debate (Seyferth, 1996, p. 57-58).

Em outro trabalho, Seyferth (2018) apresenta um debate sobre a construção de raça e racismo no século XIX e suas consequências e remodelações ao longo do século XX, mas o que nos interessa em sua análise é como é abordada a questão da hierarquização e de estereótipos vinculados ao corpo não branco.

A classificação de brancos, negros e índios parece não constituir problema: a opinião da "ciência das raças" na sua versão brasileira e as concepções populares parecem coincidir tanto nas hierarquias como nos estereótipos. Em quase todas, o negro está situado no extremo inferior quando os critérios acionados estão referidos a traços fenotípicos e comportamento. Quando entram em cena aspectos da cultura, os negros são considerados mais "adiantados" ou mais próximos da "civilização" – invertendo sua posição na hierarquia racial. A hierarquização, de qualquer modo, pressupõe desigualdade de natureza biológica e os mestiços são nela localizados conforme seu fenótipo se aproxima dos brancos (no extremo superior) e dos índios ou negros (no extremo inferior) (Seyferth, 2018, p. 182).

Essas hierarquias raciais refletem um modo de imaginação do futuro e do tipo de população desejada, alinhado a um ideal civilizacional. As teorias de branqueamento tinham como característica a imigração como modelo de miscigenação, mas apresentavam limites nessa prática. Até meados do século XX, esse modelo foi amplamente seguido, embora não sem contestação. Skidmore (1989) aponta que o auge das teorias raciais ocorreu entre 1880 e 1920.

Compreendemos, assim, a ausência de narrativas sobre o Largo nos jornais e o uso de termos como “civilização” e “progresso”, por exemplo. Além disso, analisaremos como as teorias raciais moldaram os discursos pejorativos direcionados à população negra sobre espaços, suas práticas, matrizes culturais, suas sociabilidades e sobre narrativas que evitaram tratar diretamente da questão racial. Essa perspectiva será analisada nos jornais do século XX, especialmente em relação às intervenções urbanísticas, como a abertura da Avenida Passos, os processos de apagamento toponímico, a remoção de signos arquitetônicos relacionados à cultura negra e a constante narrativa que defende a demolição da Igreja de São Domingos. Essas intervenções foram permeadas tanto por discursos pejorativos quanto pela ausência de narrativas que valorizavam a presença e a

história da população negra nesses espaços, cuja formação histórica é, em sua essência, marcada por essa mesma população.

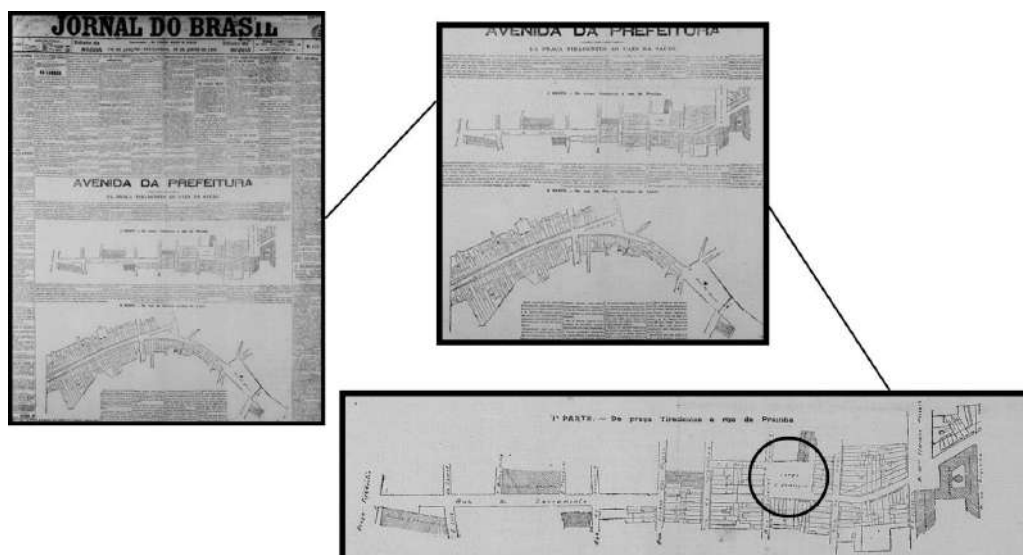
No ano de 1903, foi realizada oficialmente a descrição das intervenções urbanas por meio de uma carta cadastral da prefeitura. Segundo Azevedo (2016), o processo estava vinculado à ideia de um desenvolvimento civilizatório, algo visível nos documentos elaborados pela comissão responsável. O plano foi dividido em cinco operações principais, mas aqui focaremos na intervenção urbana que visava conectar o porto ao centro da cidade. Essa ligação era necessária visto que os bairros portuários se encontravam quase isolados da área central. Para a operação, foram atribuídos dois tipos de intervenções. A primeira visava o alargamento da Rua da Prinha até a Rua Uruguaiana; já a segunda, que nos interessa diretamente, observava o prolongamento da Rua do Sacramento, que posteriormente seria renomeada como Avenida Passos, até a Praça Tiradentes, conectando essa praça ao cais.

Esse caminho perpassava pela demolição de prédios e cortiços que existiam na Rua Senhor dos Passos e na Rua da Alfândega, que cortavam o Largo de São Domingos. Em março de 1903, o jornal *Correio da Manhã* anunciou um chamado da diretoria geral de obras e viação para uma negociação: “de ordem do sr. Dr. Prefeito convido os proprietários ou representantes [...] a que affecta este melhoramento a comparecerem [...] Largo de S. Domingos n. 2 a 16”. Em abril, o *Jornal do Brasil* já anunciava o processo de municipalização de prédios: “Foram adquiridos pela municipalidade os predios [...] 13 do largo de são domingos, os quaes serão emolidos para o prolongamento da rua do Sacramento”. Em 26 junho de 1903, o *Jornal do Brasil*, com o título Avenida da Prefeitura, anunciava a aprovação do projeto de prolongamento da Rua do Sacramento até a Rua Marechal Floriano, conectando a Praça Tiradentes à Zona Portuária.

O jornal destacava preocupações quanto à promessa de conclusão da obra em pouco tempo e fazia menção a iniciativas de governos anteriores, como o de Barata Ribeiro, que já havia tentado o prolongamento da rua. Contudo, o periódico enfatizava que a medida era vista como um símbolo de progresso para a cidade: “Ninguém duvidará mais da execução de tal melhoramento” (*Jornal do Brasil*, 26 de junho de 1903). O jornal enaltece a iniciativa, anunciando que vários prédios entre a Rua da Alfândega e Rua Senhor dos Passos já haviam sido demolidos, incluindo 15 edificações localizadas no Largo de São Domingos. Como se tratava de uma intervenção do setor municipal, havia um processo de compra dos imóveis para a municipalização para que depois fosse derrubado. A matéria aponta os lotes que foram derrubados no Largo e suas adjacentes:

“Do largo de são domingos 168, 170, 172, 125, 127, 129, 131, 133, 135, 137, 139, 141, 143, 145” (Jornal do Brasil, 26 de junho de 1903). Essas demolições resultaram no corte de uma parte do Largo, transformando significativamente sua configuração urbana, como podemos ver com a imagem de uma planta feita pelo próprio jornal.

Imagem 3 – *Jornal do Brasil*, Avenida da Prefeitura (1903)



Fonte: Jornal do Brasil / Biblioteca Nacional.

O jornal apresentou esta planta no dia 28 de junho. A matéria divide a inauguração a partir da saída do Prefeito Passos e do presidente Rodrigues Alves do palácio. O percurso de carro foi descrito até a Rua do Sacramento, assim como a presença do movimento popular e sua aglomeração. A matéria ainda menciona que “o povo, porém, atendendo ao resultado de uma subscrição aberta para caso fim, mandou fundir diversas placas de bronze [...] foram ellas colocadas em cada uma das esquinas da nova avenida. [...] Avenida Passos”. Além da inauguração da Avenida Passos, há a inauguração de um coreto no Largo de São Domingos. O *Jornal do Brasil* enaltece tal feito, alegando que ali agora poderiam ser vistas belas moças, e menciona a presença de trabalhadores na inauguração, corroborando a adoração ao prefeito Pereira Passos, que lá esteve presente com sua família. Em outra matéria do *Jornal do Brasil* (junho de 1903), já é possível observar o nome oficializado da via. A avenida foi inaugurada como Avenida Passos, uma homenagem ao então prefeito Francisco Pereira Passos, atribuída por apelo popular.

A inauguração de um coreto na praça fazia parte das modificações da administração de Pereira Passos, que arborizou, modificou e inseriu novos elementos em

praças e Largos. Teixeira nos mostra que o coreto servia como um espaço de sociabilidade e atração para a população ou para manifestações políticas e culturais, e era lido arquitetonicamente como símbolo de “democracia”:

O próprio Pereira Passos teria investido em coretos no centro da cidade a fim de atrair a população de toda a cidade, incluindo o subúrbio, para que pudesse contemplar essas apresentações. O coreto se mostra então como um espaço de apelo popular, que buscava “ganhar” setores que ficavam afastados daquela região beneficiada pelas reformas urbanas. Quanto ao escudo verde e amarelo, sua utilização durante a homenagem representa a associação que se fazia entre o prefeito e a Pátria. Por ser considerado o maior agente transformador da capital, Pereira Passos estaria prestando um serviço à nação, esta representada pelo Rio de Janeiro (Teixeira, 2020, p. 128).

No entanto, é importante observar como o jornal relaciona o espaço destinado à sociabilidade e ao embelezamento, apresentando-o como um lugar que poderia ser ocupado por belas damas da sociedade, mas devemos questionar quem eram essas “belas damas” mencionadas e quais características ou critérios eram utilizados para defini-las, considerando os padrões sociais e culturais da época (Damasceno, 2011).

Segundo Benchimol (1992, p. 239), essa é a primeira obra inaugurada por Passos, e foi a partir desse momento que foi exposto ao Presidente o projeto das obras sob a alçada municipal, tornando público o plano da Comissão Cadastral. No entanto, o autor nos atenta para o fato de que, entre os obstáculos, estão as leis de desapropriações e a necessidade de nova legislação para dar continuidade às obras. A repercussão da inauguração do prolongamento da via pode ser encontrada nos meses de junho, julho e agosto de 1903, e não há menções sobre os inquilinos dos prédios demolidos, apenas as negociações financeiras da municipalização.

O que chama a atenção é que, no *Jornal do Brasil*, há uma coluna intitulada “Desapropriação”, que, na edição de 26 de junho, relata uma reunião de inquilinos que serão despejados de um prédio destinado à abertura da Avenida Central. No entanto, em outras edições dessa mesma coluna, não há registros de apontamentos feitos pelos moradores de prédios desapropriados e demolidos para a construção da Avenida Passos. Vale destacar que a Associação de Inquilinos foi constituída em 1905. Na imagem a seguir, é possível ver o coreto na praça e as trilhas no bonde já com a abertura da Avenida Passos.

Imagem 4 – O Largo de São Domingos, Avenida Passos e o Coreto (1926)



Fonte: Largo de São Domingos, Avenida Passos/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisadora Patrícia Pamplona, no artigo *Lugares de Memória dos Trabalhadores #53: Igreja e Largo de São Domingos de Gusmão, Rio de Janeiro (RJ)* (2020), descreve a abertura da nova avenida ligando a rua Larga de São Joaquim (atual Avenida Marechal Floriano) ao Rocio (atual Praça Tiradentes), onde as modificações urbanísticas em 1904 derrubaram diversas casas coletivas do Largo de São Domingos no processo do “Bota-Abaixo”. Na mesma linha, como no Largo de São Domingos, as casas coletivas, ou cortiços e habitações, eram majoritariamente negras e pobres, não poderiam permanecer diante do projeto civilizatório republicano, que tinha características excludentes que visavam eliminar visualmente os vestígios coloniais e escravistas. A cidade mudava e a população também. Deste modo, a superioridade estaria no biotipo europeu, sobretudo ariano. E, para a construção de um projeto de nação, não cabia grupos étnicos considerados inferiores, como é o caso de negros e indígenas, sendo a miscigenação um grande debate no campo da medicina. É quando o determinismo de cunho racial e social ganha força no Brasil. A esse respeito, a historiadora Lilia Schwarcz afirma que:

Essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que “não se transmitiriam caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos, puros” – e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social (Schwarcz, 1993, p. 47).

Além disso, para caracterizar o projeto de políticas urbanas, Gisele Machado mobiliza a hipótese de Lefebvre de que o espaço urbano não seria nem ponto de partida nem ponto de chegada, mas um meio para a realização das ações, ainda que estas se representem sob a forma de injustiças sociais. Com isso, o espaço territorial, dependendo do contexto, assume os interesses de grupos hegemônicos, como as reformas, que foram um processo de reformulação para a acumulação do capital, enviesados por um discurso modernizador. As transformações espaciais e sociais propostas pelos higienistas vão além das preocupações com a salubridade da cidade, pois, na verdade, se preocupavam em criar uma nova ordem social (predominantemente branca).

Em 1904, a revista *Renascença*, uma publicação mensal, trouxe uma crônica assinada pelo pseudônimo “O Escavador”, que resgata a história da Igreja de São Domingos. Na matéria, o autor destaca a grandeza histórica e arquitetônica da igreja, além de trazer à tona a redescoberta do cemitério da Irmandade, um elemento importante para compreender as práticas culturais e religiosas associadas à instituição. A crônica reflete o interesse em preservar a memória e o patrimônio ligados à Irmandade de São Domingos, evidenciando a relevância desse espaço para a história social e religiosa da cidade.

De tão bons zendimentos gozou a ordem que, fronteiro à igreja, em terrenos aforados a João Monteiro Coeli, construiu um vasto cemitério que abrangia a zona entre as ruas de S. Pedro e General Camara e a área em que está actualmente o Asylo da Igreja da Conceição, cuja Capella doi assente nos terrenos do conego Antonio Lopes Xavier, uma dos setores do seminário de S. Joaquim. A existência desta necrópole explica o aparecimento de ossadas humanas, apparecidas por ocasião das ultimas construcções da Avenida Passos. [...] encerravam os restos de devotos de S. Domingos, entre os quaes, se conta o do africano mumificado, revolvido pela pá que cavava os alicerces dos prédios demolidos por motivo de ser prolongada a rua do Sacramento (*Renascença*, agosto de 1904).

A crônica é escrita de maneira descritiva, e, sem adotar um tom crítico, enfatiza a grandeza histórica da igreja e destaca a redescoberta do cemitério da Irmandade, trazendo à tona memórias de um passado recente, que, na época, já começavam a ser ignoradas em nome de um progresso que priorizava a modernização em detrimento da preservação histórica.

Em 30 de maio de 1906, o jornal *O Paiz* relata que, com a reformas de alguns prédios exigidos pela prefeitura, foram redescobertas ossadas vinculadas ao Cemitério dos Mulatos e ao Cemitério da Ordem dos Irmãos de São Domingos:

Nas escavações que se fazem no largo de s. domingos foram encontrados diversos crânios humanos que foram mandados apresentar a 5 delegacia urbana. O caso intrigou a muita gente, mas parece que esses craneos eram pertencentes a corpo de irmãos da ordem religiosa que ali, há mais de um século, mantinha um cemitério.

Ou seja, quando se trata do processo de abertura da Avenida Passos, há registros das redescobertas de ossadas, mas apenas apontamentos sobre o que ocorreu, sem um tom crítico que promova o debate sobre o passado. Isso impede uma reflexão mais aprofundada sobre o contexto histórico, especialmente em relação às remoções e demolições realizadas no local.

Outro elemento é a preocupação com a igreja e suas condições, que já estavam sendo mobilizada pelos Irmãos desde 1903. Diante do discurso de melhorias urbanas, o representante da Ordem Terceira de São Domingos Gusmão solicitou a reforma de sua igreja, justificando a necessidade de uma nova estrutura, a fim de permanecer aberta e de acordo com as propostas de melhoramento da cidade:

Meu caro Sr. Passos,

A nosso amigo Renador Pinheiros, interessando-se imensamente pela irmandade de S. Domingos de Gusmão, cuja igreja no largo de S. Domingos, pedio-me para iseri-lhe amparando a pretensão daquela ordem, que deseje continua a igreja como esta, cumprindo as determinações da prefeitura, em relação aos consertos e melhoramentos. Os irmãos daquela ordem estão porntos para executar tudo que lhe ordenarem, de modo que as suas ordens serão cumpridas. [...] aguarda as suas ordens (Documentação textual da Subgerência de Documentação Escrita, Largo de São Domingos s/nº, processo 903/1907 3548/1907).

Há uma vasta documentação de pedido de vistoria dos irmãos para a Prefeitura do Distrito e para a Diretoria Geral de Obras e Viação. Em 1904, há a aprovação da planta do prédio com a liberação do Arcebispo para a reconstrução da Igreja, na qual há o pedido de licença da ordem: “mais uma vez vem pedir [...] necessiria licença para a reconstrucção de seu templo no Largo de S. Domingos, de acordo com as alterações ordenadas e já obersadas na planta qie apresentou à directoria de obras municiaes [...]” (Documentação textual da Subgerência de Documentação Escrita, Largo de São Domingos s/nº, processo 903/1907 3548/1907). No entanto, a reconstrução da igreja só será realmente efetivada na década de 1920 com a demolição e a construção da uma igreja estruturada e ampliada. No *Jornal do Brasil*, encontra-se um anúncio referente às obras realizadas na Igreja de São Domingos, destacando a organização de doações provenientes tanto dos membros da

irmandade quanto da sociedade civil. A arrecadação dos donativos, em valores monetários, ficou sob a responsabilidade do irmão Capitão João de Souza, que também era encarregado da organização financeira da instituição. Além do financiamento em dinheiro, a matéria menciona que a igreja enfrentava a necessidade de materiais para a execução das obras, enfatizando o caráter coletivo e solidário que permeava a iniciativa (Jornal do Brasil, 20 de julho de 1904).

Nos anos de 1903 e 1904, há publicações que anunciam o Largo de São Domingos como Praça 1º de Maio. Essa denominação não era oficial, mas estava relacionada à concentração das festividades do Dia do Trabalho no local, bem como à sua ligação com as associações de classe, um tema que será abordado no capítulo 3. A modificação da nomenclatura do Largo vem a partir de 1905, quando o *Jornal do Brasil*, em 12 de julho de 1905, anuncia que “o sr. ministro da justiça dirigiu aviso ao prefeito do Districto federal comunicando ter acceitado a indicação do largo de São Domingos para colocação da estátua do eninento jurisconsulto Teixeira de Freitas [...] ao da indústria s. ex. pediu a remoção de um chafariz ali existe”. No dia 29 de junho, sai a decisão que “o Largo de S. domingos seja denominado praça teixeira de freitas sendo alli collocada a estatua desse novavel jurisconsulto” (Jornal do Brasil, 29 de junho de 1905).

Nos atentaremos, ainda, sobre a questão acerca da retirada do Chafariz no processo de urbanização. Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), mesmo que esteja analisando o cotidiano do espaço urbano em São Paulo, nos ajuda a compreender as tensões que a retirada de um chafariz aciona em cidades em processo de urbanização, como foi o caso do Rio de Janeiro; isso implica o abastecimento e a relação de trabalho das lavadeiras, criando tensões entre essa classe e a administração sanitária.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a retirada do chafariz remetia ao processo de conquista de modernização, solucionando a logística de abastecimento de água do Rio de Janeiro. O historiador Flavio Gomes apresenta um cenário urbano do século XIX, ressaltando os grupos de capoeiras que exerciam controle e disputavam o domínio sobre o abastecimento de água nas freguesias, conhecidos como maltas de capoeiras. Em cada ponto da cidade, os chafarizes se tornavam locais centrais na geografia urbana negra, sendo violentamente disputados por diferentes grupos (Soares; Gomes; Farias, 2006, p. 78). Tal questão evidencia a relação identitária da população negra e os aspectos arquitetônicos da colônia vinculados a essa identidade. Tais prismas ressaltam a imposição de significados e símbolos no espaço urbano, o que resulta na

retirada de identidades e relações arquitetônicas de determinados grupos. Um exemplo disso é a remoção do chafariz. Nesse sentido, apontamos essa prática como parte do conceito de “branqueamento cultural do território”, caracterizada pela imposição da primazia de matrizes, signos e símbolos culturais que redefinem e identificam territórios, lugares e regiões (Santos *et al.*, 2018, p. 470).

A retirada de uma arquitetura colonial, marcada pela presença negra, apresenta signos de embranquecimento da paisagem urbana, refletindo um processo de transformação cultural e social. O *Jornal do Brasil*, em 29 de junho de 1905, não menciona tais questões e possíveis tensões sobre a retirada do chafariz e a instalação da estátua, apenas informa o feito de forma que não é nem crítico nem elogioso. Há, na verdade, apenas um elogio com relação à homenagem ao jurista Teixeira de Freitas. A retirada do chafariz resultou na mudança de nome do Largo. Como podemos observar, na imagem 5 o Chafariz ainda permanece no centro do Largo; nota-se os entulhos em volta. Já na imagem 6, de 1910, o chafariz não está mais presente no Largo; ao fundo vemos a estátua.

Imagem 5 – Chafariz do Largo de São Domingos (1903)



Fonte: Acervo FMIS/RJ.

No dia 7 de agosto de 1905, o *Jornal do Brasil* volta a falar sobre a mudança de nome do Largo e anuncia a inauguração da estátua. Este feito é comemorado pela homenagem ao jurista, renomado homem das leis:

[...] o homem, pois, que tão relevantes serviços prestou aos seus concidadãos acautelando-lhes as pessoas, os bens, a sucessão, esse homem, não se poderá negar, foi um benemérito da pátria, e mais do que da pátria de outros povos do nosso continente, que no seu trabalho se inspiram, pelas suas elocubrações deram leis aos seus concidadãos.

A matéria também anuncia a inauguração da estátua e ressalta que a modificação nominal refere-se a:

todos os que prezam e reconhecem o valor e a importância nas relações sociais e privadas no desenvolvimento dos povos civilizados. [...] daquela zona da cidade começam os trabalhos que tem ido materialmente transformando, fazemos votos para que a imagem de Teixeira de Freitas fique no mesmo ponto, as ideias de direito e de justiça que deverão acompanhar a transformação da nossa capital, inspirando todas as manifestações da nossa atividade.

No mesmo dia, o jornal *Correio da Manhã* também anuncia a inauguração da estátua e a define como uma honra, o “acontecimento do dia”.

Imagem 6 – O Largo e a Estátua de Teixeira de Freitas



Fonte: Acervo FMIS/RJ.

O que nos interessa compreender é como o ato de renomeação do Largo de São Domingos traz à tona disputas de memória da cidade e disputas de poder vinculadas ao imaginário de modernidade, compreendendo aqui que o ato de nomear acarreta significações e apagamentos. Para compreendermos a nomeação como memória, iremos nos ancorar do debate de Carlos Tedesco, que vai abordar que a seletividade da memória aponta para marcas de disputas e instrumentalização do que se quer lembrar, ou seja, há uma política da memória. Por esse prisma, tais modificações foram um recurso estratégico mobilizado por governantes para criar coesão social, “produzir sentimentos e processos

coercitivos coletivos” e assegurar “consciência e memória coletiva” que sustentem ocultações ideológicas do status quo (Tedesco, 2012, p. 22).

Quando o jornal evidencia que aqueles que irão apreciar a inauguração da estátua do Jurisconsulto são os que reconhecem o valor da importância e do desenvolvimento da civilização, aponta-se o sentimento de pertencimento que tal evento busca promover. Foram encontradas 17 manchetes anunciando a inauguração entre os dias 5 de agosto e 9 de agosto. Ao apresentar a cerimônia como um símbolo de progresso, o discurso implícito sugere que aqueles que não participam estariam alheios ao valor das melhorias realizadas na cidade. Tedesco nos alerta que:

A aliança entre memória e poder se exprime na elaboração de forma estruturada do conhecimento histórico. Os poderosos buscam hegemonizar não só o passado, mas também no futuro quer ser recordado, daí, erguem monumentos em lembrança de suas atividades, o fazem de modo que essas venham a ser lembradas e eternizadas, é um retrospectivo que quer ser prospectivo, o presente e o futuro usam do passado, o instrumentam como arma política, cultural, projetiva de interesses e projetos, um deslocamento pragmático do tempo e de coisas no/do tempo (Tedesco, 2012, p. 25).

Dessarte, a colocação e a exaltação do patrimônio corroboram a afirmação de Tedesco, ao categorizar como o apagamento da memória e sua reconstrução seletiva permanecem sujeitos às dinâmicas de poder, que podem cristalizá-la, manipulá-la ou silenciá-la. Em perspectiva similar, Michel Pollak aponta que a memória, portanto, é seletiva e ativa, funcionando como um instrumento tanto de coesão quanto de resistência. Enquanto o poder trabalha para construir uma "memória enquadrada" que legitime a ordem social, grupos marginalizados mantêm suas histórias vivas, muitas vezes em oposição ao discurso oficial. Nesse sentido, Pollak (1989, p. 15) considera que a memória é mais do que uma simples lembrança; ela é um ato político e social que negocia constantemente entre o dito e o não dito, o lembrado e o esquecido.

A escolha de Teixeira de Freitas, uma jurista de renome e figura representativa do pensamento positivista e racionalista não foi apenas um ato de reconfiguração espacial, mas também uma modificação simbólica, evidenciando o esforço em inscrever no espaço urbano uma memória que glorificasse os valores republicanos, eurocêntricos, brancos e elitistas, em detrimento da memória negra. Essa mudança reitera o que Tedesco e Pollak debatem sobre a seletividade da memória: o que é lembrado ou apagado no espaço público reflete os interesses de grupos dominantes, que moldam o passado para legitimar o presente.

Pollak, em suas reflexões sobre memórias subterrâneas e o silêncio, poderia argumentar que essa renomeação do Largo representou uma tentativa de impor uma

memória oficial enquanto reprimia memórias negras, um discurso estava relacionado a tentativas de apagamento do império ainda bastante populares nos primeiros anos do século XX. O silêncio sobre a história da Irmandade de São Domingos e do papel negro no espaço urbano era, portanto, uma estratégia para reforçar as hierarquias raciais e sociais que sustentavam a estrutura de poder na cidade. O esquecimento deliberado do passado negro nesse contexto revela a funcionalidade do apagamento da memória como parte do projeto modernizador e civilizatório da elite carioca. A transformação do Largo de São Domingos em Praça Teixeira de Freitas simboliza a “reatualização” das lembranças para alinhar o espaço público aos ideais de progresso e ordem defendidos pela elite da época. Esse “uso político da memória” (Tedesco, 2011, p. 35), como Tedesco descreve, mostra a intencionalidade por trás da transformação dos significados inscritos nos espaços urbanos.

Tal questão atravessa o processo de branqueamento dos signos, apontando para um embranquecimento simbólico da imagem do território. Esse processo promove o apagamento da presença, participação e protagonismo negro nas narrativas históricas, especialmente no que diz respeito à relação da Irmandade Negra de São Domingos com o território, evidenciada por suas práticas de sociabilidade, presença e atuação histórica em favor de uma narrativa que privilegiava a modernidade e a branquitude.

3.3 Raça, território e atraso pelas narrativas dos jornais

Aqui dedicaremos nossa atenção aos discursos racializados que marcaram a esfera do Largo de São Domingos nas últimas décadas da Primeira República, ou seja, pós-reformas. O propósito desta análise é entender como ocorre um empobrecimento narrativo das atividades presentes nesse território, ao relegá-lo exclusivamente ao seu passado histórico. Nesse contexto, examinaremos de que forma os jornais da época abordaram e promoveram representações racializadas desse território, visando situá-lo dentro do processo mais amplo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro.

Em 27 de outubro de 1909, o *Jornal do Brasil* publica:

O largo de S. Domingos, nem por estar encravado no coração, assim dizer, da cidade logou ainda a atenção que logares habitados de uma capital que se proclama civilizada devem merecer dos que têm o dever de velar pela conservação e respeito dos monumentos públicos e da propriedade particular.

A matéria expressa uma certa indignação, evidenciando uma preocupação com a propriedade da estátua de Teixeira de Freitas. O trecho destaca a negligência com que o

Largo de São Domingos é tratado, mesmo estando localizado em uma área central e estratégica da cidade. A expressão “encravado no coração” reforça a ideia de sua importância geográfica, enquanto critica a falta de atenção e sugere um contraste entre o ideal de civilização proclamado pela capital e a realidade observada no descuido com os espaços públicos e monumentos. A menção à “conservação e respeito dos monumentos públicos e da propriedade particular” evidencia uma preocupação tanto com o patrimônio cultural quanto com os direitos dos cidadãos, denunciando o descaso das autoridades responsáveis.

A matéria continua a indagação ao retratar quem ocupa o Largo, mencionando uma questão racial latente ao relacionar a população presente como desocupados e desordeiros:

[...] quem por lá passar verificará com o pezar e a revolta, que semelhantes torpeza povoes, que a malta de desocupados e desordeiros que a policia deixa em sossego naquelle local, além de incomodar grandemente as famílias alli residentes, com as algazaras obscenas, que constituem as suas palavras, leva o desarôjo ao ponto de não poupar o proprio monumento erguido ao sublêr juridico e á respeitavel memoria de Teixeira de Freitas, enodando-o com desenhos pornográficos que até sujam vergonhosamente as paredes das casas em torno.

E, conservamos, spectaculo como esse em um logradouro publico de um centro de civilização, como desejamos que este seja, pôde ser o attestado de tudo, menos da comprovação que a policia possa ter do cumprimento das responsabilidades que lhe estão commettidas (Jornal do Brasil, 27 de outubro de 1909).

Mais uma vez, se vê a utilização do termo “civilização”, como se o espaço do Largo estivesse fora do que se entende como civilização no Rio de Janeiro. O texto reforça uma visão excludente ao associar a ocupação do Largo a características negativas como “desocupados” e “desordeiros”, marcando uma distinção entre quem seria considerado adequado para ocupar espaços públicos em uma “capital civilizada”. A escolha dos termos “pezar”, “revolta” e “torpeza” carrega um julgamento moral e racial implícito, que associa a presença de determinadas pessoas – provavelmente de camadas populares e racializadas – à desordem e ao incômodo social.

Além disso, a ideia de civilização é reiterada como um valor oposto à realidade observada no Largo. O texto expressa uma visão hierarquizada de urbanidade, onde o espaço só seria plenamente civilizado caso estivesse alinhado aos padrões europeus ou elitistas de organização, comportamento e ocupação. O uso do termo “espetáculo de malta de desocupados e desordeiros” evidencia a percepção do Largo como um cenário público que deveria refletir os ideais de ordem e progresso, mas que, segundo a matéria, era maculado pela presença de grupos indesejados. Por fim, ao analisarmos o discurso, vemos

que ele não apenas desumaniza essas pessoas, mas também reforça sua exclusão racial e social, tornando-os incompatíveis com o ideal de modernidade que se desejava construir para o Rio de Janeiro. Essa visão não apenas marginaliza, mas realiza ações de controle e exclusão urbana, muitas vezes justificadas pela ideia de “progresso” e “civilização”.

Tais indagações continuaram, no ano de 1910, no jornal *Correio da Manhã*, que caracteriza a igreja como decadente e o Largo como impróprio na cidade do Rio, afirmando que este não merecia continuar com a estátua do Jurista Texeira de Freitas: “[...] a praça de São Domingos, onde está o monumento, humilha-o pelo aspecto decadente de uma igreja em ruína e impopriedade do local” (*Correio da Manhã*, 28 de fevereiro de 1910). Segue a imagem da Estátua de Teixeira de Freitas:

Imagem 7 – Estátua do Jurisconsulto Augusto Teixeira de Freitas



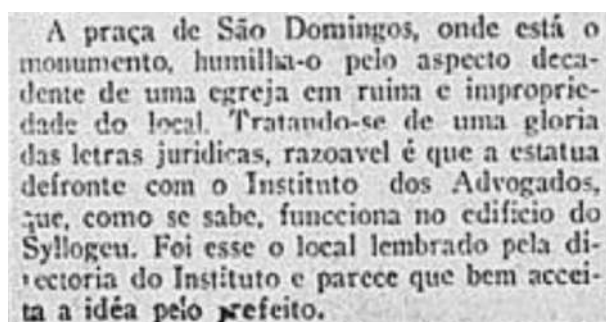
Fonte: Acervo FMIS/RJ.

A descrição do Largo como “impróprio” e da igreja como “decadente” e em “ruínas” evidencia o impacto das transformações urbanas que ocorreram na cidade no início do século XX, onde áreas historicamente ligadas às populações negras e periféricas eram sistematicamente marginalizadas. A crítica ao espaço também afeta o monumento

de Teixeira de Freitas, considerado “humilhado” pelo estado do Largo e pela igreja. Isso sugere que a presença de um monumento público, representando um jurista renomado, deveria estar vinculada a um cenário urbano que refletisse os ideais de ordem, higiene e civilidade. A combinação de “decadência” e “impropriedade” atribuída ao Largo revela não apenas uma rejeição estética, mas também um julgamento moral e social sobre o espaço e seus frequentadores.

Essa caracterização está alinhada com os discursos higienistas e modernizadores da época, que buscavam excluir elementos considerados “impróprios” ou “arcaicos” para criar uma imagem de cidade moderna e europeizada. Assim, o Largo de São Domingos e a igreja associada a ele se tornaram alvos de desqualificação, reforçando a exclusão e o apagamento simbólico de espaços ligados à memória coletiva de populações historicamente marginalizadas.

Imagem 8 – Jornal *Correio da Manhã* (28/02/1910)



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Em outro momento, uma publicação no jornal *O Paiz*, em 24 de dezembro de 1909, expõe a preocupação com a segurança e a ordem públicas na região do Largo de São Domingos. No texto, é feito um apelo ao chefe de polícia para que providencie patrulhamento permanente no trecho da Rua General Câmara, entre o Largo de São Domingos e a Rua do Regente. A área é descrita como “infestado por uma sucia de malandros da peor especie que ali faz ponto”, evidenciando mais uma vez a percepção de perigo e desordem atribuída aos frequentadores do local a partir de um imaginário social que associa determinados espaços urbanos à marginalidade e ao desconforto, frequentemente vinculando essas características às questões raciais e de classe, reforçando os ideais de urbanidade e civilização defendidos pelas elites da época.

Nesse sentido, Lao- Montes (2019, p. 3) nos ajuda a compreender a racialização inserida no espaço urbano construído historicamente pela população negra e como tal população vai sendo vinculada à noção perigo. O autor aponta os desafios analíticos para

romper com as concepções de cidades africanas e/ou diaspóricas como guetos atrasados no contexto urbano e afirma que lugares com significações negras são vinculados a margem, classe e habitantes perigosos, já que a cidade deveria ser moldada a partir do moderno. Lao-Montes aponta, assim, para a necessidade de historicizar a presença negra nas cidades e apresenta conceitos e arcabouços teóricos para os estudos dos espaços urbanos a partir da contribuição negra na memória oficial.

Em 1910, várias manchetes reforçavam as críticas sobre a deploração do Largo, endossando a necessidade de retirada da Estátua de Teixeira de Freitas. Tal política obteve sucesso, com a retirada da estátua no dia 18 de março: “effectuou-se hontem trasiadação hontem da estatua de Teixeira de Freitas, do antigo Largo de São Domingos, para Avenida Beira Mar, em frente ao Syllogeu Brasileiro, onde tem sua sede o Instituto dos advogados” (O Paiz, 19 de março de 1910).

Em 1913, a coluna Traços da Semana relembrou a situação da estátua de Teixeira de Freitas, destacando sua condição e localização de forma crítica: “[...] Uma estátua francamente infeliz é a de Teixeira de Freitas. Esra tem passado por toda sorte de aborcimentos. Seu escultor fel-a horrivel e nasa sympathica. Foi collocada na praça de São Domingos, em frente a uma egreja velha, entre casas caldas[...]” (Correio da Manhã, 15 de setembro de 1913). A estátua é descrita como “francamente infeliz” e submetida a “toda sorte de aborrecimentos”. A crítica ao trabalho do escultor é direta, afirmando que a obra é “horrível e nada simpática”. Além disso, o texto ressalta a inadequação de sua localização, mencionando que foi colocada na Praça de São Domingos e depois retirada da lá.

Anos mais tarde, o jornal *O Malho*, em 28 de dezembro de 1924, publica uma imagem descrita como “ruína da antiga Igreja de São Domingos”.

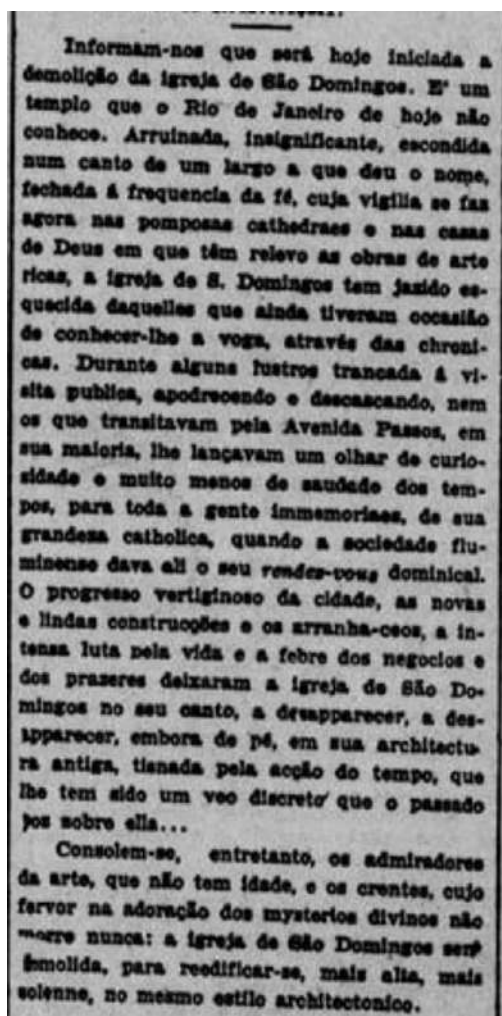
Imagem 9 – Ruínas da antiga Igreja de São Domingos

Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Já em 1928, o *Jornal do Commercio*, na edição de 10 de janeiro, denomina o Largo de São Domingos como um espaço “arruinado” e “insignificante” e grifa que a igreja de São Domingos, uma antiga irmandade negra, seria remodelada pois destoava das modificações promovidas na cidade:

[...] o progresso vertiginoso da cidade, as novas e lindas construções e os arranha-ceos, a intensa luta pela vida e a febre dos negócios e dos prazeres deixaram a igreja de São Domingos no seu canto, a desaparecer, embora de pé, em sua architectura antiga, tisonada pela ação do tempo, que lhe tem sido um veio discreto que o passado pos sobre ella.

Isto ilustra o contínuo processo de desvalorização e apagamento simbólico da Igreja, reforçando a percepção de que o espaço estava desalinhado com os ideais de modernidade e progresso que moldavam o imaginário urbano da época. As “novas e lindas construções” e os “arranha-céus” são exaltados como marcos de modernidade, enquanto a igreja, com sua “arquitetura antiga” e “tisonada pela ação do tempo”, é apresentada como um vestígio de um passado que deveria ser superado. A decisão de remodelar a igreja é justificada pela ideia de que ela “destoava das modificações promovidas na cidade”, mas também pela ideia de reativar suas atividades, já que o local precisava de reformas estruturais.

Imagem 10 – *Jornal do Commercio* (10/01/1928)

Fontes: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Como podemos observar, as publicações dos jornais dizem respeito à década de 1910 e 1920, quando o processo de remoções urbanísticas no centro do Rio de Janeiro, promovido por Pereira Passos, já havia sido concluído. Ao anunciar que havia um progresso vertiginoso e que a Igreja de São Domingos seria um desvio arquitetônico na cidade, podemos inferir, na linha de Gomes e Negro (2006), que chamam atenção para a narrativa do atraso, que, devido à estética ligada ao Império, considerada fora do progresso, os territórios de sociabilidade negra, como é o caso da Igreja de São Domingos, eram sinônimo de atraso.

Nesse sentido, quando o periódico *Correio da Manhã* caracteriza o Largo como impróprio e insignificante, contribui para o que o filósofo estadunidense Charles Mills (2023, p. 79) classifica como “espaços selvagens”, nos oferecendo uma reflexão sobre os espaços que são normatizados e racializados por meio de estruturas de poder racialmente

hierarquizadas. Mills afirma que há uma demarcação entre espaços “civilizados” e “selvagens”, que não seriam apenas uma questão do meio físico, mas uma manifestação tangível de uma ideologia que perpetua a supremacia branca – no caso do Rio de Janeiro, as ideologias eugenistas. Tal concepção se baseia nas dinâmicas raciais dos contratos sociais republicanos hierarquizados, proporcionando espaços divididos pela ótica das desigualdades raciais, o que se reflete também nas narrativas sobre o Largo de São Domingos. Mills argumenta que não é apenas um acordo tácito que estabelece normas sociais, mas há também uma força que molda o ambiente físico e social (Mills, 2023, p. 82).

O autor analisa os processos históricos e evidencia como a colonização, a escravização e a expansão territorial foram veículos cruciais para a imposição do contrato racial que se baseava na ideia de uma cultura branca “civilizada” que contrastava com as culturas “selvagens” racializadas. Essa disparidade reflete não apenas uma distribuição física desigual, mas sim uma manifestação concreta da normatização racial nos espaços que habitamos.

Nesta linha, o historiador Sidney Chalhoub aponta que o projeto republicano brasileiro procurou atacar “a memória histórica da busca por liberdade. Eles não simplesmente demoliam casas e removiam entulhos, mas procuravam também desmontar cenários, esvaziar significados penosamente construídos na longa luta da cidade negra contra a escravidão” (Chalhoub, 2011, p. 232). Dessa forma, as interpretações da imprensa carioca a respeito do Largo São Domingos coadunam com as análises críticas de Mills e Chalhoub, uma vez que ao ser caracterizado com “insignificante”, “arruinado” e a Igreja de São Domingos como em “ruínas”, o espaço em questão tem seus significados esvaziados. Da mesma forma, pode ser interpretado como um espaço selvagem justamente por ter sido ocupado majoritariamente pela população negra desde o século XVIII. Logo, podemos inferir que o Largo São Domingos fora racializado e por isso não fazia parte da noção de modernidade e progresso do Projeto Republicano no período em análise.

Para mais, a categoria explicativa “branqueamento da ocupação do território” surge a partir da análise das políticas de colonização que relacionam territórios ocupados pela população negra como “espaços vazios”, e também nos ajuda a compreender que, para além do Largo ser racializado, as narrativas promovidas pelo *Jornal do Commercio* contribuem para o processo de políticas de branqueamento, que, segundo Santos *et al.*

se territorializa constituindo um conjunto de dispositivos de poder materializados em políticas como assentamentos, expulsões e deslocamentos de populações, na produção de representações e controle dos regimes de visibilização e das leituras sobre tais processos, imposição de formas culturais de comportamento e relação sociedade-natureza, entre outros (Santos *et al.*, 2018, p. 470).

Ainda na década de 1920, em 28 de janeiro de 1928, o jornal *A Manhã* publicou a manchete “Vão-se as tradições da cidade”, em que anuncia a demolição da Igreja de São Domingos. O jornal rememora as atividades realizadas pela irmandade no Largo, no século XVIII, ao mencionar que, “nos tempos de D. João VI, os pretos que pertenciam à irmandade que dirigia os destinos da Igrejinha, no dia de seu padroeiro, faziam festas para onde accudia toda a população da cidade”. Ainda na mesma epígrafe: “o Largo de S. Domingos offerencia um espetaculo doloroso: era o dos desgraçados negros escravos, que se viam por ali passar, quando se dirigiam aos armazéns do Valongo, onde eram vendidos por quem mais desse”. O passado ao qual a manchete refere-se diz respeito a um processo histórico de construção do espaço formada por dinâmicas territoriais urbanas escravistas, em que o Largo de São Domingos foi formado nominalmente pela Igreja do mesmo nome.

Imagem 11 – Jornal *Manhã* (28/01/1928)

No entanto, digamos, como o audoso poeta: “all outr’ora re-umbaram hymnos”. Nos tempos de D. João VI os pretos que pertenciam á Irmandade que dirigia os destinos da Igrejinha no dia de seu padroeiro, faziam festas para onde accudia toda a população da cidade. A missa nesse dia, era feita com todo o ceremonial. No côro é bem possível que fossem ouvidas as musicas de José Mauricio com orquestras dirigidas por elle mesmo. Do seu pequeno pulpito ouviu-se uma vez um sermão pronunciado por Frei Lado de Christo.

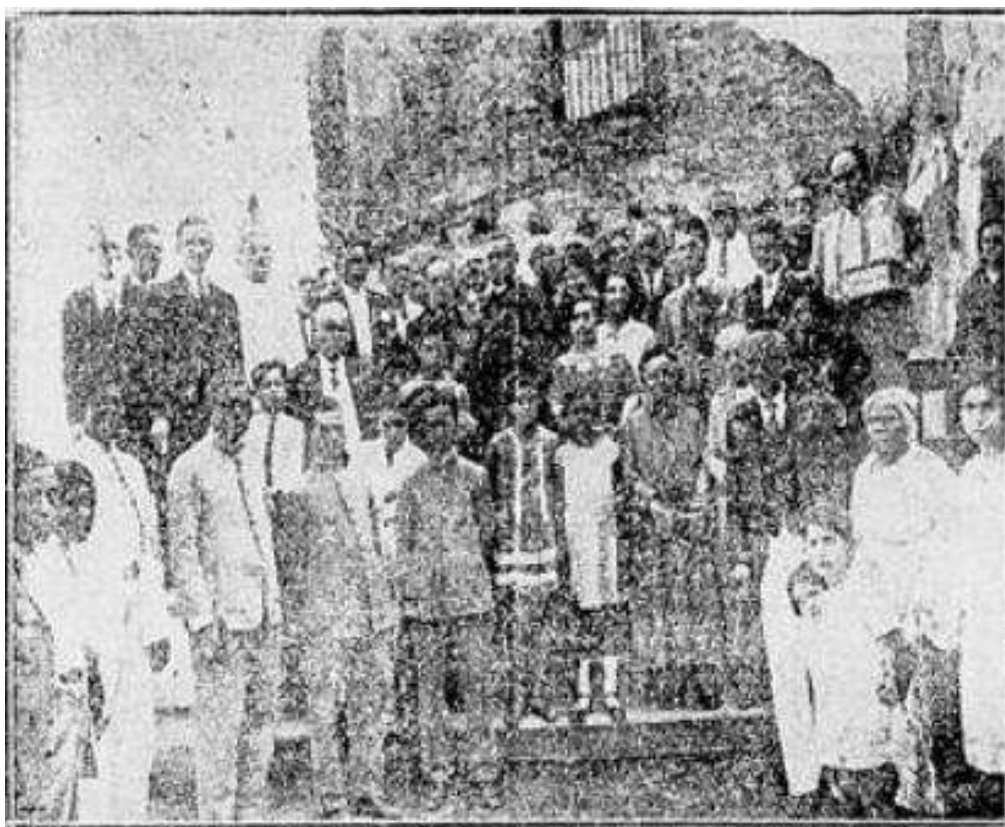
No tempo de D. João, o largo de S. Domingos tinha apenas seis predios em toda a quadra e em frente existia um cemiterio, que foi mandado inutilisar em 1820. Por essa época, o largo de S. Domingos offerencia um espectáculo doloroso: era o dos desgraçados negros escravos, que se viam por ali passar, quando se dirigiam aos armazens do Valongo onde eram vendidos por quem mais desse. Com o fim de aformosear o largo, a Illustradissima Camara Municipal mandou em tempos collocar uns frades de pedra presos uns aos outros por grossas correntes de ferro. Frades e correntes foram postos abaixo pela garotada, depois de algumas dezenas de annos. Uma fonte que nunca deu um pingo de agua tambem lá estava em tempos, bem como a estatua do conselheiro Teixeira de Freitas, trabalho de Rodolpho

Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Como visto acima, a formação do Largo pela Irmandade é mencionada na publicação do jornal. O que nos chama atenção, no entanto, é o envolvimento de toda a população nos festejos de uma irmandade negra ao mesmo tempo em que a publicação desumaniza o corpo negro e o próprio território em questão. As diversas confluências no espaço nos permite observar que as narrativas de degradação de um território ou de um grupo específico podem ser ressignificadas no processo histórico da relação do homem com o espaço. Muniz Sodré (2019, p. 16) aborda que o mesmo grupo e o meio físico afetam o comportamento humano, como o envolvimento dos grupos com o território e vice e versa, resultando num processo de práticas sociais de identificação.

No entanto, o que não podemos deixar de salientar é que os jornais analisados, ao resgatar traços da memória da escravidão e discursos de degradação sobre o Largo, invisibilizam as práticas sociais no território durante a Primeira República, produzindo esvaziamento de significados, apagamento das práticas sociais, vivências e ressignificações do espaço.

Imagem 12 – Cerimônia para as obras na Igreja da ordem terceira de São Domingos Gusmão



Fonte: Hemeroteca digital, Biblioteca Nacional (BN).

4 CORES DO LARGO: OS USOS E SOCIABILIDADES

Após discutirmos como o Largo de São Domingos foi retratado na imprensa, por meio de anúncios de demolição, abertura de avenidas, alterações de nomenclatura e reformas na igreja local, focalizaremos nas diferentes dinâmicas que moldaram seu uso e ocupação. Assim, analisaremos estabelecimentos, como fábricas, botequins e associações de ajuda mútua, evidenciando práticas cotidianas que desconstroem a noção de “lugar vazio” ou esquecido na cidade. Ao contrário da percepção equivocada de que o Largo se limitava ao cenário de ações do movimento operário, argumentamos que ele exerceu papel fundamental na formação racial e identitária do Rio de Janeiro.

Buscamos, portanto, compreender como as camadas sociais, culturais e raciais atravessam a configuração do Largo, especialmente no contexto do urbanismo moderno e das políticas de higienização. Nesse processo, destacamos o protagonismo das populações negras, que ressignificam o espaço como lugar de sociabilidade, organização política e práticas cotidianas. O Largo emerge, desse modo, como locus de memória, refletindo tensões e potencialidades de reinvenção no ambiente urbano. Embora nenhum espaço seja de exclusividade de um único grupo, evidenciamos ao longo deste capítulo como se desenvolve uma sociabilidade negra marcante, que reafirma a importância de conceber o Largo não apenas como palco passivo, mas como agente ativo na formação de identidades de classe e raça.

4.1 As dinâmicas espaciais e sociais no Largo de São Domingos

Os estudos de Renato Emerson dos Santos contribuem para a compreensão das relações estabelecidas entre os indivíduos que ocupam o espaço do Largo e a diversidade presente nesse contexto, aspecto que será observado ao longo da análise. Assim, considerando o território como um espaço experienciado, o geógrafo Rogério Haesbaert (2020, p. 76) adota a perspectiva de Milton Santos; nessa abordagem, uma das características distintivas da leitura está intrinsecamente vinculada ao fato de esta emanar a esfera do vivido, das práticas e do “uso” do território. Haesbaert acrescenta que esse uso vai além do simples valor de utilidade, abrangendo também um significativo valor simbólico. Essa noção coaduna com as perspectivas que iremos adotar ao longo do texto para pensar o Largo São Domingos.

Logo, a análise do espaço urbano pela ótica da sociabilidade e da urbanidade, sob a perspectiva de enegrecer os logradouros, nos conduz a um entendimento mais profundo sobre como as populações negras reconfiguraram a cidade como locus de resistência e criação cultural (R. Santos, 2022, p. 215). Ao invés de se limitar à lógica excludente dos projetos urbanísticos, essa abordagem revela as formas pelas quais as práticas sociais, culturais e políticas das populações negras redesenharam os sentidos e usos dos espaços urbanos. Deste modo, analisarmos as “urbanidades negras” evidencia o tecido social construído a partir de sociabilidades que extrapolam os moldes dominantes. Ao enegrecer os logradouros, compreendemos que esses espaços foram e ainda são instrumentos de resistência e reexistência, integrando práticas de cuidado, criação estética, memória e luta por emancipação (Lao-Montes, 2019).

Como já foi mencionado, o Largo de São Domingos recebeu sua nomeação a partir da instalação da Irmandade de São Domingos. O local era marcado pelas atividades promovidas por essa irmandade, bem como pelas dinâmicas urbanas relacionadas à escravidão e a outras práticas sociais. No entanto, é preciso analisar outras urbanidades negras e as novas dinâmicas exercida no Largo; essas múltiplas funções podem ser observadas e analisadas por meio do mapeamento dos jornais da época.

No Almanak Laemmert, de 1902 a 1905, o Largo é descrito como: “situado na rua do general camara, entre as da cocnceição e regente e nella principia a rua camerino. Tem no centro um lindo chafariz e de um lado a igreja de S. Domingos” (Almanak Laemmert, 1903). Já em 1905, depois da retirada do Chafariz: “situado na rua do general camara, entre as da conceição e regente”. E, a partir do mapeamento no Almanak, conseguimos compreender as dinâmicas no Largo, como a Igreja de São Domingos, que estava sob responsabilidade do Padre João Clymaco, estabelecimentos comerciais, que incluíam o armarinho de Manoel Joaquim de Sampaio (números 9 e 11), a loja de Manoel Francisco Soares (número 12) e a joalheria de Adelando de Vasconcellos Braga (número 2). Profissionais como marceneiros e mestres de obras também se destacavam, como João Antônio da Silva, operando no número 1. No ramo da moda, Manoel Francisco Soares se estabeleceu no número 11, enquanto a Pharmácia Gonzaga, de Luiz de Gonzaga Fernandes, localizava-se na Rua General Câmara, número 225.

A vida cultural e educacional também estava presente no Largo, com Bernardo atuando como professor de dança no número 221, que também funcionava como Club de Dança. Além disso, o largo era um espaço para a produção industrial, vide a Fábrica de Cigarros no número 27 e Fábrica de Colchão: “Fabrica de colchões em alta escala –

deposito de moveis – reformam-se colchões em perfeição – preço sem competidores – J.J. Marinho – Travessa de São Domingos, 12 e 14 e Rua General Camara” (Correio da Manhã, 28 de abril de 1903). A filantropia desempenhava um papel essencial, com diversas associações localizadas no número 8, como a Sociedade Beneficente D. Isabel a Redemptora, a Associação de Socorros Mútuos Luiz de Camões, a Associação da Liga Operária e a filial da Cruz Vermelha; comércios boêmios, como o café e botiquim de João Teixeira Ribeiro (número 12), a venda de víveres, ovos e aves por José de Rosa Júnior (número 4) e as quitandas de José A. Rodrigues (número 17); e outros comerciantes, incluindo Bento e Irmão, barbeiros (número 6), Joaquim Rodrigues Costa, especializado em fogões (números 10 e 12), e Simões e Costa, no ramo de bebidas (número 17).

O Largo também abrigava casas de pasto, como Tavares e Monteiro (número 9) que foi comprada no ano de 1903 pelo “Sr. Joaquim Antônio da Silva, livre e desembaraçado de qualquer ônus” (A Capital, 20 de junho de 1903), a Padaria das Famílias, de Aleixo de Souza Pinheiro, e estabelecimentos de secos e molhados, operados por Joaquim José (número 13) e Domingos da Costa e Souza (número 11). Havia, ainda, o comércio de calçados, com José Marques da Silva & C. (número 8), e de funilaria, representado por José Jordão (número 7) e um prostíbulo (número 22).

Nos jornais, encontramos ocorrência de briga nos botequim, assim como há indicações da presença de associações carnavalescas, clube de dança e bandas no Largo de São Domingos, como a Estudantina Apollo, que fazia aparições mensais no club de dança 221 (Jornal do Brasil, 18 de abril de 1903), e a criação do bloco demonios da noite na rua Genral Camara 224. “O club inaugura por estes dias o estandarte da sua séde e prepara para 03 dias de carnaval grande festa, sabindo a passeio e ornanmentando toso o quarteirão desde o largo de S. Domingos até a rua do Regente” (O Paiz, 21 de janeiro de 1903). Ainda, a sociedade musical recreio de S. Domingos, que se “aparesentava no largo hontem durante à noite no largo de S. domingos, tendo affluido ao local grande numero de famílias” (A Capital, 27 de junho de 1904). E o “club de prodigos carnavalesco” (Correio da Manhã, 20 de fevereiro de 1905).

Os ranchos, embora surgidos ainda no final do século XIX, só começaram a se destacar na primeira década do século XX. Roberto Moura (1995) aponta a relação dos ranchos com a saída das Tias Baianas e as sociabilidades presentes nas ruas. O Largo de São Domingos era conhecido com Lapinha e destaca-se como um espaço de grande importância cultural e social no contexto carnavalesco carioca, especialmente devido à

presença marcante dos ranchos e das tias baianas. Esses ranchos eram compostos por cortejos de músicos e dançarinos de caráter religioso, mas também pândegos e democráticos, e representaram uma forma de resistência e afirmação da presença negra na cidade, buscando impor suas formas de organização e expressão nas ruas da capital da República. Moura (1995, p. 89) demonstra que a presença de Hilario Jovino, Tia Bebiana e Tia Ciata eram constantes no Largo. Segundo a historiografia, os ranchos carnavalescos deixaram de se apresentar no Largo de São Domingos no ano de 1913 (Gonçalves, 2006) com a realização de feira toda semana, como vemos na imagem a seguir:

Imagem 13 – Feira no Largo de São Domingos (1913)



Fonte: Acervo FMIS/RJ.

Mas, a partir do mapeamento dos jornais, observamos uma significativa presença do movimento operário no Largo de São Domingos. Por esse motivo, este capítulo se debruçará sobre essas questões, analisando as dinâmicas e os impactos das atividades operárias no espaço. Com isso, buscaremos analisar o Largo de São Domingos como um espaço de sociabilidade, organização e de greves de movimentos sociais de trabalhadores, entre 1902 a 1919, principalmente de categorias negras⁶. Visto que, na virada do século XIX para o XX, houve um aumento de greves, reivindicações e criação de associações de

⁶ Como estivadores, sapateiros, padeiros, trapiches, tipógrafos, entre outros.

classe em toda cidade, no Largo de São Domingos não foi diferente, sobretudo a partir de 1902, quando há um adensamento de ações e experiências dos trabalhadores no Largo, por meio de greves, comícios e reuniões.

Nesse sentido, utilizamos as provocações de Mike Savage e de Renato Emerson dos Santos, onde o Largo seria um espaço ativo na construção de identidades sociais, mas também raciais. Assim, há o intuito de compreender as dinâmicas do Largo no que tange as categorias de trabalhadores na Primeira República. Para isso, serão mobilizados os jornais digitalizados da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, *Correio da Manhã*, *A Imprensa* e *Jornal do Commercio*. Tais materiais nos proporcionam narrativas de eventos como: comícios e organização e localização de sedes trabalhistas pela visão da imprensa.

Temos por objetivo analisar como o Largo não foi meramente um cenário das greves e sedes de classes, mas parte do constructo das relações e ressignificações da população negra, mesmo existindo discursos excludentes sobre esse território.

4.2 Intersecções entre raça e mundos do trabalho

A historiografia, por muitas vezes, desassociou as categorias de trabalho e raça. Essa tendência implica uma separação conceitual e prática entre a análise das relações de trabalho e as questões relacionadas à raça, resultando em uma abordagem fragmentada e desarticulada dos aspectos fundamentais das múltiplas experiências. Assim, com relação à classificação da categoria trabalhadora, bem como à racialização dos sujeitos, o historiador Cláudio Batalha (2000) nos alerta para uma perspectiva analítica da imagem do operário nas primeiras décadas da República pela ótica da imigração. Ou seja, a noção de classe trabalhadora teve, por muito tempo, um imaginário embranquecido. Tal abordagem omite a existência de trabalhadores brasileiros e não os racializa.

A imagem mais corrente do Operariado na Primeira República é a do italiano anarquista. Caricata, ela reúne dois componentes fundamentais: por um lado, a associação automática entre trabalhador e imigrante – este, por sua vez, reduzido ao italiano; por outro, a atribuição de um ideário único, o anarquismo, àquele momento histórico. Tal noção é ainda reforçada por romances, filmes, novelas televisivas e até parte da produção acadêmica, não havendo espaço para o diverso ou para a dúvida. Pouco importava se esses imigrantes não se viam como italianos, mas como vênnetos, lombardos, napolitanos e calabreses, que não falavam um idioma comum: se vinham do campo e para lá iam, uma vez que eram, na origem, trabalhadores agrícolas ou pequenos agricultores; ou, ainda se a imensa maioria jamais tivera qualquer contato com o anarquismo. Nessa perspectiva desaparecem os outros imigrantes, bem como os trabalhadores brasileiros, sobretudo os negros (Batalha, 2000, p. 7).

Outra problemática, nesta perspectiva, é apresentada por Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2010). Os historiadores fazem um balanço das produções historiográficas sobre a perspectiva do paradigma da ausência nos campos da História Social do Trabalho e da História Social da Escravidão, e anunciam que, por diversas vezes, essas áreas não dialogam e estabelecem lacunas na produção acadêmica.

Em consonância, Álvaro Nascimento, com um artigo mais recente, publicado em 2016, expõe seus incômodos historiográficos nas abordagens teórico-metodológicas da agenda de pesquisa sobre trabalhadores pobres e movimento operário, que não avaliam a cor como objeto marcador das relações sociais, políticas e culturais. Tal questão é evidente nas investigações do período republicano. Segundo Nascimento, “o leitor perceberá a ausência da participação do negro em boa parte delas [as primeiras cinco décadas da República], mesmo quando concepções de raça, caráter nacional e bom trabalhador ganham evidência em centros de pesquisa, nas esferas do Estado e nos mundos do trabalho” (Nascimento, 2016, p. 609). Além disso, as produções historiográficas sobre o pós-emancipação desconsideram a cor dos trabalhadores nessas pesquisas mais tradicionais e focam nos exercícios laborais fabris, embranquecendo a análise e apagando processos históricos, como o sistema escravista e a agência de trabalhadores escravizados e livres como continuidade na história.

Deste modo, ao analisar os periódicos e documentos policiais sobre os ofícios de estivadores, tipógrafos e padeiros, o historiador Marcelo Badaró Mattos relaciona historicamente essas funções com atividades exercidas por trabalhadores escravizados e livres. Ele aponta que são “valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe” (Mattos, 2009a, p. 51). Ou seja, são as lutas pela liberdade, como revoltas, fugas, movimentos abolicionistas e formação em irmandades religiosas que possibilitam a compreensão das novas possibilidades no pós-emancipação, como as mobilizações e formações de classes (Mattos, 2009a, p. 63). Em consonância, Flávio Gomes e Antônio Luigi Negro afirmam que:

De um lado, os estudos sobre a escravidão priorizaram os conceitos de luta de classes e experiência e, de certa forma, ativeram-se na deslizante indagação de Thompson a respeito da luta de classes sem classes, quase transformada em afirmativa. Porém, a questão está em delinear, em algum momento, a emergência de uma classe trabalhadora, haja vista que a luta de classes não tem como acontecer sem classes sociais, indefinidamente nos estudos sobre classe operária, sindicatos e partidos acabavam silenciando sobre o longo e diversificado processo da formação da classe, em abordagens que não faziam do “embranquecimento” um problema de pesquisa. Não questionaram a

exclusão, aludida por Silvia Lara, por meio da qual “não figura o trabalhador escravo”, a personagem de três séculos de nossa história (Gomes; Negro, 2006, p. 221-222).

Já com relação ao espaço urbano e as atividades laborais, a historiadora Mariana Costa (2023) nos apresenta a possibilidade de compreender o Jardim Botânico do Rio de Janeiro como um território que se caracterizou a partir de associações recreativas ligadas ao mundo fabril, com habitação, espaços de lazer e a própria fábrica. Costa apresenta a esfera urbana do bairro a partir dos marcadores hierárquicos fabris, que possibilitaram duas condições: (i) a de domínio sobre os trabalhadores e (ii) a de estratégia política e de lazer dos próprios trabalhadores, os colocando como sujeitos ativos no processo de formação histórica do bairro. O que chama a atenção é a articulação entre domínios do lazer, a formação das associações recreativas e a agência operária, bem como a cor dos trabalhadores e sua estratégia de criação dos próprios clubes de lazer. Tal questão está relacionada ao espaço urbano, ações de trabalhadores negros e formação de classe.

Assim, a urbanização no Brasil, desde o século XIX, reflete diferentes relações e hierarquias sociais, impulsionadas pelo crescimento do comércio, da população e do trabalho, o que conduz a novas formas de dinâmica social. Ao analisar as estruturas no pós-emancipação, Emília Viotti Costa (2007) destaca a industrialização, porém não se propõe a interseccionar o espaço urbano e os processos históricos da Primeira República. Sua abordagem implica salto historiográfico das relações trabalhistas no sistema escravista para o contexto fabril, evidenciado pelo surgimento das indústrias. Outro ponto observado na obra da autora reside na classificação dos trabalhadores como uma população operária “débil”, além de atribuir pouca relevância às organizações políticas desses trabalhadores. Este tipo de generalização pode obscurecer nuances importantes no entendimento da complexidade das dinâmicas sociais e econômicas na Primeira República.

De maneira oposta, Batalha demonstra que “a despeito de todas as condições desfavoráveis e dos elementos de divisão e diferenciação da classe operária, a história da Primeira República permanece como um momento de extraordinária mobilização coletiva e de forte organização de classe” (Batalha, 2000, p. 14). Além disso, demonstra que a organização de ofícios já ocorria desde a segunda metade do século XIX entre trabalhadores livres, isto é, trabalhadores negros. Tais organizações eram feitas em sociedades mútuas em que se compartilhavam laços de solidariedade e demandas do ofício. Após a consolidação do sistema republicano, há a formação de “associações, centro, grêmio, liga, sociedade, união e, até mesmo, sindicato” (Batalha, 2000, p. 15).

Ademais, segundo Batalha, houve uma vinculação do ideal de operário ao trabalhador imigrante italiano, desconsiderando a presença histórica dos trabalhadores negros que já ocupavam o espaço laboral. Os imigrantes foram associados à introdução do movimento anarquista no Brasil; entretanto, o autor demonstra que, em sua maioria, os italianos que imigraram provinham do campo, enquanto o anarquismo era um movimento de caráter urbano.

Segundo Gomes e Negro, por um lado, a narrativa sobre a industrialização vinculou-se à de urbanização e modernidade na Primeira República; por outro lado, a sociedade escravista era relacionada ao atraso, ou seja, “escravidão, trabalho escravo e mundo rural apareceriam em oposição à industrialização, operariado e urbanização” (Gomes; Negro, 2006, p. 227). Em outra contribuição, Flávio Gomes, Juliana Farias, Carlos Eugênio Soares e Carlos Eduardo Araújo (2006) acrescentam que a escravidão atlântica promovida no Rio de Janeiro foi vivenciada em paisagem urbana ou semiurbana. Em razão disso, as ocupações laborais realizadas por escravos, africanos e crioulos misturava-se com a paisagem urbana, ressignificando territórios. A partir disso, os autores denominam o Rio de Janeiro⁷ como uma cidade negra. Este cenário retrata o que a historiadora Sandra Pesavento (2002, p. 16) nos aponta sobre a existência de duas visões de cidade na memória social urbana nas primeiras décadas da República. Para a autora, há a cidade sonhada e a cidade vivida, sendo que as duas perspectivas coexistiram na mesma temporalidade. Pesavento questiona as imagens e narrativas de espaços urbanos que conferem significados de estratégia de controle vivenciado e requalificado por diversos grupos, como é o caso dos trabalhadores negros.

Portanto, como discutido até o momento, podemos observar que a historiografia não leva em consideração a racialização da classe trabalhadora. Essa lacuna contribui para a construção de um imaginário sobre o trabalhador na Primeira República que é predominantemente moldado pela narrativa do imigrante. Nesse contexto, as obras de Silvia Lara, Sidney Chalhoub, Marcelo Badaró, Álvaro Nascimento, Flávio Gomes, entre outros/as, desempenham um papel fundamental ao fornecer uma abordagem teórico-metodológica que leva em consideração as experiências negras e a formação de classe trabalhadora antes mesmo da consolidação da República. Esses estudiosos têm se dedicado a ampliar nossa compreensão sobre a relação entre raça, classe e trabalho na

⁷ Os autores também mencionam Salvador e São Paulo.

história do Brasil, desafiando as narrativas dominantes que tendem a negligenciar ou minimizar a presença e as experiências dos trabalhadores negros.

4.3 Reuniões, greves e sedes: o Largo de São Domingos como sinônimo de luta operária

Aqui pretendemos analisar a relação dos movimentos sociais de trabalhadores da Primeira República com o Largo de São Domingos a partir dos jornais do Rio de Janeiro de 1902 a 1919, para que possamos compreender o Largo como um espaço de reivindicações e organização das classes trabalhadoras. No entanto, é importante observar que foi a partir da contribuição de Milton Santos (1997 *apud* Corrêa, 2001) que o Largo e as práticas sociais nele praticados passaram a não ser desassociados. Tal perspectiva alude o que Savage menciona, sobre como a relação com o espaço é fundamental para a própria formação e organização das classes. Segundo a jornalista Patrícia Pamplona (2023), há uma escassez de produções relacionadas ao Mundos do Trabalho e ao Largo de São Domingos, principalmente nos “movimentos reivindicativos”. Outra problemática é que as atividades mapeadas não estão ligadas ao mundo fabril⁸, o que nos indica que o Largo foi ocupado por trabalhadores manufatureiros, como carregadores, estivadores, marinheiros, sapateiros, barbeiros e quitandeiros. Esses, de acordo com Badaró, foram ofícios ocupados, desde o século XIX, por escravizados urbanos e trabalhadores livres no pós-abolição.

Ainda é necessário salientar que, assim como menciona o historiador Edward P. Thompson, “a classe operária não surgiu tal como um sol, numa determinada hora” (Thompson, 2011, p. 9). Nesse sentido, argumentaremos, em consonância com os estudos dos historiadores Flavio Gomes, Sidney Chalhoub, Silvia Lara, Marcelo Badaró Mattos, Antônio Luigi Negro e Álvaro do Nascimento, que a República não deu origem ao movimento operário⁹; tal formação já vinha sendo consolidada diante de compartilhamento de experiência de trabalhadores escravizados e livres.

⁸ Foi encontrada somente uma convocação no *Jornal do Brasil* referente a uma reunião na sede da federação das associações sobre a demissão de funcionários da Fábrica de Cerveja. Isto é, somente uma reunião com relação ao mundo fabril foi realizada no local; de resto, as reuniões encontradas no Largo são vinculadas a atividades não fabris.

⁹ O termo “operário” será utilizado nessa seção a partir da concepção de trabalhadores como estava posto na imprensa e nos movimentos sociais da Primeira República: de modo genérico e aplicado para trabalhadores em geral, não se restringindo aos fabris.

4.3.1 *Das sociedades beneficentes à organização sindical: organização de trabalhadores livres e libertos*

Como já mencionado acima, o cenário urbano e a urbanização no Brasil coadunam com hierarquias sociais e raciais, o crescimento do comércio e a presença de escravizados, livres e libertos, que promoveram estratégias e redefiniram paisagens urbanas. É nessa perspectiva que, ao analisarmos a segunda metade do século XIX, podemos observar as formações legalizadas de organizações de ajuda mútua: as sociedades beneficentes. No Rio de Janeiro, essas associações “geralmente tinham como objetivo principal reunir em uma caixa comum as contribuições dos associados a fim de dar auxílio financeiro a ele ou à sua família em caso de desemprego, doença, morte ou prisão” (Mendes, 2015, p. 122). Seus membros poderiam ser ligados a um ofício em específico, como é o caso da União Bloco de Combate dos Empregados de Padarias; ligados a nacionalidade, exemplos da União Italiana ou do Congo; ou por questão racial, como Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor. Segundo Rafael Maul de Carvalho Costa (2005), há dentro dessas associações alguns membros que se denominavam operários ou classe operária de maneira mais ampla.

É o que nos mostra o historiador Ronaldo de Jesus (2013) ao realizar um levantamento quantitativo das documentações do Conselho de Estado da criação das associações desde o ano de 1860, encontrando três associações principais atuantes no período: (i) Sociedade Beneficentes, (ii) Irmandades, e (iii) Sociedades Religiosas. Ao analisar as sociedades beneficentes, Jesus localiza diversos tipos, mas o que nos chama a atenção são as Sociedades Beneficentes Mútuas (gerais), Sociedades Beneficentes de Ofício (categorias profissionais) e Sociedades Beneficentes de Classe (vários ofícios), por serem sociedades ligadas ao trabalho.

Segundo o historiador Marcelo Badaró Mattos:

Trata-se da experiência com as associações de ajuda mútua – as mutuais – fundadas sem referência religiosa, com o objetivo de reunir em uma caixa comum as contribuições dos associados para auxiliá-los em momentos de doença, invalidez, morte, entre outros. Muitas mutuais tiveram um caráter profissional, reunindo trabalhadores do mesmo ofício, da mesma empresa ou de várias profissões aglutinadas (Mattos, 2007, p. 5).

A participação de trabalhadores escravizados nas sociedades beneficentes foi proibida, conforme observado por Camila Mendes. A única alternativa incentivada pelas autoridades e pelos senhores era a participação desses trabalhadores nas irmandades. Devido a essas proibições, podemos observar que algumas irmandades eram apropriadas

por trabalhadores escravizados (mas não só) para proteção e formação associativa, incluindo os ofícios de sapateiros, alfaiates (pardos), mecânicos e ferreiros (pretos). Mendes demonstra que, no século XIX, os trabalhadores livres ou libertos se organizavam a partir da ligação da sua identidade negra, como é o caso da Sociedade Beneficente da Nação Conga (1861); da associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor (1874); e da Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amiga da Consciência” (1874). Estas não só foram associações entre seus próprios membros, mas atuaram também no compromisso com alforrias e auxílios de escravizados (Mendes, 2015, p. 123).

No entanto, Mendes demonstra que a duração dessas sociedades racializadas foi curta devido a diversos embargos do governo imperial. Entre os motivos, as associações foram acusadas de terem entre seus membros negros escravizados; outro motivo foi que, para o império, não haveria justificativa para ter uma sociedade beneficente destinada apenas para trabalhadores africanos ou negros, com o argumento de que

era, “dispensável” porque “os homens de cor devem ter e de fato tem admissão nas Associações Nacionais, como é de seu direito e muito convém a harmonia e boas relações entre os brasileiros”. Ou seja, segundo o governo imperial, os negros livres tinham o mesmo direito que os brancos de participar de associações, no entanto, não podiam ter uma associação exclusiva para atender suas demandas (Mendes, 2015, p. 128).

Mesmo que com pouca duração, a existência dessas sociedades nos possibilita analisar as organizações de trabalhadores negros pela ótica da solidariedade e da resistência dentro dos meios oficiais.

Mendes ainda demonstra que, no mesmo período, final do século XIX, as irmandades perdem força de atuação, ou seja, com o enfraquecimento das irmandades, os trabalhadores negros foram se articulando entre outros tipos de sociedade beneficente e em outras organizações. No período republicano, tais formatos de organização, movimentação no espaço urbano e compartilhamento de experiência foram possíveis devido ao processo histórico de participações de trabalhadores como primeiras experiências associativas.

Batalha, então, nos apresenta a eclosão, na Primeira República, de “uma forma de associação de novo tipo: o sindicato operário”, voltada para reivindicações salariais, com a nomenclatura de “associação”, “centro”, “grêmio”, “liga”, “sociedade”, “união”, “sindicatos” bem como a denominação “resistência” (Batalha, 2000, p. 15). Esta última era utilizada para se diferenciar das sociedades beneficentes, porém Batalha anuncia que a diferença entre as associações beneficentes e os sindicatos ocorria apenas no discurso, pois na prática ainda realizavam ações beneficentes e coletivas entre seus membros. É

nessa conjuntura que estouraram diversas greves, revoltas e organizações. No entanto, não podemos deixar de salientar que a concepção de organicidade e de categoria já vinha se formando no século XIX, assim como a formação de uma classe heterogênea classificada pelo poder público como “classe perigosa”, em conflito com o espaço urbano, como demonstrado anteriormente. Segundo a historiadora Marcela Goldmacher,

A classe operária em formação não era homogênea, nela coexistiam homens provenientes da experiência escravista, imigrantes estrangeiros, principalmente europeus, e internos, homens brancos brasileiros, mulheres e crianças. Esta heterogeneidade étnica trazia consigo uma diversidade cultural e lingüística, contribuindo potencialmente para a ausência de contorno de classe mais preciso. Desta forma, os trabalhadores tinham de lidar com a dificuldade de se distinguir de uma imagem forte na época, a das “classes perigosas”. Para tal, as classes dominantes se apropriaram da noção de trabalho, que servia para separar os “bons cidadãos” das “classes perigosas”. Esta mesma noção era empregada pela classe operária para esta mesma distinção. Entretanto, os conceitos de trabalho diferiam substancialmente (Goldmacher, 2009, p. 12).

Entre os jornais do Rio de Janeiro mapeados entre os anos de 1902 e 1928, foram encontrados, no *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Almanak Laemmert* e *A Noite*, as colunas fixas: (i) Associação, (ii) Associação de Classe, (iii) Vida Operária e (iv) Operariado direcionados para convocação de reuniões e greves. Já os outros jornais, as convocações e manchetes sobre atividades das classes trabalhadoras foram encontradas sem indicação de colunas ou manchetes relatando greves e comícios frequentes. Com isso, veremos a seguir as mobilizações e os grupos que mobilizaram o Largo de São Domingos como território de luta. A partir dessa perspectiva, ao longo do capítulo, examinaremos como ocorre a materialização desse espaço como referência especializada dos movimentos de reivindicação por melhores condições de trabalho, festividades do dia do trabalho, greves e comícios, bem como observaremos o papel dos trabalhadores na conformação desse espaço não apenas enquanto agentes que o moldam fisicamente, mas também como sujeitos que nele constroem identidades e significados sociais e de resistências.

Santos (2011, 2011, p. 146) nos chama a atenção para a importância de observarmos com mais cuidado os locais escolhidos pelos movimentos sociais, a fim de constituirmos uma leitura das grafagens e práticas que conformam o espaço urbano. Nesse sentido, o autor propõe três dimensões espaciais de análise: o uso, as estratégias mobilizadas pelos movimentos e a influência do lugar. Assim, ganha centralidade a motivação na escolha de um espaço específico para que determinados grupos se manifestem, como é o caso do Largo para os trabalhadores. Além disso, aborda-se a

relação entre espaço, lugar e poder, destacando como os conflitos se tornam expressões das tensões sociais que moldam a cidade.

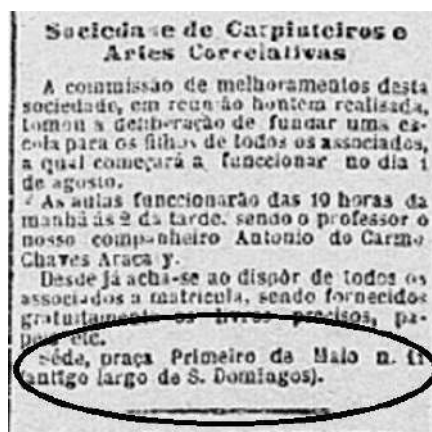
4.3.2 Organização Operária no Largo

Na coluna “Operariado” do *Jornal do Brasil*, ocorre uma ampla publicação de anúncios convocando reuniões de associações de diversas categorias de trabalhadores no Largo de São Domingos. Em 1904, por exemplo, o Centro Internacional de Pintores anunciava a transferência de sua nova sede social para a Avenida Passos, um movimento que coincidiu com abertura da avenida; anunciou também uma reunião dos estocadores “no largo de são domingos sobre o interesse da classe” (*Jornal do Brasil*, 28 de agosto de 1904). Em 10 de abril de 1904, o jornal *A Capital* noticia o percurso do protesto contra a fábrica de tecidos que passa no Largo de São Domingos, organizado pelo

centro operario fluminense, distincta e florescente associação ultimamente aqui fundada percorrerá hoje as ruas desta capital um banco precatorio em favor dos operarios da fabrica de tecido manufacturado fluminense do barreto ha pouco incendiada. largo do capim[...] observando o seguinte itininerario: praça marechal floriano, ruas conceição, visconde do rio branco, largo de S. domingos [...].

De acordo com a análise dos jornais utilizados, o ano de 1905 se destaca como o período de maior movimentação no Largo de São Domingos, devido ao elevado número de eventos, manifestações e reuniões das classes trabalhadoras conforme demonstra o levantamento realizado nesta dissertação. Nesse contexto, o Largo foi retratado pelo *Jornal do Brasil* como “Praça 1º de Maio”, reforçando seu simbolismo como um espaço de encontro e organização popular, como veremos a seguir:

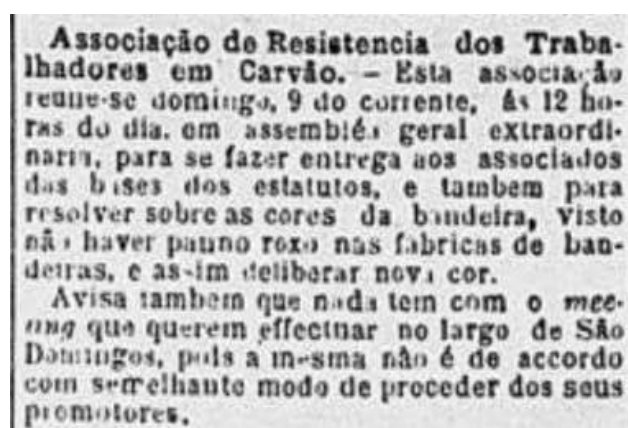
Imagem 14 – *Jornal do Brasil* (12/07/1905)



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

O jornal *Correio da Manhã*, em abril de 1905, ainda na coluna “Vida Operária”, publicou que a Associação de Resistência dos trabalhadores em Carvão convocava seus membros para uma Assembleia Geral, com pautas relacionadas à entrega de estatuto para novos membros. O que nos chama a atenção é que no mesmo texto avisam que a reunião não iria tratar de um *meeting*: “avisa também que nada tem com o meeting que querem effectuar no Largo de São Domingos, pois a mesma não é de accordo com semellhantes modo de proceder dos promotores” (Jornal do Brasil, 6 de abril de 1905). Isso nos indica a movimentação entre as associações para que ocorresse uma Assembleia no Largo.

Imagem 15 – Jornal *Correio da Manhã* (06/04/1905)



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Em maio, um boletim distribuído nas ruas do Rio de Janeiro convocava os trabalhadores para reivindicar:

MEETING – aos trabalhadores do Rio de Janeiro – Está em luta com o ganancioso capital grande numero de trabalhadores desta capital para a conquista das 8 horas de trabalho, convida-se portanto aos trabalhadores em geral para assistirem em massa ao grandioso meeting que se realizará hoje, às 4 horas, no largo de S. Domingos (Correio da Manhã, 31 de maio de 1905).

O jornal *Correio da Manhã* relatou que tal boletim caiu nas mãos de membros do policiamento e que houve grande truculência contra os trabalhadores em greve que se manifestavam no Largo de São Domingos, entre eles os trabalhadores dos canteiros, alfaiates e marmoristas: “Como era de prever, os operários que chegavam ao largo viam o aparato bellico retiravavam-se receiosos de alguma das costumadas violências da policia. Muitos iam para as sedes das sociedades próximas, aguardando que aparecessem os convocadores do comício” (Correio da Manhã, 31 de maio de 1905).

No mesmo período, em junho, a Liga dos Artistas Alfaiates designou seus membros para uma reunião na sede social, no Largo de São Domingos, ainda sobre as pautas “para resolver dobre a attitude a tomar perante o movimento operario em pról das 8 horas de trabalho” (Correio da Manhã, 5 de junho de 1905).

Imagem 16 – Jornal *Correio da Manhã* (05/06/1905)



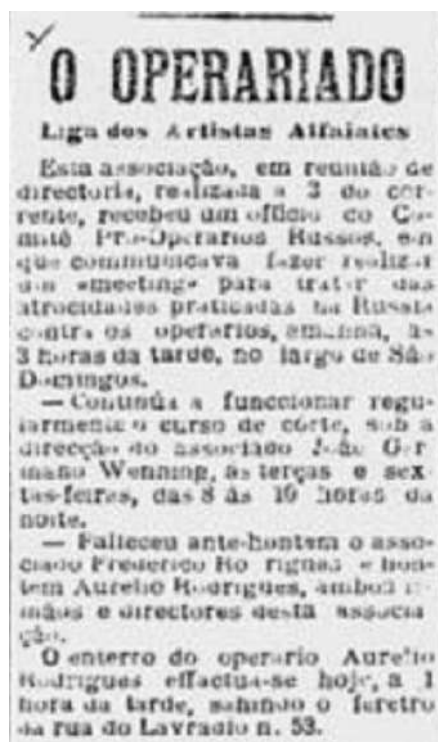
Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

A Liga dos Artistas Alfaiates tem um histórico de reivindicação, greve e solidariedade, como demonstra Marcela Goldmacher na “greve geral” de 1903, ao analisar como essa organização atuou ativamente na própria formação da classe com cursos de especialização na área. Goldmacher aponta que a Liga “possuía a função de reunir os alfaiates e orientá-los para a ação em defesa de seus interesses sem a intervenção de elementos estranhos à categoria e de elementos políticos [...] a liga mantinha ativa relação com as demais associações operárias” (2009, p. 61). A convocação publicada por eles no jornal sobre a necessidade de duração de 8 horas de trabalho, mencionando o termo “movimento operário”, demonstra uma rede de solidariedade e luta com outras classes trabalhadoras. Um outro exemplo disso foi a adesão à greve de 1903¹⁰ e, um ano após, a publicação, em 1906, de uma lista de temas a serem debatidos no I Congresso Operário.

No *Jornal do Brasil*, em abril de 1905, a Liga publica mais uma vez na coluna Vida Operária. O pronunciamento tem relação com o recebimento de um ofício do comitê pró-operário Russo. Assim, a Liga convoca uma reunião em praça pública, no Largo de São Domingos, em apoio aos operários contra o Estado Russo.

¹⁰ Em agosto de 1903, funcionários da Fábrica de Tecido Cruzeiro entraram em greve por melhores condições de trabalho, em seguida, outros operários também entraram em greve, como trabalhadores do porto, da indústria e manufatureis. A greve durou 26 dias e foi um dos principais estopins para a criação e organização de diversas associações. Entre as reivindicações, estava a redução da jornada de trabalho, o aumento de salários, entre outros (Azevedo, 2005).

Imagem 17 – Jornal *Correio da Manhã* (05/06/1905)



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Tal relação nos aponta para o que Batalha alude: que as ideologias surgem no final do século XIX com grupos socialistas declarados, como o Partido Operário, em 1889 no Rio de Janeiro, organização que participou ativamente dos movimentos de greve e reunião nos seus primeiros anos de existência. Goldmacher esclarece que:

as esperanças trazidas pela República em pouco tempo foram substituídas pela decepção. O trabalho não foi regulamentado, a organização política dos trabalhadores não conseguiu garantir os direitos políticos e sociais, os limites e a capacidade repressiva da República tornaram -se claros. Para grande parte dos trabalhadores envolvidos no movimento republicano as soluções “encontradas iam desde a adesão a projetos que visavam a retomar o rumo do qual a República supostamente se desviara até a busca de ideais que ultrapassavam o projeto republicano; dentro desse quadro o socialismo, em suas muitas vertentes, e o anarquismo, que tampouco era homogêneo, tornaram -se saídas plausíveis (Goldmacher, 2009, p. 31).

Nos primeiros anos da República, ocorreram grandes mobilizações, como a participação do Partido Operário nas eleições até 1893 e a organização do I Congresso Operário Nacional em 1892. Batalha aponta que havia uma influência das propostas dos grupos socialistas em perspectiva da II Internacional, com uma narrativa mais simbólica do que real, ou seja, a ação direta não era um meio viável para esses grupos. Batalha intitula-os como “socialistas ecléticos”. A maioria desses grupos defendia reformas estruturais, como voto amplo, jornada de trabalho de 8 horas, proibição do trabalho infantil, entre outros (Batalha, 2000, p. 22).

No jornal *o Paiz*, em 25 de dezembro de 1913, o jornalista operário Mariano Garcia¹¹ fez uma publicação saudosa ao resgatar a participação dos tipógrafos nos primeiros movimentos operários, e fala enquanto participante da classe. Garcia aponta as divergências ideológicas e de reivindicações, e o que nos chama a atenção é a informação de que a primeira reunião do Partido Operário foi realizada no Largo de São Domingos:

Como devem recordar-se os que conhecem esse movimento, desde seu inicio, começou ele a ser agitado em 1890, quando foi pelo governo provisório decretada a lei eleitoral, encabeçado por um operário typographo, José Francisco da Veiga, que publicou o seu manifesto, concitando o operariado brasileiro a aproveitar a liberdade dessa lei republicana e constituir-se em partido operário, para eleger representantes seus às camaras minucipaes, e do Parlamento.

[...] Luiz da Fraça e Silva, tambem operário typographo, publicou nos ultimos tempos do regimen extincto a “Revista Typographica”, para unir a sua classe na defesa comum dos seus interesses, porque a classe typographica foi sempre, naqueles tempos, uma das mais exploradas vitima de quantos jornalistas e fundadores de jornaes e empresas de publicidade que terminavam sempre deixando os operários na miséria sem lhes pagar os salários. [...] quando em 1890, José Veiga fundou a sua “Voz do Povo”, com o intuito de organizar o Partido do Operaria Brasileiro, formavam a seu lado Luiz da França e Silva, Gustavo Lacerda, que já era então de idéas socias, embora não tão claras. [...] Por essa ocasião, já se fizera a primeira reunião, no largo de São Domingos, para a fundação do partido. (O Paiz, 25 de dezembro de 1913)

Ao referenciar que os tipógrafos reconheciam os abusos do trabalho vivenciado desde “o regime extinto”, o jornal faz menção às reivindicações laborais da classe, que, de acordo com Badaró Mattos, foram um dos primeiros a organizar uma greve de trabalhadores no Rio de Janeiro no Império, em 1858, com apoio da Associação Mútua de Tipografia Fluminense. Foi nessa conjuntura que surgiram pleitos a favor de reajustes salariais e a criação do *Jornal dos Tipógrafos*; nele Badaró identificou “manifestações preliminares de uma identidade de classe em construção, mesmo havendo afirmações claras de especificidade, ao se definirem como ‘artistas’, que se ‘coligaram’ por constituírem uma ‘classe mal retribuída nos seus serviços’” (Badaró, 2007, p. 7).

Em outro trabalho, Badaró Mattos aponta a participação dos trabalhadores tipógrafos no movimento abolicionista pelo viés da criação de propaganda do movimento e ressalta que foram eles os responsáveis pela criação do Clube Abolicionista Gutenberg, no Rio de Janeiro. O historiador menciona, ainda, que, além dos meios legais, os tipógrafos atuavam na ilegalidade, ao contribuir com fugas e estratégia de esconderijos de trabalhadores escravizados (Mattos, 2009b, p. 21). Prosseguindo, a manchete enfatiza

¹¹ Militante, operário de uma fábrica de Cigarro. Para saber a trajetória de Mariano Garcia, cf: TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e Carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

a importância de dois tipógrafos: José Veiga e Luiz Silva. Enquanto José Veiga é reconhecido como o idealizador do Partido dos Operários, após sua morte, Luiz Silva não apenas perpetua suas ideias, mas também funda efetivamente o Partido.

No entanto, é crucial direcionar a atenção para o elemento racial. Badaró destaca que, segundo suas observações, Luiz Silva era um homem negro e, como mencionado no Jornal, a primeira reunião do Partido foi realizada no Largo de São Domingos. Mesmo que não haja um detalhamento sobre o endereço e as atividades, temos indícios sobre a relação do território com o movimento operário, e como afirma Savage, aqui o estudo do território não será analisado como mero meio físico, mas “o lugar como um constituinte da formação de classe” (Savage, 2022, p. 21). Nesse sentido, Santos (2011, p. 149) também alude sobre o prisma das geometrias espaciais da localização, na qual a organização espacial dos conflitos e eventos tem relação com a posição geográfica e influencia sua dinâmica e significado tal como os jogos de poder e mediação que ocorrem entre um fato e o lugar onde ele se manifesta.

Badaró Mattos identifica as intervenções da liderança de Luiz e Silva no movimento operário:

seria liderado por outro tipógrafo, negro, chamado Luíz França e Silva. França e Silva defendeu, em 1890, um partido operário com perfil de classe, mas com plataforma bastante moderada (condenando as greves, por exemplo), apostando na possibilidade de conquista de espaço parlamentar por legítimos representantes operários e, através destes, da implantação gradual de reformas legais que pudessem garantir a respeitabilidade e a dignidade dos que vivam do próprio trabalho. França e Silva logo se decepcionaria com as possibilidades abertas pela República aos operários e, em 1892, estava à frente da convocação do Congresso Operário Nacional, realizado no Rio de Janeiro, que resolve pela criação de um Partido Operário do Brasil. Nas resoluções do Congresso encontramos uma série de reivindicações de direitos políticos e sociais, mas também uma primeira explicitação de posições socialistas – como o questionamento à propriedade privada, presente na apresentação do programa adotado – que demonstravam um caminho possível de passagem do republicanismo ao socialismo por parte dos militantes engajados nas organizações e lutas da classe trabalhadora em formação (Mattos, 2009, p. 61-62).

Batalha identifica, ainda, uma modificação ideológica em relação à abolição, onde os debates na República transitam para discussões de cunho socialista e anarquista. Este fenômeno não se restringe exclusivamente aos tipógrafos, como será abordado em detalhes ao longo deste trabalho; a tal “liberdade republicana” aos poucos se tornou utópica para o movimento operário (Batalha, 2003, p. 173). Nos primeiros anos do século XX, há um fortalecimento das organizações de trabalhadores, como o Centro das Classes

Operárias¹², a Federação Operária do Rio de Janeiro e as associações de classe, resultando em uma mudança no debate, do campo das ideias para a ação direta, como greves, reivindicações, reuniões e formação da classe. Isso é observável na Liga dos Artistas Alfaiates, cujo histórico está mais ligado à luta por direitos e enfrentamento dos patrões, ao contrário da Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão. Na publicação, a associação afirma não haver consenso entre seus membros sobre uma ação pública, como um *meeting* no Largo de São Domingos (Correio da Manhã, 6 de maio de 1905); já a Liga apontava uma reivindicação mais contundente dos movimentos operários. Mesmo que já seja um consenso historiográfico, ressaltamos aqui a heterogeneidade do movimento dos trabalhadores na Primeira República, com diferentes formas de ação, como associações pluriprofissionais, sociedades por ofício e ligadas à indústria.

O que chama atenção são as diversas associações de classes (ligadas aos ofícios) presentes nas sedes, reuniões ou comícios no Largo de São Domingos. Conforme apresentado por Goldmacher, há uma conjuntura favorável às ações e à criação de novas associações:

[...] além deste fator político para a mudança na forma privilegiada de organização do operariado soma -se a fase de expansão econômica iniciada em 1903. Esta nova conjuntura tornava menos difícil as conquistas operárias por meio de greves, fazendo com que junto com estas lutas coletivas crescesse também o número de organizações operárias voltadas para a resistência. Assim, novas categorias, que ainda não se encontravam organizadas, fundaram suas associações. Estas, por sua vez, se uniram em federações e confederações, organizando greves conjuntas de mais de uma categoria (Goldmacher, 2009, p. 32).

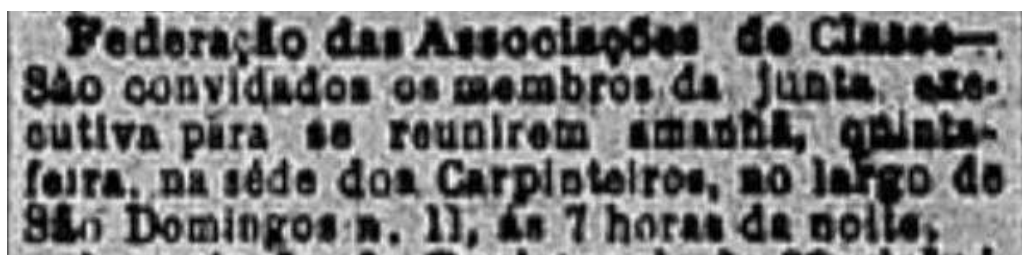
O ano de 1903 foi marcado por diversos acontecimentos históricos no movimento social da luta dos trabalhadores durante a Primeira República. Um desses eventos significativos foi a primeira greve geral no Rio de Janeiro, que teve seu estopim entre os trabalhadores fabris, mas recebeu adesão de outras categorias profissionais. Conforme apontado por Francisca Azevedo (2005), trabalhadores de diferentes áreas, como pintores, alfaiates, sapateiros, das pedreiras e estivadores, uniram-se à greve. As pautas reivindicativas incluíam a redução do expediente e melhorias salariais, refletindo uma estratégia de articulação entre diferentes classes trabalhadoras. Após a greve de 1903, houve o fortalecimento e criação de diversas associações, como a já citada Liga dos Artistas Alfaiates. Mas é importante salientar que, segundo Batalha:

¹² Em 1902, foi criado o Centro das Classes Operárias, vinculado aos debates socialistas, e que durou até 1905. Em um ano de existência, a organização debateu sobre mobilizações, reivindicações e greves, mas houve o seu desmantelamento pelo Estado devido ao envolvimento com a Revolta da Vacina.

Isso não significa que o surgimento de uma identidade de classe e da consciência em determinada categoria ou grupo de trabalhadores só possam ser constatadas a partir da organização: elas já se fazem recentes em toda e qualquer manifestação de ação coletiva. Ocorre, porém, que no ato de criação da organização se evidencia a vontade e estabelecer uma identidade coletiva (Batalha, 2003, p. 123).

Outro marco é a criação da Federação de Classe no Rio de Janeiro, de suma importância para a efetivação de estratégias unificadas das associações de diversas categorias. A partir da análise dos jornais, podemos observar que uma das sedes da Federação ficava no Largo de São Domingos. Nos jornais, o mesmo endereço é descrito várias vezes como sede da Federação e em outras vezes como de carpinteiros e de outras associações. Vemos isto em 2 agosto de 1905, no jornal *Correio da Manhã*, quando a Federação das Associações de Classe convida o executivo de cada associação para uma reunião na sede dos carpinteiros, localizada no Largo de São Domingos n. 11.

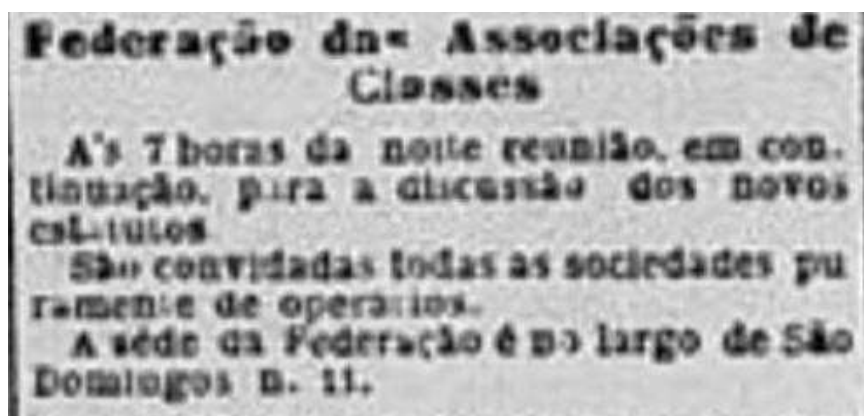
Imagem 18 – Jornal *Correio da Manhã* (02/08/1905)



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

No mês de setembro, a Federação organiza uma reunião com a participação de “todas as sociedades puramente operárias, federadas ou não federadas” (*Correio da Manhã*, 26 de setembro de 1905), no mesmo endereço: Largo São Domingos n. 11. O assunto da reunião foi classificado como de grande interesse para todos.

Imagem 19 – Jornal *Correio da Manhã* (26/09/1905)



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Ademais, ao analisarmos os jornais, entre 1905 e 1929, encontramos publicações de convocação para reuniões na sede da Federação, assim como na sede da Associação União das Classes dos Pedreiros; da Liga dos Artistas Alfaiates; dos operários das fábricas de cerveja¹³; da Sociedade União dos Marceneiros; da União dos Oficiais de Barbeiros; dos Trabalhadores Trapiche e Café; e da União dos Estivadores. Já no endereço no Largo de São Domingos n. 4 (como veremos o exemplo abaixo), foi encontrada a sede da União das Classes Marítimas, que abrigou reuniões de Operários Municipais; da Sociedade União dos Foguistas; dos trabalhadores das capatazias da Alfândega; dos operários da prefeitura; da Sociedade dos Manipuladores de Tabacos; e da Associação Marítima dos Empregados de Câmara.

Imagem 20 – Jornal *Correio da Manhã* (26/10/1902)



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

É nesse sentido que, ao utilizarmos a perspectiva do historiador inglês Edward P. Thompson, compreendemos que a formação da classe corresponde aos processos históricos nos quais cada grupo social se une para constituir uma classe social coesa com identidade, interesses e consciência próprios. Para Thompson, a classe operária não é uma entidade estática e predeterminada, mas sim uma construção dinâmica que emerge a partir do compartilhamento, das lutas e resistências dos trabalhadores diante das mudanças sociais, econômicas e políticas. Dessa forma, Thompson evidencia a importância das práticas culturais, da agência dos trabalhadores e das lutas cotidianas como elementos essenciais na configuração da classe operária, sendo “presente ao seu próprio fazer-se” (Thompson, 2001, p. 9), logo

¹³ Foi encontrado, em maio de 1911, reuniões de articulação de greve na sede da Federação n. 11 de operários das fábricas da Brahma e Hanseatica (Antártica). Não foi encontrado mais nenhuma manifestação de trabalhadores fabris.

[...] é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é coisa, é um acontecimento (Thompson, 2001, p. 169).

Em sua análise, as ações individuais e coletivas dos trabalhadores, assim como suas formas de resistência cultural, desempenham um papel fundamental na formação de uma consciência de classe. Esta não poderia ser dissociada da classe. Ou seja, compreender a formação da classe implica compreender a consciência dela por meio das dinâmicas sociais, culturais e econômicas da sociedade analisada. No entanto, o principal da produção da sua própria identidade de consciência coletiva não estaria vinculado apenas ao local de trabalho. Goldmacher (2009, p. 8) evidencia que, segundo a nomenclatura, “classe operária” não se limitaria ao mundo fabril, considerando essas expressões como sinônimas de “classe trabalhadora” e “movimento dos trabalhadores”, não restringindo “operários” apenas a trabalhadores industriais. Nesse sentido, as associações de classe e a federação de classe podem ser analisadas como parte do processo de formação da classe, não necessariamente vinculado ao mundo fabril. Além disso, não se pode anular o processo histórico até a organização de tais associações, seja por organização da luta pela liberdade, citada por Chalhoub, ou pela busca de uma “identidade de trabalhador” na nas primeiras décadas da República.

Os estudos empreendidos por Thompson desempenharam uma função substancial ao propiciar uma abordagem que transcende a visão dos trabalhadores como meros receptores passivos de doutrinação patronal ou estatal. O historiador aborda que as dinâmicas sociais que configuram a classe trabalhadora não se restringem meramente ao escopo laboral. Visto isso, os elementos essenciais para a compreensão dessas relações incluem convicções profundamente enraizadas, evidenciadas em contextos diversos, tais como instituições religiosas, esferas privadas e atividades de lazer (Thompson, 2018). A partir disso, acrescentamos que a relação dos trabalhadores com o espaço urbano é um componente integral da formação da classe. Savage esclarece que “para além de um cenário, o lugar era visto como desempenhando um papel vital em determinar a extensão, a natureza e o modo da formação de classe” (Savage, 2022, p. 21).

Também a partir das análises de Santos (2011, p. 148), em que observa a materialização e a localização da ação, categorizando-as como “práticas espaciais dos movimentos sociais”, apontamos, nesse sentido, que a ocupação do Largo de São Domingos pelos trabalhadores, seja por reuniões em sedes, manifestações, greves e celebrações, não ocorre de forma aleatória, mas é resultado de estratégias espaciais que demonstram a centralidade do Largo na organização das mobilizações. O uso recorrente desse local pelos trabalhadores evidencia como a prática social constrói significados e consolida espaços como referências para a luta coletiva. Dessa forma, a relação dos trabalhadores com o Largo de São Domingos exemplifica a materialização dessas ações como um caso concreto do que Santos define como “práticas espaciais dos movimentos sociais”.

No caso do Largo, ainda destacamos não apenas a formação da classe, mas também a racialização do espaço. Neste contexto, enfocamos os trabalhadores do Porto no Largo de São Domingos. Nos jornais analisados, observamos atividades desenvolvidas por trabalhadores em trapiches e café, bem como reuniões de estivadores, constituindo-se como um construto na relação entre raça, classe e território. Em 22 de junho de 1905, o *Jornal do Brasil* anuncia a reunião da associação de Classe dos operários em Pedreiras. O local da reunião seria “no Largo de São Domingos n. 11, por estar a sede cedida aos companheiros trabalhadores em Trapiche”. Como mencionado anteriormente, o endereço citado é vinculado a diferentes associações ao longo das publicações e, nesta em específico, estaria sob posse dos trabalhadores em trapiche. Já em agosto do mesmo ano, o jornal *Correio da Manhã* relata que, no dia 2 de agosto, houve a realização da cerimônia de posse da nova diretoria da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café na sede da União dos Operários Estivadores, na Avenida Passos e a inauguração do Pavilhão, “compareceu grande número de associações e representantes das dignas associações co-irmas”, foram publicados os nomes da primeira gestão da Sociedade, entre eles Aristides Figueira de Sousa, Luis Pinto, Marçal Teixeira Pinto, Francisco Guilherme das Chagas e Arthur Costa.

É importante salientar que o Largo de São Domingos sofre uma intervenção urbana com a demolição de cortiços e novos caminhos urbanos; entre as ruas listadas por Mauricio Abreu (1987, p. 16), o autor menciona a abertura de 24 metros de ruas estreitas como a Rua de São Joaquim (atual Avenida Marechal Floriano) até o Rocio (atual Praça Tiradentes), na antiga Rua do Sacramento foi inaugurada a Avenida Passos, ou seja, a sede referida no jornal seria na rua que passa no Largo.

O vínculo das duas associações tem relação direta com a dinâmica do trabalho no porto do Rio de Janeiro, originalmente exercida por trabalhadores negros escravizados e posteriormente por trabalhadores de diferentes etnias e nacionalidades, mas ainda predominantemente ocupado pela população negra. A historiadora Erika Arantes demonstra os debates historiográficos acerca dos conflitos dentro da Sociedade de Trabalhadores Portuários, como é o caso dos Trapiches e Café. No entanto, o que molda sua análise é o entendimento da formação de uma classe:

A experiência dos trabalhadores do porto do Rio de Janeiro deve ser pensada não a partir do velho contraponto integração/desintegração. É preciso nos ater para a heterogeneidade dessas experiências e para as contradições presentes no fazer-se da classe, sem relacioná-las diretamente com desmobilização (Arantes, 2005, p. 32).

E aponta que,

existia uma tendência de aproximação entre as categorias que exerciam serviços afins, como é caso dos estivadores e os arrumadores trabalhadores em trapiche e café. A solidariedade se dava pela semelhança nas reivindicações, norteadas pelas características semelhantes dos trabalhos, pois, como já foi dito, as duas categorias atuavam na carga e descarga das mercadorias, diferindo somente o local de trabalho: estivadores se ocupavam do interior dos navios enquanto os arrumadores estavam no interior dos armazéns (Arantes, 2005, p. 96).

A autora relembra que a organização dos Estivadores teve origem com a participação ativa deles na “greve geral” de 1903. Mesmo sem a formação de uma associação formal durante a greve, os interesses compartilhados e o senso de pertencimento à mesma classe impulsionaram o surgimento da organização como uma iniciativa própria da classe. A partir disso, em 1903, foi fundada a União dos Operários Estivadores. A historiadora Livia Berdu (2018, p. 95) aponta que em setembro desse ano ocorreu a primeira assembleia geral ordinária dos trabalhadores. O estatuto deixava claro o compromisso da associação com os interesses de se firmar enquanto classe, oferecendo proteção e auxílio financeiro a trabalhadores doentes ou para funerais de sócios, além de buscar formar laços de solidariedade operária na luta pelos interesses do trabalhador.

Com relação à classificação racial dos trabalhadores registrados na União, Berdu demonstra, com base nos estudos de Marcela Cecília Velasco e Cruz, que mais de 60% dos estivadores eram não brancos, incluindo pretos, pardos e fulos (Berdu, 2018, p. 93). É importante ressaltar que, de acordo com Arantes, “as lutas da União Operária dos Estivadores faziam parte de um trabalho mais amplo, que envolvia não apenas a sua própria organização, mas também de outras categorias portuárias” (Arantes, 2005, p. 71).

A criação da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, foi consolidada em abril de 1905; após dois anos de tentativa de criação, foi fundada a partir do apoio da União dos Operários Estivadores. E, em agosto, como demonstramos no *Correio da Manhã*, há a inauguração do Pavilhão Social da Sociedade, localizado na Gamboa. Há diversas sedes vinculadas aos estivadores, mas como vemos nas fontes, no *Jornal do Brasil* e no *Correio Manhã*, as reuniões permanecem na Avenida Passos até 1906. Além disso, mesmo que a associação deixasse claro em seu estatuto que não haveria critério de cor, nacionalidade e crença para seus associados, a legislação da época não permitia que estrangeiros ocupassem cargos decisivos nas associações e sindicatos. Portanto, os nomes publicados no jornal eram de trabalhadores brasileiros, a maioria deles não brancos.

Entre as articulações dos estatutos dos trabalhadores em trapiche e café, um dos diferenciais foi o viés socialista, com o estabelecimento de um fundo financeiro de auxílio em defesa dos associados em caso de greve ou prisão por reivindicação de direitos, ou ainda “em defesa da classe” (Arantes, 2005, p. 72). No entanto, de acordo com Cruz (2000, p. 254), não foi encontrada documentação referente ao primeiro ano de atividades da associação de trapiches até o estouro da greve de 1906¹⁴.

Para Livia Berdu, as duas associações não podem ser estudadas desvinculadas do processo histórico em que estão inseridas. Por isso, “tiveram fortes ligações com as ideias que se propagavam naquele momento na cidade do Rio de Janeiro, fossem elas libertárias ou socialistas, e isso se refletia diretamente nas lutas travadas pelas duas entidades” (Berdu, 2018, p. 114). Não entraremos nas nuances da greve dos trapiches em 1906¹⁵, mas o que nos interessa é observar como o Largo de São Domingos foi sede dessas duas associações, mesmo que por um curto período. Isso nos permite entender a confluência dos processos históricos para a formação da classe por meio de uma identidade racializada do/no espaço. Além de reuniões e sedes, o Largo de São Domingos foi palco de comícios e greves, como veremos a seguir.

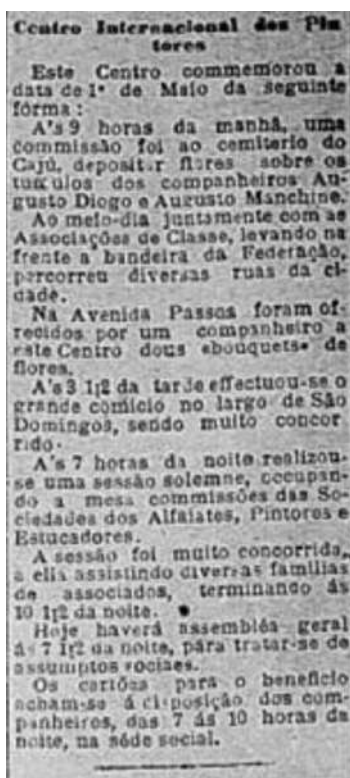
O centro internacional de Pintores divulga as atividades realizadas em comemoração ao dia 1 de maio de 1905, na edição de 4 de maio, no *Jornal do Brasil*, entre eles o comício político do trabalhador no Largo de São Domingos. Sendo esse evento muito concorrido pelos membros do centro, o jornal não dá detalhes do ocorrido,

¹⁴ A greve de 1906 envolveu todos os trapiches e café do bairro da Saúde, com adesão de três mil trabalhadores pela melhoria na tabela salarial das cargas.

¹⁵ Greve de 1906 envolvendo trabalhadores do Porto e principalmente trapiches.

mas afirma que outras associações também prestigiaram a comemoração com outras associações de Classe e homenagearam os companheiros Augusto Diogo e Augusto Manchine.

Imagem 21 – *Jornal do Brasil* (04/05/1905)



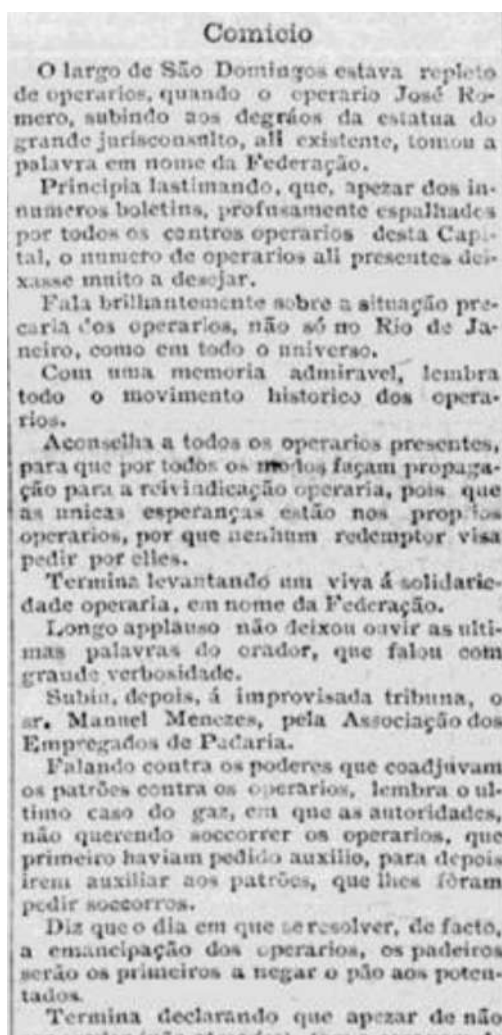
Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN)

Os comícios do 1º de maio começaram a se tornar frequentes no Largo, conforme retratado em 2 de maio 1908 pelo jornal *A Imprensa*: “Accorendo aos calorosos convites, feitos pela Federação dos Operarios do Rio de Janeiro, começaram a afluir, desde cedo, ao ponto combinado, Largo de S. Domingos, muitos operarios, diversas associações, commissões e represemantes da imprensa”. Antes de descrever todos os passos nesse dia, o jornal esclarece que se tratará de um ato político e não uma festa: “O prestígio não teve acompanhamento de bandas de música, pois a data não era para festa, por ser aniversário da matança de Chicago em 1887”. A ressalva faz alusão ao protesto realizado por trabalhadores nos Estados Unidos que reivindicavam a diminuição da jornada de trabalho e descanso remunerado, sendo duramente reprimidos pelas autoridades¹⁶. A menção ao

¹⁶ Em maio de 1887, houve repressão policial em um protesto na cidade de Chicago, principal polo industrial do Estados Unidos. O acontecimento ficou conhecido como massacre de Haymarket. Houve perseguição de sindicalistas e anarquistas, o que influenciou a escolha do Dia do Trabalho (Messer-Kruse, 2011).

caso nos possibilita perceber uma rede de solidariedade e de pautas socialistas nos movimentos do Brasil à época.

Imagem 22 – Jornal *A Imprensa* (02/05/1908)



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Dando continuidade, o jornal descreve como estava o ambiente do comício:

O largo de São domingos estava repleto de operarios, quando o operario José Romero, subindo aos degrãos da estatua [...] tomou a palavra em nome da Federação [...] e ala brilhantemente sobre a situação precaria dos operarios, não só no Rio de Janeiro. como em todo o universo. Com uma memória admiravel, lembra todo o movimento historico dos operarios (A Imprensa, 2 de maio de 1908).

E incentiva os trabalhadores a reivindicarem: “Viva à solidariedade operaria!”. A publicação não identifica qual a profissão de Romero, mas suas falas coadunam com o prisma thompsoniano da formação de classe enquanto processo, que também perpassa pela solidariedade e pela partilha de um grupo, ou seja, dos trabalhadores. Romero menciona a solidariedade compartilhada pelos operários e, entre as múltiplas

experiências, há uma em comum que proporciona a consciência social e a percepção da exploração por parte do grupo, que é significada e experienciada por aqueles que a vivenciam. Ele propõe uma perspectiva social ao invés de uma análise econômica sobre as relações de exploração, para Thompson a tomada de consciência da própria classe é o que forma a classe:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (Thompson, 2011, p. 10).

A experiência compartilhada exposta no comício também apresenta-se como experiência una, a exploração que permeiam os conflitos entre patronato e operariado, salários insuficientes, falta de direitos e respeito ao trabalhador. Como podemos observar com os demais pronunciamentos, como de Manuel Menezes, padeiro, representando a Associação dos Empregados de Padaria, sua fala menciona os conflitos entre patrões e empregados de padaria e critica as autoridades: “o dia em que se resolver, de facto, a emancipação dos operários, os padeiros serão os primeiros a negar pão aos potentados” (A Imprensa, 2 de maio de 1908). A organização dos padeiros pode ser observada como uma entidade formadora de classe e raça que permeia tanto o processo quanto as relações e constitui um ponto de interesse relevante.

Nesse contexto, as ações dos trabalhadores negros, conforme analisadas por Badaró Mattos, oferecem uma perspectiva relevante sobre as dinâmicas laborais, especialmente no que se refere aos trabalhadores escravizados em padarias. Observa-se ações coletivas de ajuda, fugas e, no pós-abolição, a construção da sociedade e, posteriormente, do sindicato. Ao utilizar as contribuições de Thompson, Badaró analisa o cotidiano dos trabalhadores para além dos conflitos escravistas ou entre patrões. Os padeiros, a partir da narrativa de João Matos (liderança da associação entre 1876 e 1912), demonstram uma série de iniciativas, como a criação de blocos com o lema “Pelo pão e pela liberdade”, um centro educacional, uma biblioteca e um jornal chamado “O Panificador”. Essas ações refletem um senso de comunidade cultural e social, com suas próprias tradições, valores, formas de resistência e experiência dos trabalhadores. Segundo Badaró Mattos, a associação contava com 4 mil membros, o que tornava inevitável a realização da greve em 1912.

A historiadora Luiza Helena de Carvalho, em sua dissertação, ao examinar os manuscritos de um dos líderes da associação, João Mattos, ressalta que, mesmo após o

fim da escravidão, os trabalhadores de padaria continuaram a ser tratados de maneira similar aos escravizados. Eles eram submetidos a jornadas de trabalho exaustivas, geralmente entre 12 e 14 horas por dia, recebendo salários irrisórios e enfrentando condições de higiene precárias (Carvalho, 2009, p. 93). O pronunciamento de Manuel Menezes destaca precisamente a precariedade do emprego e a preferência das autoridades pelos patrões, além da questão racial. Ademais, a influência das ideologias socialista e anarquista também são evidentes entre os trabalhadores de padaria.

Imagem 23 – O comício de 1º de maio de 1908 no Largo de São Domingos



Fontes: Divisão de Periódicos, Fundação Biblioteca Nacional *apud* Pamplona, 2023.

Dando continuidade ao comício de 1908 no Largo de São Domingos, na mesma linha, Sérgio de Brito discursou em nome da Associação dos Sapateiros, avaliando as condições insalubres dos cortiços e a propagação de doenças nas habitações. Sérgio provocou o movimento operário afirmando que essa também seria uma luta dos trabalhadores, a luta por uma “habitação digna” (A Imprensa, 2 de maio de 1908).

Aqui o que nos chama a atenção é a crítica de Brito à precarização das condições habitacionais que permaneceram no período subsequente à reforma de Pereira Passos. A urbanista Lílían Fessler Vaz analisa a relação das habitações coletivas e o ideário de modernidade na virada do século XIX para XX, ao afirmar que há “grandes momentos de ruptura, mas também as permanências, fortes impactos e sutis modificações, além de uma série de contradições inerentes ao processo de transformação da moradia nos tempos modernos” (Vaz, 1994, p. 16). Vaz não racializa a composição dos moradores das

habitações, mas numera que no final de 1906 restaram 3.041 cômodos, em 1920, e permaneceram 2.967 cortiços. A noção de moradia digna mencionada pelo Sapateiro está diretamente relacionada ao que Arantes (2005, p. 32) destaca, ou seja, diante da crise habitacional e do aumento populacional, as habitações coletivas representavam a melhor opção, muitas vezes a única viável para a maioria dos trabalhadores pobres. Além dos trabalhadores pobres e imigrantes, a maioria dos ocupantes dos cortiços eram brasileiros negros. Esse aspecto é evidenciado por Arantes (2005, p. 33) ao mencionar o relato de João do Rio ao visitar um cortiço, onde descreve a desumanização dos corpos, principalmente dos corpos negros, que são vinculados a uma imagem de corpos que não pensam e são vistos apenas como força de trabalho braçal.

Como já citado no segundo capítulo, de acordo com Chalhoub, o conceito de classe perigosa foi adotado no Brasil para se referir à população negra e foi um dos suportes para a demolição de diversos cortiços na cidade do Rio de Janeiro ainda no Império. Já no pós-emancipação, o debate sobre a população negra, ou classe perigosa, gira em torno da necessidade de controlá-la como explica historiador.

Com a desagregação da escravidão, e a conseqüente falência das práticas tradicionais, como garantir que os negros, agora libertos, se sujeitassem a trabalhar para a continuidade da acumulação de riquezas de seus senhores/patrões? Nesse momento de incerteza em relação ao que poderia acontecer, a primeira invenção que permitiu pensar a organização das relações de trabalho em novos termos foi a “teoria” da suspeição generalizada – que é, de fato, a essência da expressão “classes perigosas”. Já que não era mais possível manter a produção por meio da propriedade da própria pessoa do trabalhador, a “teoria” da suspeição generalizada passou a fundamentar a invenção de uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva. Se não era mais viável acorrentar o produtor ao local de trabalho, ainda restava amputar-lhe a possibilidade de não estar regularmente naquele lugar (Chalhoub, 1996, p. 24).

Segundo Chalhoub, outra justificativa para o ataque às habitações seriam as estratégias de apagamento das lutas dos negros nas últimas décadas do século XIX, “expulsar as classes populares das áreas centrais da cidade podia estar associada a uma tentativa de desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos” (Chalhoub, 1996, p. 26).

O comício seguiu com mais falas de dois operários avulsos e depois uma passeata que saía do Largo de São Domingos até a Rua do Hospício¹⁷, com as ruas estão repletas operários e “estandarte dos Marmoristas, Carpinteiros, Empregados de padarias e muitos outros” (A Imprensa, 2 de maio de 1908). Assim, as pautas levantadas no dia 1º de maio

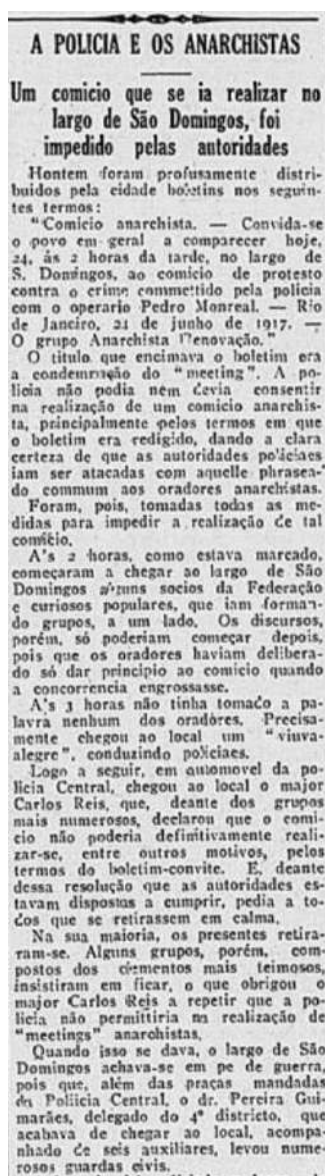
¹⁷ Atual Rua Buenos Aires.

de 1908 eram sobre melhoria de salários, violência das autoridades, reivindicação por descanso, solidariedade operária e luta por habitação digna, passando pelo compartilhamento de experiências.

Mediante o exposto, demos destaque para os comícios realizados no ano de 1908, mas é preciso salientar que há, desde 1903, a comemoração da festa do trabalho no Largo de São Domingos, de acordo com o *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*.

4.3.3 Outras formas de manifestação no espaço

Para mais, o Largo também foi palco de eventos políticos, como manifestações de grupos anarquistas, já mencionados aqui, uma das tendências ideológicas dos movimentos de trabalhadores. No dia 25 de julho de 1917, a publicação do jornal *Correio da Manhã* trazia como título “A Polícia e os Anarquistas”, na qual relata a tentativa de protesto do grupo Anarquista Renovação contra a violência policial ao operário Pedro Monreal. O jornal relata que foram distribuídos durante a semana panfletos avisando do evento, bem como ameaças a policiais se parecessem no Largo. E assim “o Largo de São Domingos achava-se em pé de guerra”. Mesmo com a violência, os manifestantes não saíram do Largo, “até tarde foi policiado o Largo de S, Domingos, porque, apesar de se terem afastado, os anarchistas continuavam em pequenos grupos nas imediações. sempre na esperança de burlar as autoridades” (*Correio da Manhã*, 25 de julho de 1917).

Imagem 24 – Jornal *Correio da Manhã* (25/07/1917)

Fontes: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Outras manifestações de grupos anarquistas foram observadas no Largo, incluindo um evento registrado em 1919, conforme relatado pelo jornal *Correio da Manhã*. Nesse contexto, as autoridades permitiam exclusivamente que os anarquistas se manifestassem no Largo de São Domingos: "Assim, foi determinado que o comício só se realizaria no largo de São domingos e não na praça Mauá..." (*Correio da Manhã*, 13 de outubro de 1919). Ou no jornal *A Noite*, em 12 de outubro de 1919, onde se afirma que "[...] O que a policia fez, logo que soube da noticia do comicio, foi não consentir que elle se realisasse naquela praça, permitindo-o entrento, no Largo de São Domingos". Aqui podemos entender como o Largo São Domingos ganha dimensão espacial identitária com relação ao movimento operário. Foram registrados nos jornais, a partir de 1917, comícios,

manifestações de grupos declarados anarquistas no Largo de São Domingos, mas as ideologias anarquistas estavam presentes desde 1890, com periódicos e propaganda dos próprios grupos. De acordo com Batalha (2000, p. 24), os grupos atuavam como educadores e participavam das associações operárias e até de sindicatos.

Dentre diversas correntes anarquistas, infelizmente, não foi encontrada a linha específica do grupo que atuou no Largo, os Anarquistas Renovação (citados na matéria). Suas pautas de reivindicação mencionam as lutas operárias como mote de ação direta, porém não há menção sobre sua posição em relação à participação em sindicatos. Isso sugere a possibilidade de uma linha do anarquismo positivista, a qual Batalha define como:

A atuação dos positivistas no meio operário consiste em levar adiante reivindicações relacionadas com a melhoria das condições de vida e trabalho, mas defendendo esses pontos através de apelos às autoridades, apresentação de candidatos operários para os cargos eletivos e busca de formas de entendimento sem recurso a greve e outras formas mais radicais de luta (Batalha, 2000, p. 26).

Dentre as demais ocupações de anarquistas no Largo de São Domingos, destacamos a relatada no ano de 1919 no *Correio da Manhã*, com título “Maximalismo no Rio”. A matéria discorreu sobre o acontecimento e as consequências de duas manifestações, uma na Praça da República e outra no Largo de São Domingos, contra a violência das autoridades, o que resultou em mais violência: “a informação do Corpo de segurança pública, juntos a fls. esclarece que no Largo de São Domingos, falou o anarquista José Esteves, convidando o povo a fazer a revolução e apregoando a necessidade de serem eliminados o dr. chefe de polícia e outras autoridades” (*Correio da Manhã*, 17 de setembro de 1919). Os anúncios de comícios em jornais amplos pelos anarquistas tinham por objetivo expandir os comunicados das ações diretas e criticar as autoridades e patrões. Segundo Carlos Marques (2012, p. 857), o movimento anarquista, além de circular suas ideias no movimento operário com denúncia de exploração, também realizavam discursos destinados à sociedade em prol da divulgação de uma educação dos ideais libertários.

Mesmo que presentes no sindicalismo mais revolucionário, havia divergências ideológicas entre os anarquistas e o movimento operário, como mencionado anteriormente. Não podemos deixar de salientar que havia discordâncias ideológicas entre o sindicalismo reformista, que não concordava com os métodos dos anarquistas e socialistas dentro do sindicalismo dito mais revolucionário. No entanto, houve uma eclosão de ideias a favor de uma ação mais direta devido aos impactos da Primeira Guerra

e, consequentemente, da Revolução Russa. Batalha menciona que houve uma grande repressão ao movimento operário, com desmembramentos de diversas associações ou sindicatos nos primeiros anos da República. Além das greves já mencionadas, o ano de 1917 também teve consequências no Brasil, como a criação do Partido Comunista. Ademais, ocorreu a greve geral de 1917, que teve início em São Paulo e se espalhou pelo Rio de Janeiro e Porto Alegre. A historiadora Edilene Toledo (2017, p. 504) afirma que, para além das fábricas, outras categorias profissionais aderiram à greve, tais como sapateiros, marceneiros, padeiros, entre outros.

Outrossim, é importante mencionar que o caso da Liga dos Inquilinos no ano de 1921 foi comunicado pelo jornal *Gazeta de Notícias*: um protesto no dia 12 de janeiro, de cunho anarquista, que articulou toda a área central do Rio de Janeiro; teria seu percurso iniciado na frente do Teatro Municipal e iria até o Largo da Carioca. No entanto, devido a uma tempestade, foi remarcado para o dia 13 de janeiro (dia seguinte) no Largo de São Domingos. As reivindicações giravam em torno da dificuldade de pagar os aluguéis, entre outros problemas.

O presidente da Liga, reabrindo a reunião, depois de profligar a conducta gananciosa dos senhorios, deu a palavra à operaria Jovianina Cesar, que foi acolhida por uma salva de palmas da massa popular. [...] O discurso pronunciado por essa operaria, embora resumido, desenhou em fortes traços a situação desesperadora das famílias pobres, lutando com sacrifícios extremos, com os preços absurdos das casas – a extorsão revoltante dos proprietários. O Sr. Custodio Pedroso usou ainda da palavra descrevendo a situação desgraçada da população carioca, abandonada em pardieiros e sem hygiene e alimentando-se com generos deteriorados e assim mesmo caros (*Gazeta de Notícias*, 13 de janeiro de 1921).

Mais uma vez, a questão da habitação é mencionada no discurso sobre a dificuldade de famílias pobres, Jovianina coaduna com a denúncia de Sérgio de Brito, no comício de 1º de maio, ainda em 1908. Segundo Chalhoub (1996, p. 59), as políticas de remoção dos cortiços não proporcionaram melhorias significativas nas condições habitacionais dos trabalhadores pobres no Rio de Janeiro.

Sobre isso, as geógrafas Andreia Fernandes Muniz e Eneida Mendonça (2023, p. 279) realizam uma revisão bibliográfica sobre a condição habitacional brasileira, citando Edgar Rodrigues. Segundo elas, entre 1913 e 1923, o custo de aluguel, transporte, vestuário e alimentação aumentaram em 189%, enquanto a média salarial girava em torno de 69%. Portanto, greves começaram a se tornar ainda mais frequentes nesse período. Além disso, nota-se que os protestos são de trabalhadores que não residem em vilas operárias, ou seja, com o processo de suburbanização, as reivindicações passam a ter

relação com trabalhadores que ainda trabalhavam no centro do Rio de Janeiro, mas não moravam.

Segundo as geógrafas:

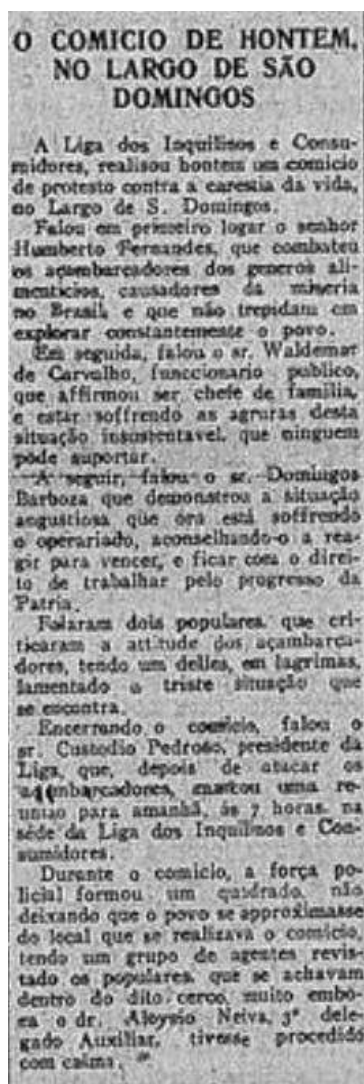
[...] mobilizadas pelos anarquistas, que sobre a questão da moradia, movimentaram as Ligas de Inquilinos, associações de organização autônoma que lutavam a favor do boicote total ou parcial ao pagamento dos aluguéis (ROLNIK, 1994). [...] A insatisfação coletiva contra os valores praticados pelos locadores impulsionou os inquilinos a se mobilizarem através da defesa da prática da suspensão do pagamento do aluguel, utilizando como estratégia a greve, instrumento de reivindicação na esfera da produção. O movimento era a favor da redução dos valores dos aluguéis, cujas práticas organizativas buscavam a ação direta contra os locatários e excluía o Poder Público como interlocutor. As liga de inquilinos representa a reação dirigida ao proprietário e à existência da propriedade privada. Expressa um movimento popular espontâneo, que buscou se organizar em comitês e associações populares nos bairros para pressionar os proprietários de imóveis, considerados os exploradores dos trabalhadores inquilinos. Mesmo sendo capitaneadas pelos anarquistas, foi um movimento organizado fora das bases sindicais que buscou reunir diferentes grupos ideológicos e políticos, articulando vários segmentos do operariado, sendo a condição de inquilino o determinante para participar das ações diretas, representadas pelos comícios em praças, pelas assembleias realizadas aos domingos nos bairros operários e pelas agitações que extrapolaram as ruas dos bairros operários (BLAY, 1985). (Muniz; Mendonça, 2023, p. 285).

Os protestos da Liga permaneceram, até que, no ano de 1924, ocorreu no Largo de São Domingos um protesto contra as condições de vida, os altos preços dos alimentos e dos aluguéis, enfatizando as condições vivenciadas pelos operários, com as seguintes críticas:

Miséria no Brasil, e que não trepidam em explorar constantemente o povo [...] sofredendo as agruras desta situação insustentável, que ninguém pode suporta [...] falou o Sr. Domingos Barboza que demonstrou situação angustiosa que ora está sofredendo o operariado, aconselhando-o a reagir para vencer, e ficar com o direito de trabalhar pelo progresso da Patria (Correio da Manhã, 18 de março de 1924).

Mais uma vez, o Largo fez parte das reivindicações dos operários.

Imagem 25 – Jornal *Correio da Manhã* (18/03/1924)



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Uma das suposições que delineiam a percepção do movimento operário e do movimento popular em relação ao Largo como espaço de luta foi explicitada no jornal *O Paiz*, que destaca o Largo de São Domingos como um dos locais mais propícios para a realização de protestos e comícios. Isso fica evidente quando, ao tentar organizar uma reunião em frente ao Teatro Municipal, a atividade é transferida para o Largo. “O local é bom, não há dúvida, mas há melhor [...] lembrou-lhes imediatamente a conveniência de se realizar o comício em outro local melhor do que aquele: o largo de São Domingos” (*O Paiz*, 22 de fevereiro de 1924). Como já mencionado por Batalha, há uma grande repressão das autoridades a manifestações, e não foi diferente nas duas ocasiões no Largo.

Durante esse intervalo, as reuniões de associações nas sedes no Largo de São Domingos permaneceram ativas, ocorrendo na sede da Federação de Classe n. 11 e da Marinha n. 4. Paralelamente, nos jornais, foram identificados anúncios relacionados a

uma oficina de carpintaria, uma loja de colchões, conflitos de trabalhadores em bares e um clube de dança no Largo. Chama particular atenção o fato de que, a partir de 1914, divulgava-se ensaios da Banda da Marinha, anúncios de oportunidades de emprego e de aluguel de uma quitanda localizada no centro do Largo, cuja locação era realizada no número 4, ou seja, na sede da Marinha (Correio da Manhã, 13 de dezembro de 1914). Ademais, nos registros dos jornais *Correio da Manhã*, *O Paiz*, *A Noite* e *O Jornal*, foram encontrados comícios políticos, em 1921, referente às candidaturas de Arthur Bernardes e Nilo Peçanha.

A amostragem discutida ao longo do capítulo buscou relacionar o espaço, a classe e a raça enquanto peças fundamentais para a história urbana e para a história do Planejamento Urbano, visto que, dentro dos limites desta pesquisa, não foram encontrados trabalhos sobre o Largo de São Domingos. Savage (2022, p. 14) aponta que a relação com o espaço se torna fundamental para compreender conceitualmente a própria formação de classe. Entre seus argumentos, é importante analisar historicamente o espaço para compreender as dimensões de organização densas de determinadas classes e como espaço de construção de identidade social e de ação. Nesse sentido, o Largo de São Domingos não pode ser observado apenas como um cenário dos eventos do dia do trabalho, sede de federações e associações. É necessário analisá-lo como um lugar dotado de força ativa, de acordo com o Muniz Sodré:

Se isto foi historicamente recalcado, deve-se ao fato de que a modelização universalista, a metafísica da representação, opõe-se a uma apreensão topológica, territorializante do mundo, ou seja, a uma relação entre seres e objetos onde se pense a partir das especificidades de um território (Sodré, 1988, p. 15).

Savage acrescenta que “a mobilização política depende da criação de vínculos entre lugares específicos” (Savage, 2022, p. 26). Dessa forma, ao historicizar o Largo, fortaleceremos o argumento da relação das atividades negras com o território, especialmente as categorias laborais negras. Isso ocorre ao mapearmos associações de classe, tais como sapateiros, marceneiros, padeiros, ensacadores, estivadores, barbeiros, tipógrafos, marinheiros e quitandeiras. Além disso, nos ajuda a compreender a relação entre a ação ou grupos com o espaço urbano.

Das influências (mútuas) entre a ‘localização’ e a ação, discernimos (i) a dimensão da influência/uso que os lugares (melhor dizendo, de um modo geral, os *recortes espaciais* em diversas escalas) têm na construção identitária que agrega sujeitos em torno dos (e, também, dentro dos próprios) movimentos; (ii) a influência que os lugares enquanto espacialidades e territorialidades de organizações e relações sociais exercem enquanto fundadores de ação, e (iii) as próprias geometrias espaciais de cada agenda de conflito específico –

agendas com distintos padrões de espacialidades que se entrecruzam nas construções de 'áreas ou campos de movimentos e ativismos sociais' (Santos, 2011, p. 149).

Isto é, Renato Emerson dos Santos nos evidencia que há uma relação de influência do espaço na construção identitária e na ação coletiva. A escolha do Largo de São Domingos como território de luta é, portanto, uma estratégia que envolve tanto a ocupação física do espaço quanto a construção de uma identidade coletiva e política, consolidada por suas trajetórias e experiências espaciais, sociais e raciais. Nesse contexto, o Largo de São Domingos e sua ocupação pelos trabalhadores negros evidenciam a intersecção entre as categorias de classe e raça, configurando uma mobilização que é, ao mesmo tempo, um ato político e uma afirmação de resistência. As práticas espaciais desses movimentos sociais, portanto, não são apenas reações às condições de trabalho, mas também um processo de afirmação identitária, onde o espaço se torna um elemento essencial na construção das trajetórias políticas desses sujeitos.

5 CONCLUSÃO

O mapeamento dos jornais revelou uma dinâmica multifacetada das interações sociais, políticas e urbanas no Rio de Janeiro a partir do Largo de São Domingos, entre 1902 e 1928. Foram identificadas matérias abordando temas como as atividades relacionadas aos movimentos de trabalhadores, anúncios de intervenções urbanas, ocorrências policiais e comunicados sobre a Igreja de São Domingos. A análise dessas matérias permitiu identificar a construção de discursos sobre os grupos sociais da cidade, evidenciando tanto as tensões quanto as articulações que se desenvolviam no espaço urbano.

Como já demonstrado nos jornais *Jornal do Commercio*, *O Malho* e *Correio da Manhã*, na década de 1910 e 1920, o Largo de São Domingos foi caracterizado como arruinado, insignificante e destoante do processo de modernização da República. Além disso, os jornais buscavam remeter o território apenas ao passado marcado pela presença negra durante a escravidão, o que reflete uma análise que também coaduna com o conceito de “espaços selvagens” e “espaços civilizados”, de Mills (2023). Mais do que isso, Lao-Montes nos convida a historicizar a presença negra,

[...] a rever como vemos e entendemos as práticas inscritas na arquitetura urbana, mas também a análise dos sujeitos de trabalho e das classes trabalhadoras que têm sustentado os tecidos material e simbólico da cidade, a fim de destacar as presenças negras na longa duração das cenas urbanas da modernidade (Lao-Montes, 2019, p. 3).

Sendo assim, ao analisarmos os jornais da época das reformas e as transformações subsequentes no Rio de Janeiro, é possível identificar diferentes perspectivas sobre a divulgação das intervenções realizadas no Largo de São Domingos, a racialização do espaço urbano e um mapeamento dos usos e das significações atribuídos ao Largo. Compreender este estudo a partir das chaves analíticas de branqueamento e apagamento da memória urbana permite uma análise crítica, especialmente quando se considera a construção da urbanidade a partir de uma perspectiva racial. Ao historicizar e enegrecer o Largo de São Domingos, esta compreensão proporciona uma reflexão sobre tais processos e suas implicações na configuração do espaço e nas dinâmicas sociais da cidade.

A arquiteta Raquel Rolnik nos ajuda a compreender que “nessas cidades negras foi se tecendo uma rede de socialização e sobrevivência negra paralela à escravidão que cada vez mais representava uma alternativa concreta à senzala” (Rolnik, 2007, p. 77), assim como os mercados, as irmandades religiosas negras e os quilombos, sendo uma das

grandes redes de apoio urbano nos séculos XVIII e XIX. Sobre os espaços marcados pelo período escravista, Rolnik buscou analisar como esses territórios, no início do século XX, foram branqueados, removidos, marginalizados e estigmatizados. Nessa mesma linha, o geógrafo Renato Emerson dos Santos evidencia que há a naturalização das remoções como solução aos problemas urbanos e de saúde pública, porém isso tem bases nas análises de limpeza social e racial, o que resulta no branqueamento do território.

No contexto de uma cidade vista como mentora do capital externo e do setor imobiliário, há uma clara tentativa de branqueamento dos espaços urbanos em nome de um ideal nacional republicano. Esse processo reflete a busca por uma modernização que exclui, marginaliza e apaga as identidades e histórias de grupos subalternos, reforçando a lógica de um projeto de cidade voltado para uma elite dominante. Como observamos no caso do Largo de São Domingos, este foi racializado e, por isso mesmo, apagado da memória da cidade e do meio urbano com as diversas intervenções urbanas ao longo do tempo, seja com demolições de cortiços (1903), a abertura da Avenida Passos (1903), tentativa de modificação nominal (1905-1909) e a retirada do Chafariz na Primeira República (1905).

Assim, o Largo de São Domingos, nos jornais, é visto tanto pelo viés de um espaço associado à escravidão quanto como um local frequentado por desordeiros e vândalos, que, segundo os jornais, humilham a estátua de um jurista, não sendo digno de tal grandiosidade. O mesmo jornal relata as atividades exercidas no Largo, como as movimentações de trabalhadores de categoria negra, ranchos carnavalescos, a difusão de sedes de associações, sociedades de classe, padarias, clubes de dança e botequins. As contradições tornam-se evidentes quando observamos que os mesmos jornais que mantêm um discurso deplorativo sobre o Largo são os mesmos que anunciam quem ocupa o espaço e quais atividades ali se realizam.

Dessa forma, ao mapearmos as atividades dos movimentos sociais de trabalhadores, rompemos primeiramente com as narrativas dos jornais que invisibilizaram a presença, as práticas e o significado do Largo de São Domingos para as dinâmicas urbanas no início do século XX. Analisar o Largo nos proporciona um cenário ativo de reivindicações, reuniões e experiências tanto para classes racializadas como também para ações de trabalhadores imigrantes e anarquistas.

A historiadora Silva Lara percorre a relação dos estudos de Thompson para a influência dos estudos raciais no Brasil, mais especificamente o conceito de experiência negra, que tornou possível reinterpretar os conflitos sociais e culturais nas interpretações

sobre a escravidão, mas também para as relações entre trabalhadores livres e escravos. No entanto, questiona a falta de continuidade da presença negra na historiografia, ainda mais com a transição para o trabalho assalariado. Lara questiona a área do pós-abolição e mobiliza Du Bois ao afirmar que escravidão africana em países diaspóricos faz parte da história do movimento operário (Lara, 1995, p. 55). Lara ainda aponta a falta de racialização dos movimentos sindicais e provoca a refletir sobre os caminhos da história social do trabalho. O que chama a atenção é que a historiadora aciona esse debate nos anos 1990. Posteriormente Álvaro Nascimento, em 2016, deu continuidade às provocações metodológicas, deixando evidente a permanência do que ele chama “paradigma da ausência”.

Os jornais examinados, como *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, *Malho*, *A Imprensa* e *Correio da Manhã*, evidenciam as experiências compartilhadas pelos trabalhadores através das reivindicações por melhorias no ambiente de trabalho, contra a exploração e em prol da solidariedade entre as classes. Os discursos proferidos no Largo de São Domingos percorrem um espaço racializado e englobam categorias laborais predominantemente negras. As confluências de ocupação do território que observamos apontam para caminhos de investigação, ressignificação e permanência, mesmo diante do processo de apagamento das histórias, memórias e narrativas históricas hegemônicas sobre o Largo.

Sendo assim, classificamos as atividades mapeadas como “Urbanidades Negras” no Largo de São Domingos, devido à relação de experiências negras entre as associações de classe, compreendendo este processo histórico como parte da organização da classe operária carioca no início do século XX. Dentre essas instituições operárias, em que se destacam as relações das experiências e urbanidades negras do Largo estão a Associação União das Classes dos Pedreiros; a Liga dos Artistas Alfaiates; os operários das fábricas de cerveja; a Sociedade União dos Marceneiros; os tipógrafos; a União dos Oficiais de Barbeiros; os trabalhadores de trapiche e café; a União dos Estivadores; e a Associação dos Sapateiros. Como já mencionado, no século XIX, a luta dos trabalhadores urbanos estava voltada para o abolicionismo, e é a partir do século XX que elas passam a se voltar para melhorias de salários, habitação e descanso remunerado.

Essas são apenas algumas das instituições operárias imbricadas no processo de racialização do Largo, que constituem as urbanidades negras que marcaram o Largo de São Domingos desde sua formação e circulação de escravizados até sua racialização e constituição como espaço de organização operária no século XX, composto por um

grande contingente de negros e negras. Logo, se soma a essa historicidade a dialética entre a representação do Largo para a imprensa carioca/poder público e para os trabalhadores. Ao recorrermos às análises do historiador Michel de Certeau (2009, p. 184 *apud* Gamalho, 2016, p. 41-42) com relação ao espaço praticado, percebemos como as práticas cotidianas moldam a ação e operação do indivíduo no processo de interação social. Assim, essas constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.

A geógrafa Nola Patrícia Gamalho, ao avaliar o espaço para Lefebvre e Certeau, aponta que, para os historiadores, “o espaço torna-se relevante a partir da ação da experiência que nele se desenvolve” (Gamalho, 2016, p. 41), principalmente para os indivíduos que o ocupam cotidianamente. Gamalho ainda acrescenta que:

Essa perspectiva tem centralidade nos modos de fazer aos quais os sujeitos comuns são os autores. Enfatiza os modos de fazer “subterrâneos” porque ignorados, mas constituidores da vida na cidade. As práticas, as maneiras de fazer quando não condicionadas às prescrições de como agir, de como fazer, de como morar. A ordem tecnocrática e suas estratégias não consolidam espaços homogêneos, pois nas suas fissuras, ranhuras, buracos, nos interstícios das redes disciplinares estabelecem-se as artes do fazer, em que “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada (CERTEAU, 2009, p. 38) (Gamalho, 2016, p. 49).

De Certeau ainda aponta que:

Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (maneiras de fazer), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível (Certeau, 2019, p. 172).

Ademais, o caso dos trabalhadores negros no Largo de São Domingos traz à tona aspectos evidentes na relação do cotidiano das reuniões, comícios e sede dos trabalhadores como forma de urbanidade negra e prática no espaço. Tal questão nos ajuda a compreender como os usos e práticas dão identidade, representação e significado ao espaço em questão e o torna uma amostragem do cruzamento entre raça, classe e espaço urbano no Rio de Janeiro.

O trabalho realizado até aqui possibilitou a análise do Largo de São Domingos a partir de seus usos e sociabilidades, permitindo identificá-lo como um espaço de urbanidade negra no Rio de Janeiro. A investigação não apenas evidenciou as dinâmicas sociais que se desenvolviam nesse território, mas também permitiu observar as transformações arquitetônicas que ocorreram ao longo do tempo, refletindo processos mais amplos de reorganização urbana e disputas simbólicas. O mapeamento da imprensa revelou-se um instrumento fundamental para compreender tanto a circulação de

informações quanto a forma como determinados agentes sociais eram representados e percebidos na cidade. A imprensa, ao registrar fatos e eventos participava ativamente na construção de narrativas que reforçavam ou questionavam as hierarquias raciais e sociais vigentes. Assim, foi possível perceber como os discursos veiculados nos periódicos contribuíram para a legitimação de projetos urbanísticos excludentes, ao mesmo tempo em que também serviram como espaços divulgação de manifestações, reuniões e comícios para os trabalhadores.

Nesse sentido, em diálogo com Santos e Lao-Montes, o levantamento realizado por esta pesquisa permite analisar de maneira mais aprofundada as atividades desenvolvidas no Largo São Domingos, as redes de sociabilidade que ali se estabeleceram, bem como as manifestações e reuniões que ocorreram ao longo do tempo. A partir dessa perspectiva, é possível reativar memórias negras que foram apagadas, demolidas ou invisibilizadas, resgatando a presença e a importância dessas experiências no contexto urbano e social. Além disso, esse processo de investigação contribui para uma nova leitura do Largo de São Domingos dentro das dinâmicas da urbanidade carioca, lançando luz sobre lacunas existentes nos estudos sobre essa temática. Ao recuperar essas histórias e identidades sistematicamente marginalizadas, reafirma-se o papel desses espaços na conformação da cidade, evidenciando como a presença negra foi e continua sendo um elemento estruturante do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Hiram. **Memória do carnaval**. Rio de Janeiro: Riotur, Oficina do Livro, 1991.

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 1987.

ANDRADE, Vanessa de Araújo. A reforma Pereira Passos (1902-1906), a memória da escravidão e algumas. **Mosaico**, v. 9, n. 15, 2018.

ARANTES, Erika Bastos. **O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do séc. XX**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2005.

AZEVEDO, André Nunes de. A Reforma Urbana do prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos. **Intellèctus**, ano XIV, n. 2, p. 72-87, 2015.

AZEVEDO, André Nunes. **A grande urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira de. **Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

BARBOSA, Diego Santos. **A cor da devoção: espaços e identidades na irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens pretos no Rio de Janeiro XVIII**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BARBOSA, Vanessa Maria. O bota-abixo de Pereira Passos: a tentativa de promover uma nova ética urbana no Rio de Janeiro. **Revista AGCRJ**, n. 5, p. 227-242. 2011.

BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. São Paulo: Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**. São Paulo: Zahar, 2008.

BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernidade do Rio de Janeiro. In: BENNA, Giovanna Rosso (Org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: Index, 1985.

BENCHIMOL, Jayme Larry. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical**. A revolução urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

BERDU, Livia Cintra. **Trabalhadores negros no processo da classe trabalhadora no Rio de Janeiro (1888-1910)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BRAVO, Milra Nascimento. A morte hierarquizada: os espaços dos mortos no Rio de Janeiro Colonial (1720- 1808). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. ed. 8. n. 4, 2014.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Introdução. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, v. 29, p. 1-9, 2021.

CANDIDO, Mariana; SOUZA, Mônica Lima. Dona Florinda Josefa Gaspar. **Oxford Research Encyclopedia of African History**, Oxford, p. 1-30, 2024.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

CARVALHO, Luiza Helena de. **João de Mattos: as aventuras de um padeiro na luta pela liberdade e pela dignidade da profissão (1876-1912)**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão**. São Paulo: Zahar, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano Vol. 1: artes de fazer**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, [S. l.], v. 14, n. 26, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. Entrevista: história, literatura e legados historiográficos. **Saeculum –Revista de História**, n. 20, João Pessoa, 2009.

CHALHOUB, Sidney. Entrevista: Um “bruxo” na repartição. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 36, set. 2008.

CHALHOUB, Sidney. Medo Branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na Cidade do Rio. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, p. 83-105. 1988.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. Nas malhas do paternalismo: o associativismo recreativo entre os operários têxteis do bairro do Jardim Botânico na Primeira República. **Revista Tempo**, Niterói, v. 29, n. 1, p. 1-20, 2023.

COSTA, Rafael Maul de Carvalho. A Corte e as organizações de trabalhadores livres e escravizados na segunda metade do século XIX. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**, p. 1-8, 2005.

COUTINHO, Marcos Vinícios Vieira. A produção (negra) do espaço urbano (branco) do Rio de Janeiro Setecentista – séc. XVIII. **Revista Mosaico**, v. 14, nº 22, 2022.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905 – 1930. **Afro-Ásia**, nº 24, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, n. 2, 2009.

DAMASCENO, Caetana. **Segredos da Boa Aparência: da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca (1930-1950)**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/EDUR, 2011.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOMINGUES, Petrônio. **Protagonismo em São Paulo**. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2019.

FAZENDA, José. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 142/143, 1921.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 2: No limiar de uma nova era. São Paulo: Globo, 2008.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Donos do Rio em Nome do Rei**. Uma História Fundiária da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

GAMALHO, Nola Patrícia. Percursos entre a produção do espaço e as práticas microbianas: reflexões a partir da articulação entre as concepções teóricas de Henri Lefevre e Michel de Certeau. **NORUS**, vol. 4, n. 6, jul./dez. 2016.

GARCIA, Antônia dos Santos. Desigualdades raciais e segregação urbana contemporâneas: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum. **Anais do XII Encontro da ANPUR**, 2007.

GOLDMACHER, Marcela. **A “greve geral” de 1903: o Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos *et al.* **Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista – Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 221-222, jun. 2006.

GOMES, Flávio. História, historiadores: ensino e pesquisa em história da escravidão e da pós-emancipação. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 18, p. 296-315, nov. 2015 – fev. 2016.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONÇALVES, Aureliano Restier. **Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2004.

GONÇALVES, Rafael Soares; BAUTÈS, Nicolas. Cidade Nova, Praça onze a abertura da Avenida Presidente Vargas. Apagamento, ressurgência e enquadramento da memória na Pequena África do Rio de Janeiro. In: LANNA, Ana Lucia Duarte; Cymbalista, Renato; SOCHAUD, Sylvain. (Orgs.). **Transições metropolitanas e centralidades nas cidades brasileiras no breve século XX**. São Paulo: Annablume, 2019.

GONÇALVES, Renata de Sá. Os ranchos carnavalescos e o prestígio das ruas: territorialidades e sociabilidades no carnaval carioca da primeira metade do século XIX. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 71-80, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raça e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, jan./jun. 2020.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HONORATO, Cezar. Os afrodescendentes e a comunidade portuária do Rio de Janeiro do final do século XIX ao início do XX. **Revista Crítica Histórica**, ano VII, nº 13, junho/2016.

HONORATO, Cezar; MANTUANO, Thiago. **Escritos sobre história urbano-portuária do Rio de Janeiro (1850-1920)**. Niterói: UFF (PPGH-UFF, POLIS-UFF), 2024

JESUS, Ronaldo Pereira. Cultura Associativa no século XIX: atualização do repertório crítico dos registros de sociedades na cidade do Rio de Janeiro (1841-1889). **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, 2013.

KENT-STOLL, Peter. The racial and colonial dimensions of gentrification. **Sociology Compass**, 14 (12), p. 1-17. 2020.

LAO-MONTES, Agustin. Metrópolis Negras de Benin a Río de Janeiro y de Harlem a La Habana: Modernidades Afroamericanas y Cosmopolitismos Subalternos. **Conferencia Magistral**, Casa de las Americas, La Habana, Cuba, junio. 2019.

LARA, Silvia Hunold. Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, v. 12, out. 1995.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: estudo sobre a relação senhor-escravo na capitania do rio de janeiro, 1750-1808**. 1986. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

LIMA, Evelyn F. Werneck. De teatro do Poder a Centro Financeiro e administrativo. Sete décadas de transformações na Avenida Presidente Vargas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 10, 2016.

LUQUE AZCONA, Emilio José. Las ciudades latino americanas como objeto de estudio o marco espacial de análisis. **Anuario de Estudios Americanos** (Sevilla), v. 75, n. 2, p. 607-639, 2018.

MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

MALATIAN, Teresa Maria. Da antropologia cultural ao materialismo histórico: primeiros estudos de Clóvis Moura sobre o negro. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 123-136, 2020.

MARQUES, Carlos. A Imprensa Libertária: jornalismo operário e resistência anarquista na primeira década do Século XX, **Antíteses**, v. 5, n. 10, p. 855-864, jul./dez. 2012.

MATTOS, Guilherme Mesquita de. Embates e diálogos na preservação patrimonial da área central do Rio de Janeiro (1938-1964). **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 2022.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Hebe Maria. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo n. 68, p. 104-111. dez./jan./fev. 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. **Outubro**, nº 14, 2º semestre 2006, p. 81-110.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Experiências comuns**: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV simpósio nacional de História, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009a.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. **Revista Mundos do trabalho**, Santa Catarina, vol. 1, n. 1, 2009b.

MAUAD, Ana Maria. O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil Contemporâneo. In: NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. C. (Orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A Editoria/Faperj, 2006.

MENDES, Camila Menegardo. Redes de solidariedade, associativismo e liberdade nas associações beneficentes negras do Rio de Janeiro no século XIX. **Revista Ars Histórica**, nº 10, jan./jul. 2015.

MESSER-KRUSE, Timothy. **The Trial of the Haymarket Anarchists**: Terrorism and Justice in the Gilded Age. NY: Palgrave Macmillan, 2011.

MILLS, Charles W. **O contrato racial**. São Paulo: Zahar, 2023.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. **A Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2020.

MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

MUNIZ, Andreia Fernandes; MENDONÇA, Eneida Maria Souza. A habitação no contexto das lutas dos trabalhadores urbanos. **Revista Formação**, v. 30, n. 57, p. 263-294. 2023.

NASCIMENTO, Abdias *et al.* **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Quilombo Edições, 1950.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set.-dez. 2016.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Historiografia sobre o negro, a escravidão e a herança cultural africana na Bahia. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 1, p. 151-171, 2010.

PAMPLONA, Patrícia. Igreja e Largo de São Domingos de Gusmão Rio de Janeiro (RJ). In: FONTES, Paulo (Org.) **Lugares de memória dos trabalhadores**. São Paulo: Alameda, 2023.

PAMPLONA, Patrícia. Lugares de Memória dos Trabalhadores #53: Igreja e Largo de São Domingos de Gusmão, Rio de Janeiro (RJ). **Lehmt**, 01 de outubro de 2020. Disponível em: <https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-53-igreja-e-largo-de-sao-domingos-de-gusmao-rio-de-janeiro-rj-patricia-pamplona/>. Acesso em 16 ago. 2025.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **"O mundo negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. 2010. 268f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PESAVENTO, Sandra. A pedra e o sonho. Os caminhos do imaginário urbano. In: PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem meu parente: As irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco. (Século XVIII)**. São Paulo: Annablume, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo: o negro brasileiro – III**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

RODRIGUES, Claudia; BRAVO, Milra Nascimento. Morte, Cemitérios e Hierarquias no Brasil escravista XVIII e XIX. **Habitus**. v. 10, n. 1, p. 3-19, jul./dez. 2012.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relação étnico-raciais: o negro da geografia do Brasil**. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2007.

SANDERCOCK, Leonie. Introduction: Framing Insurgent Historiographies for Planning. In: SANDERCOCK, Leonie (Editor). **Making the Invisible Visible. A Multicultural Planning History**. Los Angeles: University of California Press, 1998.

SANTOS, Noronha Francisco. **Largo e capela de São domingos**. Reficio, 2020.
Disponível em: <https://reficio.cloud/rio/logradouro/noronha-santos-largo-e-capela-de-sao-domingos/>. Acesso em 20 de maio de 2024

SANTOS, Renato Emerson dos. Pequena África: um território negro na área central do Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson dos *et al.* (Orgs.). **Territórios Negros: patrimônio e educação na Pequena África**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alii, 2012.

SANTOS, Renato Emerson dos. Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da Pequena África no Rio de Janeiro. In: SÁNCHEZ, Fernanda; MOREIRA, Paula Cardoso (Orgs.). **Cartografias do conflito no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

SANTOS, Renato Emerson dos *et al.* Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? In: RENA, Natacha *et al.* (Orgs.). **Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Fluxos, 2018.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos sociais e geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãos do Atlântico: escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e em Havana (1763-1844)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 6-33, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2018.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

SILVA, Pedro Sousa da. Avenida Presidente Vargas: a fúria demolidora da reforma urbana do Estado Novo na cidade do Rio de Janeiro (1938-1945). **Revista Cantareira** – edição 29. jul.-dez, 2018.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. Africanos e afrodescendentes nas origens do Brasil: raça, relações raciais e culturas negras no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 7, n. 13, p. 193-214, jan.-jun. 2015.

SIMAS, Luiz Antônio. Dos arredores da Praça Onze aos terreiros de Oswaldo Cruz: uma cidade de Pequenas Áfricas. **Revista Z Cultural**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 1, 2016.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOARES, Carlos; GOMES, Flávio; FARIAS, Juliana. **Cidades Negras africanas, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. Alameda: São Paulo, 2006.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 59-83, mar. 2002.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 2019.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SOUZA, Mônica Lima. História, patrimônio e memória sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. **Outros Tempos**, v. 15, p. 98-111, 2018.

SOUZA, Tyago Ruzemberg Gonzaga. O espaço do Negro brasileiro: Arthur Ramos e a escrita de “A República de Palmares”. **XXVII Simpósio Nacional de História – conhecimento histórico e diálogo social**, Natal, 22 a 26 de junho, 2013.

TEDESCO, João Carlos. Memórias em batalhas: dimensão política da memória. **Cadernos do CEOM**, ano 25, n. 34, 2012.

TEIXEIRA, Suelem Demuner. **O Rio de Janeiro pelo Brasil**: a Grande Reforma Urbana nos jornais do país (1903-1906). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

THOMAS, June Manning. Planning history and the black urban experience: Linkages and contemporary implications. **Journal of Planning Education and Research**, 14 (1), p. 1-11, 1994.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, vol. 30, n. 61, Rio de Janeiro, maio/agosto. 2017.

TONIOL, Rodrigo. As irmandades negras e o afro-catolicismo. In: Circo Crescer e Viver. (Org.). **Território Inventivo Pequena África**. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2024.

VAZ, Lilian Fessler. Dos Cortiços às Favelas e aos Edifícios de Apartamentos – A Modernização da Moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, Lisboa, v. 3, n. 127. 1994.

VENEROTTI, Ivo. (Re)Pensando os diversos usos do Campo de Santana em tempos pretéritos. **Revista de História**, Campo Grande, MS, v. 3 n. 5 p. 99-114, jan./jun. 2011.

Fontes:

A NOITE (1910-1928). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=348970&pesq=>

CORREIO DA MANHÃ (1902-1928). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=089842&pesq=>

GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ) (1921). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=103730&pesq=>

JORNAL A IMPRENSA (1908). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=245038&pesq=&pagfis=1>

JORNAL DO BRASIL (1902-1928). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=030015&pesq=>

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) (1928). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568&pesq=>

MANHÃ (1910-1928). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=089842&pesq=>

O MALHO (1902). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pesq=&pagfis=1>

O MALHO (1910-1928). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).
<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=55476>.

O PAIZ (RJ). (1902-1928). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).
http://memoria.bn.gov.br/DocReader/178691_03/11621.

RENASCENÇA. Agosto de 1904. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).
Disponível em <http://memoria.bn.gov.br/docreader/138622/302>.